

2023

Relatório e Contas Consolidadas

**O Pilar Económico
do Grupo CP**

Análise e desempenho
da sustentabilidade
económica do Grupo



COMBOIOS DE PORTUGAL

Ficha Técnica

CP – Comboios de Portugal, E.P.E.

Calçada do Duque, nº 20

1249 – 109 Lisboa

Nº Contribuinte: 500 498 601

Matriculada na C.R.C. Lisboa número 109º

Capital Estatutário: 212 635 680,46 € (a 31 de dezembro de 2023)

Conceção e Coordenação:

Direção de Planeamento, Controlo e Informação de Gestão

Direção Financeira

Contactos:

institucional@cp.pt



Este conteúdo respeita as normas do novo Acordo Ortográfico

Índice








PRINCIPAIS INDICADORES	8
O GRUPO CP	10
Quem Somos	11
CP – Comboios de Portugal, E.P.E.	12
ECOSAÚDE – Educação, Investigação e Consultoria em Trabalho, Saúde e Ambiente, S.A.	12
FERNAVE – Formação Técnica, Psicologia Aplicada e Consultoria em Transportes e Portos, S.A.	12
SAROS – Sociedade de Mediação de Seguros, LDA.	12
SIMEF, A.C.E	13
NOMAD TECH	13
TIP, A.C.E.	13
Associação Centro de Competências Ferroviário (CCF)	13
Modelo de Governo	14
Cadeia de Valor do Grupo	15
Relato Não Financeiro	15
ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO	16
UM ANO DE ATIVIDADE	20
CP	21
Sumário Executivo	21
Atividade em 2023	21
Nova Frota da Metro do Porto	22
Gestão dos Meios	23
Procura e Oferta	24
Proveitos	25
Atividade de Manutenção	25
Investimentos	26
Resultados	27
FERNAVE	29
Sumário Executivo	29
Atividade em 2023	29
Recursos Humanos	30
Proveitos	30
Resultados	31
ECOSAÚDE	32
Sumário Executivo	32
Atividade em 2023	32
Recursos Humanos	32
Proveitos	33

Resultados	33
SAROS	35
Sumário Executivo	35
Atividade em 2023	35
Recursos Humanos	35
Proveitos	35
Resultados	36
SIMEF, A.C.E.	37
Sumário Executivo	37
Atividade em 2023	37
Recursos Humanos	38
Proveitos	38
Resultados	39
ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA.....	40
Resultados	41
Resultado Líquido do Grupo	41
Resultado Operacional das Atividades Core (EBITDA)	42
Resultado Operacional	43
Resultado Financeiro	43
Balanço	44
Ativo	44
Capital	45
Passivo	45
Dívida Remunerada	46
Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado	47
PERSPETIVAS PARA 2024.....	49
CP	50
FERNAVE	51
ECOSAÚDE	51
SAROS	52
SIMEF	52
RECOMENDAÇÕES DO ACIONISTA EMITIDAS AOUANDO DA APROVAÇÃO DAS CONTAS DE 2022.53	
Recomendações do Acionista Emitidas Aquando da Aprovação das Contas de 2022	54
FACTOS RELEVANTES APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO.....	55
Factos Relevantes Após o Termo do Exercício	56
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	58
NOTAS ANEXAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	64
Identificação da Entidade e Notas de Operacionalidade (nota 1)	65

Identificação	65
Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras (nota 2)	66
Referencial Contabilístico	66
Derrogações às IFRS	66
Valores Comparativos	67
Principais Políticas Contabilísticas (nota 3)	67
Bases de Mensuração	67
Consolidação	67
O Grupo e a Empresa	68
A CP	68
Empresas Participadas	68
Associadas	70
Outras Participações	70
Método de Consolidação	72
Perímetro de Consolidação	73
Políticas Contabilísticas Relevantes	74
Fluxo de Caixa (nota 4)	97
Rubrica de Caixa e Depósitos Bancários	97
Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros (nota 5)	97
Ativos Fixos Tangíveis (nota 6)	98
Ativos Intangíveis (nota 7)	100
Direitos de Uso de Ativos (nota 8)	101
Participações Financeiras - Método de Equivalência Patrimonial (nota 9)	102
Outros Investimentos Financeiros (nota 10)	103
Impostos Sobre o Rendimento (nota 11)	104
Inventários (nota 12)	106
Clientes (nota 13)	107
Estado e Outros Entes Públicos (nota 14)	108
Outros Créditos a Receber (nota 15)	110
Diferimentos (nota 16)	110
Ativos Não Correntes Detidos para Venda (nota 17)	111
Capital (nota 18)	112
Reservas Legais (nota 19)	113
Outras Reservas (nota 20)	113
Resultados Transitados (nota 21)	114
Ajustamentos/Outras Variações no Capital Próprio (nota 22)	115
Provisões (nota 23)	115
Financiamentos Obtidos (nota 24)	116
Outras Dívidas a Pagar (nota 25)	117
Fornecedores (nota 26)	118
Vendas e Serviços Prestados (nota 27)	118
Subsídios à Exploração (nota 28)	119
Ganhos/Perdas Imputados a Subsidiárias, Associadas e Empreendimentos Conjuntos (nota 29)	120
Variação nos Inventários da Produção (nota 30)	120
Trabalhos Para a Própria Entidade (nota 31)	121
Custos das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas (nota 32)	121
Fornecimentos e Serviços Externos (nota 33)	121
Gastos com Pessoal (nota 34)	122
Imparidades de Investimentos Não Depreciáveis/ Amortizáveis (nota 35)	122
Outros Rendimentos (nota 36)	123
Outros Gastos (nota 37)	124
Gastos/Reversões de Depreciação e de Amortização (nota 38)	124
Imparidade de Investimentos Depreciáveis e Amortizáveis (nota 39)	125

Juros e Rendimentos Similares Obtidos (nota 40)	125
Juros e Gastos Similares Suportados (nota 41)	126
Garantias e Avals (nota 42)	126
Saldos e Transações com Empresas Associadas (nota 43)	126
Remuneração do Revisor Oficial de Contas (nota 44)	128
Acontecimentos Relevantes Após a Data da Demonstração da Posição Financeira (nota 45)	129
RELATÓRIO DE AUDITORIA	130
CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS	132
RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL	134

Índice de Gráficos

	Gráfico 1 – Grupo CP.....	11
	Gráfico 2 – Taxa anual de crescimento do PIB homólogo entre 2020 e 2023.....	17
	Gráfico 3 – Evolução da Taxa de Desemprego desde 2021, por trimestre.....	18
	Gráfico 4 – Variação homóloga mensal do IHPC desde 2021.	19
	Gráfico 5 – Fontes de Financiamento.....	46
	Gráfico 6 – Estrutura da Dívida.	47
	Gráfico 7 – Grupo CP.	73

1.

Principais Indicadores



Indicadores Operacionais do Grupo	2023	2022	Δ 23-22	Δ %
Procura				
Passageiros (10 ³)	173 267	148 123	25 144	17,0%
Passageiros Quilómetro (10 ³)	4 366 975	4 038 038	328 937	8,1%
Oferta				
Comboios (10 ³)	398	422	-24	-5,7%
CK(10 ³)	26 153	28 023	-1870	-6,7%
Frota - Parque Ativo				
Automotoras	244	244	0	0,0%
Locomotivas	49	47	2	4,3%
Carruagens	153	141	12	8,5%
Recursos Humanos				
CP	3 735	3 750	-15	-0,4%
SIMEF	69	69	0	0,0%
Fernave	10	10	0	0,0%
Ecosaúde	24	24	0	0,0%
Saros	1	1	0	0,0%
Efetivo Final do Grupo	3 839	3 854	-15	-0,4%

Indicadores Financeiros do Grupo (10 ³ €)	2023	2022	Δ 23-22	Δ %
Demonstração de Resultados				
Resultado Operacional	57 359	28 903	28 456	98,5%
Resultado Líquido	3 331	9 183	-5 852	-63,7%
EBITDA (1)	118 050	88 250	29 800	33,8%
Balanço				
Ativo	740 229	527 687	212 542	40,3%
Capital Próprio	226 759	-1876 363	2 103 122	112,1%
Passivo	513 470	2 404 050	-1890 580	-78,6%
Financiamentos Obtidos	202 628	2 110 191	-1907 563	-90,4%

(1) Antes de indemnizações por rescisão, justo valor, imparidades, provisões, depreciações, gastos de financiamento e impostos e outras operações não relacionadas com as atividades core do Grupo.

2.

O Grupo CP



Quem Somos

A CP é uma empresa pública de transporte ferroviário detida 100% pelo Estado. Controla empresas na esfera dos fornecimentos no sector, designadamente nas áreas de manutenção de material circulante, formação, cuidados de saúde e mediação de seguros e detém participações minoritárias casuísticas, numa lógica de cooperação, com outros operadores.

O Grupo presta os seguintes serviços:

- Transporte Ferroviário de Passageiros;
- Manutenção de material circulante, tanto próprio como de outros Operadores de Transportes;
- Formação Técnica;
- Medicina no trabalho, tanto a Empresas como a Particulares.

O Grupo terminou 2023 com um Volume de Negócios de cerca de 271 milhões de euros. No final de 2023, o Grupo contava com 3.839 Colaboradores, uma frota de 244 automotoras, 49 locomotivas e 153 carruagens. Estes meios permitiram fazer circular 398 milhares de comboios que transportaram mais de 173 milhões de passageiros.

O esquema seguinte apresenta as participações da CP e suas empresas participadas no final de 2023:

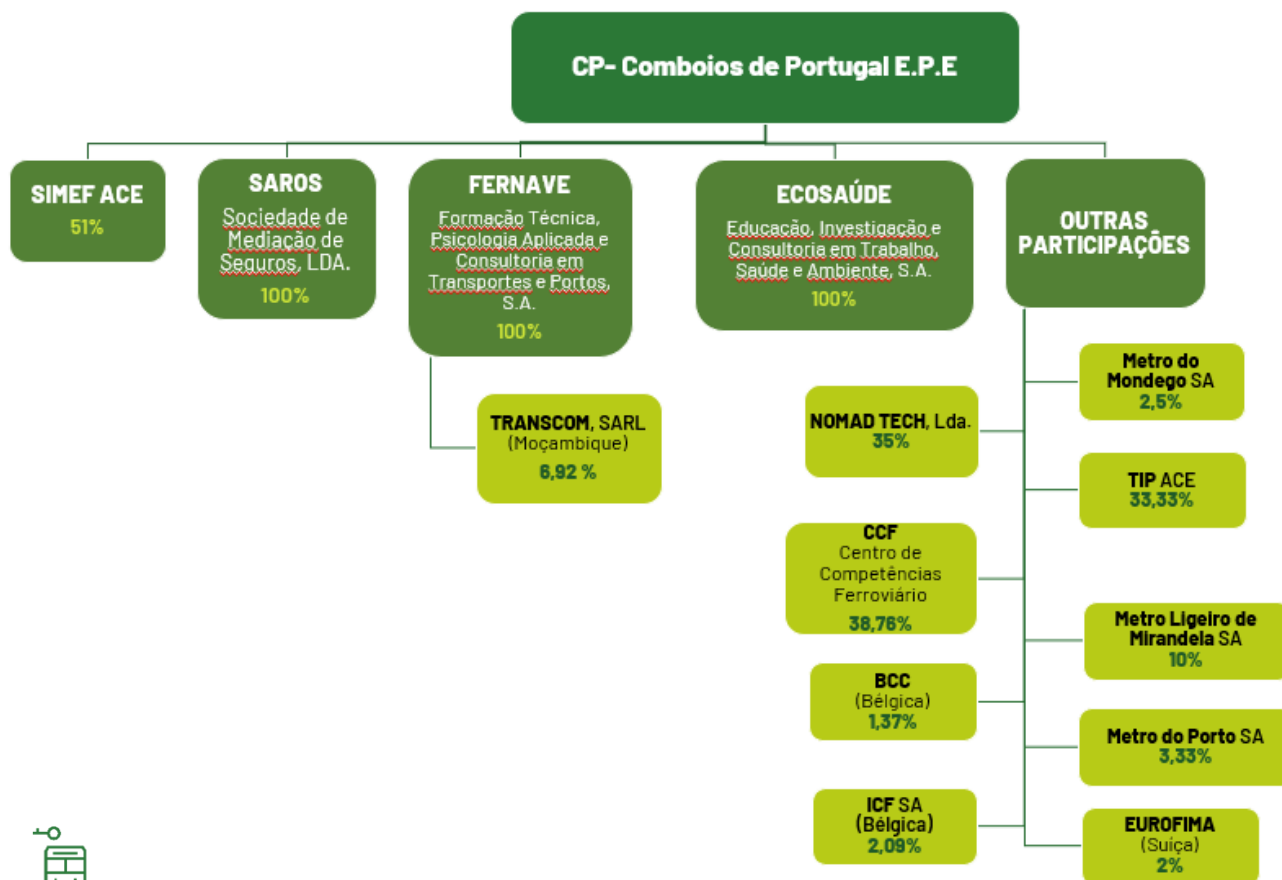


Gráfico 1 – Grupo CP.

A CP mantém ainda uma participação de 5% na Medway (ex-CP Carga) conforme acordo no processo de venda da anterior Participada. Pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 4/2024, de 5 de janeiro, a CP foi autorizada a fazer uma Oferta Pública de Venda de 5 % de ações que detém, representativas do capital social da Medway – Operador Ferroviário de Mercadorias, S. A.

Cada uma das Participadas contribui do seguinte modo para a missão do Grupo no sentido de fornecer mobilidade à sociedade portuguesa:

CP – Comboios de Portugal, E.P.E.

A CP – Comboios de Portugal, E.P.E., tem por objeto principal a prestação de serviços de transporte ferroviário de passageiros. Engloba ainda a valência de fabrico, reabilitação, grande reparação e manutenção de equipamentos e veículos ferroviários, bem como o estudo de instalações oficinais para manutenção. Executa as funções oficinais, não só no seu próprio material circulante como no de outros Operadores de Transportes.

ECOSAÚDE - Educação, Investigação e Consultoria em Trabalho, Saúde e Ambiente, S.A.

A ECOSAÚDE presta serviços de cuidados de saúde, ensino, formação e desenvolvimento técnico / profissional nas áreas das condições de trabalho, saúde e ambiente. Realiza ainda serviços no âmbito do recrutamento, seleção e avaliação de pessoas, assistência técnica, consultadoria e auditoria, designadamente, em matérias de saúde, higiene e segurança no trabalho, ambiente e gestão ambiental. Executa ações de controlo de droga e álcool, assegurando o encaminhamento para tratamento destas dependências.

FERNAVE - Formação Técnica, Psicologia Aplicada e Consultoria em Transportes e Portos, S.A.

A FERNAVE realiza formação e desenvolvimento técnico profissional, elaboração de estudos e projetos no âmbito da criação, organização e gestão de empresas, prestação de serviços no âmbito da psicologia aplicada e de avaliação médica e psicológica, ensino de natureza superior e a investigação científica no contexto dos transportes, comunicações ou em áreas tecnológicas que se situem na envolvente tecnológica destas.

SAROS – Sociedade de Mediação de Seguros, LDA.

A SAROS presta serviços na área da mediação com a categoria de agente de seguros nos ramos VIDA e NÃO VIDA. A atividade da SAROS foca-se na gestão da carteira de seguros das empresas do Grupo CP.

SIMEF, A.C.E

O SIMEF realiza a manutenção de locomotivas “LE 5600” e “LE 4700”.

NOMAD TECH

A NOMAD TECH desenvolve a sua atividade no âmbito da engenharia, inovação e tecnologia aplicada ao setor dos transportes, fabrico, reparação e manutenção de componentes eletrónicos e desenvolvimento de soluções informáticas.

TIP, A.C.E.

O TIP é responsável pela implantação e gestão de um sistema de bilhética comum e exclusivo das Agrupadas (CP, STCP e Metro do Porto) na área do grande Porto, bem como a definição da estrutura de tarifário intermodal comum e exclusiva, para os meios de transporte público de passageiros explorados direta ou indiretamente pelas entidades Agrupadas.

Associação Centro de Competências Ferroviário (CCF)

A Associação CCF foi constituída em 2021 e tem como objetivo posicionar Portugal como referência na indústria ferroviária, no desenvolvimento de tecnologias e de novos produtos, na capacitação de capital humano e do tecido industrial nacional e na aceleração de ideias, projetos e empresas com capacidade de internacionalização. Trata-se de uma Associação Sem Fins Lucrativos.

Modelo de Governo

O Conselho de Administração da CP teve a seguinte constituição durante o ano de 2023:

Mandato		Cargo	Nome	Designação
Início-Fim	Forma			
28-09-2022 a 31-12-2024	Presidente		Pedro Miguel Sousa Pereira Guedes Moreira	Despacho n.º 11504/2022, de 19 de setembro
28-09-2022 a 31-12-2024	Vice Presidente		Maria Isabel de Magalhães Ribeiro	Despacho n.º 11504/2022, de 19 de setembro
28-09-2022 a 31-12-2024	Vogal		Ana Maria dos Santos Malhó	Despacho n.º 11504/2022, de 19 de setembro
28-09-2022 a 31-12-2024	Vogal		Pedro Manuel Franco Ribeiro	Despacho n.º 11504/2022, de 19 de setembro
28-09-2022 a 31-12-2024	Vogal		Joaquim José Martins Guerra	Despacho n.º 11504/2022, de 19 de setembro

Os Membros do Conselho de Administração da CP exercem ainda os seguintes cargos de Administração nas empresas Participadas:

Acumulação de Funções - 2023				
Membro do Órgão de Administração	Entidade	Função	Regime (Pública/Privada)	Identificação da data de Autorização e Forma (AG/DUE/D)
Pedro Miguel Sousa Pereira Guedes Moreira	NOMAD TECH	Gerente (desde 30-07-2019)	Privada	AG de 30-07-2019
Maria Isabel de Magalhães Ribeiro	SIMEF	Presidente do C.A. (desde 30-07-2019)	Pública	AG de 26-01-2022
Pedro Manuel Franco Ribeiro	TIP	Presidente do C.A. (desde 01-06-2022)	Pública	AG de 31-05-2022

Legenda:

Nomad Tech, Lda

SIMEF A.C.E. - Serviços Integrados de Manutenção e Engenharia Ferroviária, A.C.E.

TIP - Transportes Intermodais do Porto, ACE

Cadeia de Valor do Grupo

O quadro seguinte mostra os serviços que as empresas do Grupo prestam entre si:

Prestador	Serviço	Recetor				
		CP	Fernave	Ecosaúde	SAROS	SIMEF
CP	Aluguer Edifícios		<input checked="" type="checkbox"/>			<input checked="" type="checkbox"/>
	Prestação Serviços (Contabilidade, Informática, Etc.)		<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
	Refaturação (limpeza de instalações, vigilância,		<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
	Serviços de Manutenção e Reparação de Material Circulante					<input checked="" type="checkbox"/>
Fernave	Formação	<input checked="" type="checkbox"/>			<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
EcoSaúde	Serviços de medicina, higiene e segurança no trabalho e testes de alcoolemia e substâncias psicotrópicas	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>		<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
SAROS	Mediação de Seguros	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>		<input checked="" type="checkbox"/>
SIMEF	Serviços de Manutenção e Reparação de Material Circulante	<input checked="" type="checkbox"/>				

Ao longo do presente relatório desenvolveremos as principais ações realizadas em 2023 e perspetivas futuras para estas empresas.

Relato Não Financeiro

O Relato Não Financeiro do ano 2023, é parte integrante do Relatório de Governo Societário 2023 da CP, enquanto empresa-mãe do grupo.

3.

Enquadramento Macroeconómico



Enquadramento Macroeconómico¹

Contas Nacionais

Em 2023, o PIB registou um crescimento de 2,3% em volume, após o aumento de 6,8% em 2022, o mais elevado desde 1987.

A procura interna apresentou um contributo positivo para a variação anual do PIB, embora inferior ao observado no ano anterior, verificando-se uma desaceleração do consumo privado e do investimento. O contributo da procura externa líquida também foi positivo em 2023, mas menos intenso que em 2022, tendo as exportações e as importações de bens e serviços em volume desacelerado significativamente.

O fraco crescimento da atividade deve-se a uma menor procura externa, aliada à política restritiva por parte do BCE e à inflação cumulativa, que retiraram poder de compra aos consumidores. As condições de financiamento mais apertadas, devido ao aumento das taxas de juro, têm afetado sobretudo o setor industrial. Por outro lado, o setor dos serviços tem mostrado resiliência, contribuindo de forma positiva para a manutenção de uma conjuntura estável ao nível do emprego, apesar de a taxa de desemprego ter registado no último trimestre de 2023 um ligeiro aumento.

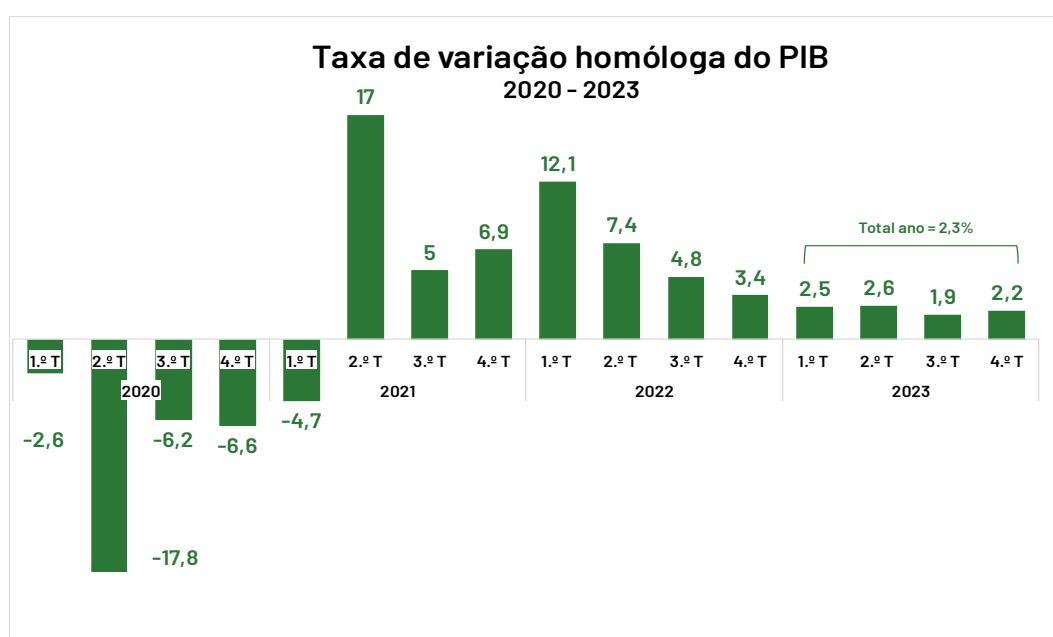


Gráfico 2 - Taxa anual de crescimento do PIB homólogo entre 2020 e 2023.

Fonte: www.ine.pt

¹ Fonte: www.INE.pt e [BPstat\(bportugal.pt\)](http://BPstat(bportugal.pt)).

Mercado de Trabalho

A taxa anual de desemprego situou-se nos 6,6% em 2023. Após um primeiro trimestre em que a taxa atingiu os 7,2% e uma descida nos dois trimestres seguintes, para os 6,1%, no último trimestre acabaria por voltar a apresentar um crescimento para os 6,7%, ficando próximo do registado no período homólogo de 2022.

Depois de, durante a pandemia, se ter generalizado o trabalho remoto, esta alternativa, que se pensava provisória, tornou-se uma solução duradoura para muitas organizações e trabalhadores. O teletrabalho ou pelo menos um regime híbrido, presencial e remoto, surgiu como uma tendência para o futuro.

Tanto a taxa de desemprego como o trabalho remoto, têm impacto significativo no mercado da mobilidade, pelo que são fenómenos em observação constante pela CP.

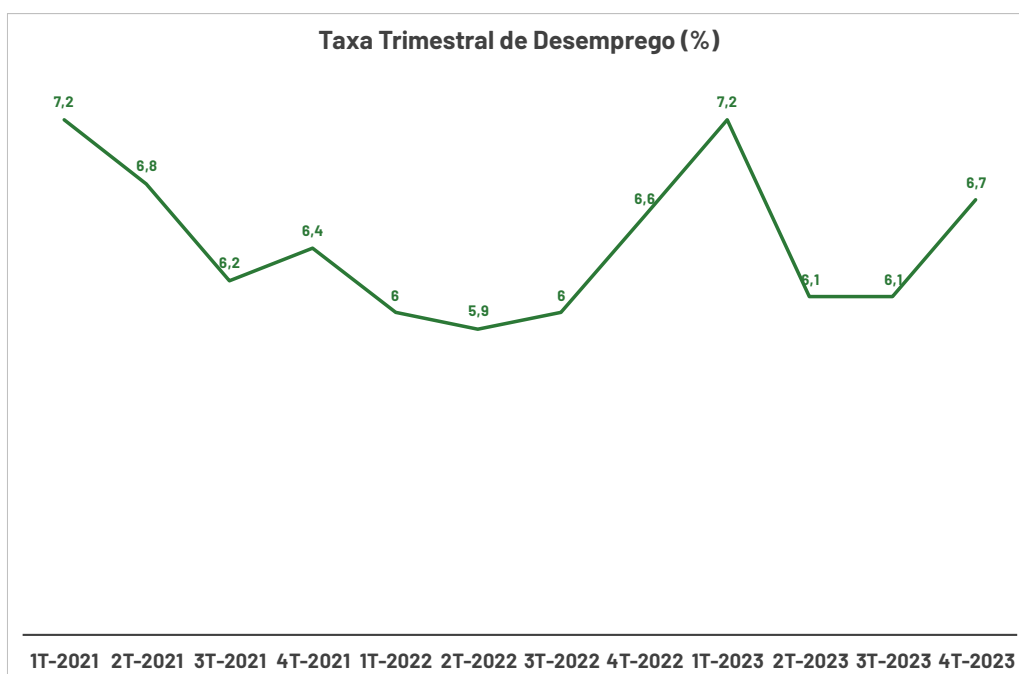


Gráfico 3 - Evolução da Taxa de Desemprego desde 2021, por trimestre.

Fonte: www.ine.pt

Nota: As estimativas do 2.º trimestre de 2020 ao 2.º trimestre de 2023 foram adicionalmente revistas na sequência dos resultados da análise do impacto da suspensão do modo de recolha presencial (CAPI), que ocorreu devido às medidas de salvaguarda da saúde pública adotadas durante o período pandémico COVID-19. Para mais detalhes, sugere-se a consulta da nota explicativa constante no Destaque "Estatísticas do Emprego - 3.º trimestre de 2023", divulgado no Portal do INE.

Inflação

Em 2023 o Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) registou uma evolução tendencialmente decrescente. A desaceleração do IHPC verificou-se na maioria das categorias de produtos, refletindo o efeito base associado ao aumento de preços em 2022, a diminuição dos preços dos bens energéticos e a isenção do IVA aplicada a alguns bens alimentares essenciais, a partir de maio.

A inflação média anual atingiu o valor de 5,3%, constituindo um decréscimo de 2,8 p.p. relativamente ao ano anterior.

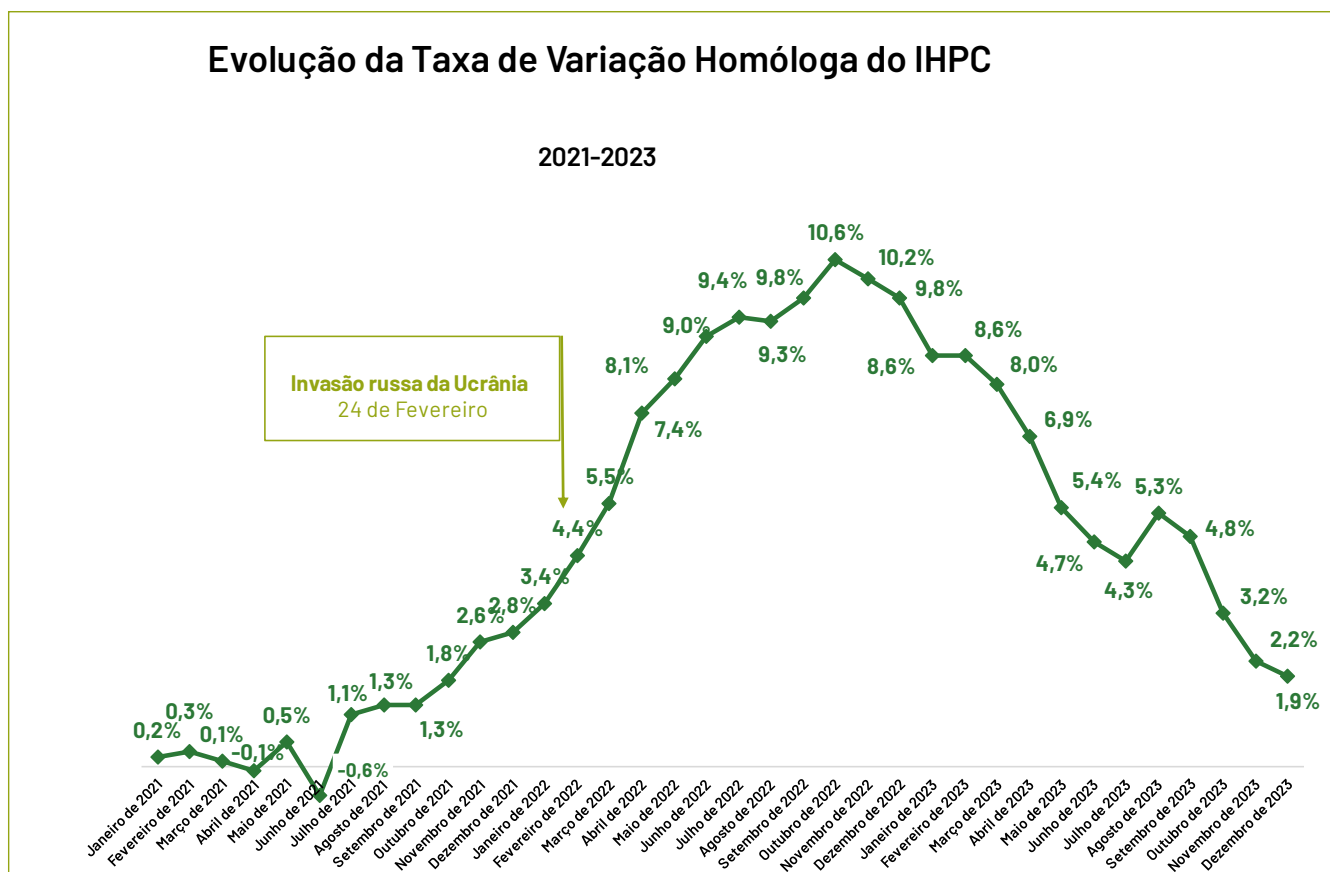


Gráfico 4 - Variação homóloga mensal do IHPC desde 2021.

Fonte: www.ine.pt

4.

Um Ano de Atividade



CP

Sumário Executivo

A CP manteve em 2023 um Resultado Líquido positivo, no valor de 3,6 milhões de euros.

Destaca-se a redução substancial da dívida da CP, que passou de 2,1 mil milhões de euros para 202 milhões de euros, na sequência da atribuição à empresa das devidas compensações pelas obrigações de serviço público prestadas entre 2002 e 2019.

Em 2023, a CP transportou cerca de 173,3 milhões de passageiros, o que representou um acréscimo de 17% face ao ano anterior e de 20% face ao registado em 2019, no período pré-pandemia. Este crescimento foi impulsionado pelos títulos mensais dos urbanos de Lisboa e do serviço Regional.

As greves ocorridas em 2023, com forte impacto nos primeiros sete meses do ano, limitaram a recuperação dos restantes serviços e dos títulos ocasionais e justificaram o decréscimo da oferta face ao ano anterior.

No que diz respeito à pontualidade, esta situou-se nos 73,9%, 6,8 p.p. inferior ao do ano anterior. Importa salientar que a maioria dos atrasos foram causados por fatores externos à CP, nomeadamente, as deficientes condições de exploração da infraestrutura, consequência das intervenções de modernização e conservação ao longo de toda a Rede Ferroviária Nacional, com inúmeras limitações de velocidade.

Atividade em 2023

Jornadas Mundiais da Juventude 2023

Entre o final do mês de julho e o princípio de agosto, realizaram-se as Jornadas Mundiais da Juventude, que culminaram com a visita de Sua Santidade, o Papa Francisco. Foi elaborado um plano para garantir a mobilidade metropolitana que envolveu o evento, que contribuiu para a deslocação dos mais de um milhão e meio de participantes no evento

Reforço do Serviço Alfa Pendular

No final do ano foram repostos dois comboios Alfa, um com partida de Porto-Campanhã às 7h32 e outro, de Lisboa-Santa Apolónia às 20h, reforçando a principal ligação do serviço *premium* da CP.

Manutenção do Serviço de Mobilidade em Zonas de Obras na Infraestrutura

Na sequência das obras em curso na infraestrutura ferroviária, a CP procedeu a alguns ajustamentos de horários e implementou um esquema de transbordos rodoviários nas Linhas da Beira Alta, do Norte, de Cascais, do Algarve, do Oeste e do Sul.

Comboios Históricos

A campanha 2023 dos Comboios Históricos do Douro e do Vouga, realizou-se como já é habitual durante o verão e Natal, obtendo grande adesão de clientes.

Passe Ferroviário Nacional

Foi criado um passe de valor mensal fixo que permite viajar nos comboios regionais em todo o território nacional, independentemente do ponto de partida ou destino.

“ANDA Conhecer Portugal”

Foi lançado, em parceria com a Movijovem, um programa que oferece aos jovens viagens ilimitadas de comboio durante sete dias, acrescidos de seis noites na rede de Pousadas da Juventude de forma gratuita.

Concurso para Aquisição de Material Circulante

O concurso para a aquisição de 117 automotoras para os serviços regional e urbanos de Lisboa e do Porto e construção de oficina de manutenção de material circulante, lançado no final de 2021, foi concluído no final de 2023 com a adjudicação ao agrupamento Alstom Transporte S.A.U., Alstom Ferroviária Portugal, S.A. e Domingos da Silva Teixeira S.A. O concurso contempla ainda a opção de fornecimento de 36 automotoras adicionais para serviço urbano.

Nova Frota da Metro do Porto

A CP celebrou um contrato com o fabricante de comboios CRRC para a realização da manutenção aos 18 veículos da nova frota CT da Metro do Porto, por um período de cinco anos, nas oficinas da CP em Guifões.

Gestão dos Meios

Recursos Humanos

No final de 2023 o efetivo total a cargo da CP era de 3 735 trabalhadores, menos 15 do que no final de 2022.

Esta diminuição deve-se a um elevado ritmo de saídas não previstas, aliado ao elevado tempo necessário para obtenção de autorizações de recrutamento e à falta de atratividade dos salários de entrada nas carreiras, tendo vários processos sido reiniciados, por falta de candidatos aprovados e / ou por desistências.

A taxa de absentismo registou em 2023 um acréscimo de 0,32 p.p. relativamente ao ano anterior, situando-se nos 8,07%. Os principais motivos de absentismo foram as greves e as ausências por doença.

A taxa de trabalho suplementar apresentou em 2023 um decréscimo de 0,29 p.p. relativamente ao ano anterior, situando-se nos 10,8%.

Em 2023, foram ministradas aproximadamente 105 mil horas de formação, a cerca de 7 300 formandos, tendo a sua maioria sido ministrada através da Fernave, empresa do Grupo CP. A segurança e a manutenção foram os temas onde se registaram mais horas de formação e formandos abrangidos.

Frota

No final de 2023 a CP dispunha de 446 unidades de material circulante afetas ao parque ativo em serviço comercial, com a seguinte tipologia e distribuição pelos serviços:

Tipologia do Material	2023	2022	Δ 23-22
Automotoras Elétricas 	195	195	0
Automotoras Diesel 	49	49	0
Locomotoras Elétricas 	37	36	1
Locomotoras Diesel 	12	11	1
Carruagens 	153	141	12
TOTAL	446	432	14

Onde Prestam Serviço	2023	2022
Serv. Urb. Lisboa	98	98
Serv. Urb. Porto	34	34
Serviço Reg./LC	309	295
Aluguer Medway	5	5
Total	446	432

No parque acima indicado incluíam-se, no final de 2023, 18 automotoras *diesel* alugadas à RENFE, afetas ao Serviço Regional e ao Comboio Celta (ligação internacional Porto-Vigo).

A CP dispõe ainda de diverso material motor e rebocado afeto aos Comboios Históricos e Comboio Socorro e Locotratores, que prestam serviço interno de apoio às oficinas.

Procura e Oferta

Em 2023, a CP transportou 173,3 milhões de passageiros, o que representou um acréscimo de 17% face ao ano anterior e de 20% face ao registado em 2019, no período pré-pandemia.

Este crescimento foi impulsionado pelos títulos mensais, designadamente, dos serviços Urbanos de Lisboa e Regional, beneficiando das medidas implementadas no âmbito do Programa de Apoio à Redução Tarifária (PART) e da introdução, em julho de 2023, do Passe Ferroviário Nacional.

As greves ocorridas em 2023, com forte impacto nos primeiros sete meses do ano, limitaram a recuperação dos restantes serviços e dos títulos ocasionais, que se situaram genericamente abaixo dos valores pré-pandemia.

Passageiros (*10 ³)	2023	2022	Δ 23-22	Δ %
Serv. Urbano Lisboa	136 329	110 168	26 161	23,7%
Serv. Urbano Porto	19 941	20 592	-651	-3,2%
Serv. Urbano Coimbra	834	867	-33	-3,8%
Serv. Longo Curso	5 193	5 522	-329	-6,0%
Serv. Regional	10 857	10 864	-7	-0,1%
Serv. Internacional	115	111	4	3,3%
TOTAL	173 267	148 123	25 144	17,0%

A CP realizou durante o ano de 2023 cerca de 398 mil comboios e aproximadamente 26 milhões de comboios-quilómetro (CK).

Os primeiros sete meses de 2023 ficaram marcados por fortes perturbações, provocadas por greves convocadas por diversas organizações sindicais da CP e da IP, que afetaram de forma transversal todos os serviços. Neste período foram suprimidos por motivo de greve, mais de 31,3 mil comboios, o que equivale a 7% do total de comboios programados.

Comboios	2023	2022	Δ 23-22	Δ %
Serv. Urbano Lisboa	190 484	199 482	-8 998	-4,5%
Serv. Urbano Porto	78 596	83 286	-4 690	-5,6%
Serv. Urbano Coimbra	10 382	10 964	-582	-5,3%
Serv. Longo Curso	23 534	24 890	-1 356	-5,4%
Serv. Regional	93 200	101 437	-8 237	-8,1%
Serv. Internacional	1 359	1 416	-57	-4,0%
TOTAL	397 555	421 475	-23 920	-5,7%

Proveitos

Os proveitos de tráfego ascenderam a 247,4 milhões de euros, o que representou um decréscimo de 3,3% face ao ano anterior e de 10% relativamente aos valores de 2019. Esta evolução, contrária ao crescimento apresentado pela procura, é justificada, essencialmente, pelo aumento do peso relativo dos títulos mensais, com uma base tarifária mais reduzida e pelo impacto das greves nos títulos ocasionais e nos serviços de longo curso, aqueles que por sua vez apresentam as bases tarifárias mais elevadas.

Os valores de proveitos apresentados, incluem participações extraordinárias atribuídas no âmbito do Programa de Apoio à Redução Tarifária (PART), que, contudo, continuam a ser atribuídas com significativo desfasamento temporal e que distorcem a comparabilidade dos dados dos proveitos de tráfego. Não foi recebida em 2023 qualquer participação pela implementação do Passe Ferroviário Nacional.

Proveitos Tráfego (*10 ³ €)	2023	2022	Δ 23-22	Δ %
Serv. Urbano Lisboa	98 362	97 477	885	0,9%
Serv. Urbano Porto	28 515	31 473	-2 958	-9,4%
Serv. Urbano Coimbra	1 141	1 184	-43	-3,7%
Serv. Longo Curso	88 228	93 753	-5 525	-5,9%
Serv. Regional	29 306	29 539	-232	-0,8%
Serv. Internacional	1 806	2 298	-492	-21,4%
TOTAL	247 358	255 723	-8 365	-3,3%

Nota: não inclui valores residuais contabilizados em outros Órgãos.

Atividade de Manutenção

Esta atividade destina-se a garantir a fiabilidade e a disponibilidade do material circulante ao serviço da CP, enquanto operador de transporte, mas também a garantir o cumprimento dos contratos estabelecidos com clientes, no domínio quer da reparação das suas frotas, quer da reparação de componentes.

A CP assegura internamente a manutenção corrente de todas as suas séries de material, com exceção das locomotivas 5600. A manutenção destas locomotivas é efetuada pelo SIMEF, empresa participada da CP.

Durante o ano de 2023 continuaram a ser realizadas as intervenções de grande reparação programada (do tipo R) em várias séries de material, com o objetivo de repor o nível de operacionalidade e segurança das mesmas.

Para reforçar o parque ativo e minimizar o número de supressões de comboios comerciais, prosseguiram as intervenções de reposição ao serviço de veículos que estavam inoperacionais, designadamente:

- Uma Locomotiva Elétrica da série LE 2600/2620;
- Uma Locomotiva a *diesel* da série 1400;
- Três Carruagens Sorefame;
- Nove Carruagens Arco.

Paralelamente, prosseguiu o esforço de redução da percentagem de material a circular grafitado, com forte impacto positivo em termos de qualidade do serviço, de imagem e, acima de tudo, de sentimento de segurança e de conforto dos Clientes.

O volume de serviços de manutenção prestados a terceiros, durante o ano de 2023, ascendeu a 14,9 milhões de euros. Dos serviços prestados a terceiros destacam-se:

- VIAPORTO - manutenção da frota EUROTRAM e TRAMTRAIN da Metro do Porto;
- RENFE - manutenção das automotoras *diesel* da série 592, alugadas pela CP;
- Infraestruturas de Portugal - manutenção do material de via;
- ADP - manutenção de Locotrator Sentinel e vagões;
- CRRC - Início da manutenção da nova frota CT da Metro do Porto;
- Reparação de rotáveis para vários Clientes.

Investimentos

Em 2023 o valor de investimentos realizado ascendeu a 42,4 milhões de euros, tendo 81% sido destinados à aquisição e modernização de material circulante.

Investimento Total	Valor Realizado	Peso
Valores em Milhares de Euros		
Aquisição de Material Circulante	16 800	39,6%
Modernização de Material Circulante	17 257	40,7%
Trabalhos para a própria Empresa	15 910	
Outros Material Circulante	1 348	
Instalações Fixas	1 205	2,8%
Equipamentos	3 426	8,1%
Equipamentos Comerciais	2 688	6,3%
Informatização	1 063	2,5%
TOTAL	42 439	

A rubrica de "Aquisição de material circulante" inclui o terceiro adiantamento do contrato de aquisição de 22 Automotoras para o Serviço Regional.

No final do ano foi adjudicada a aquisição de 117 Automotoras para os Serviços Urbanos e Regional, mas a decisão foi objeto de impugnação pelos dois concorrentes preteridos.

Com a fusão por incorporação da EMEF na CP, a atividade de manutenção e reparação de material circulante foi internalizada. Desta forma, as grandes intervenções de reparação de material circulante, dado que são realizadas internamente, passaram a ser capitalizadas como “Trabalhos para a Própria Empresa”.

Resultados

RENDIMENTOS E GASTOS (valores em milhares de euros)	Períodos		Variação 2023/2022		
	REAL 31-12-2023	REAL 31-12-2022	Valor	%	
Vendas e serviços prestados	267.615	275.094	-7.479	-3%	
Vendas e serviços prestados - Passageiros	248.158	256.519	-8.361	-3%	
Vendas e serviços prestados - Manutenção e reparação	14.937	13.902	1.035	7%	
Vendas e serviços prestados - Outros	4.520	4.673	-153	-3%	
Subsídios à exploração	157.884	116.204	41.680	36%	
Variação nos inventários da produção	1.745	2.096	-351	-17%	
Trabalhos para a própria entidade	15.910	12.992	2.918	22%	
Outros rendimentos	24.520	28.191	-3.671	-13%	
	467.674	434.577	33.097	8%	
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-35.278	-32.944	-2.334	-7%	
Fornecimentos e serviços externos	-146.655	-160.669	14.014	9%	
Gastos com o pessoal (s/ Indemnizações e acordo de variáveis)	-160.269	-151.004	-9.265	-6%	
Outros gastos	-10.727	-4.676	-6.051	-129%	
	-352.929	-349.293	-3.636	-1%	
Resultado operacional da atividade de transportes e manutenção* (EBITDA)	114.745	85.284	29.461	35%	
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-51.636	-55.111	3.475	6%	
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	111	342	-231	-68%	
Indemnizações por rescisão	-278	-235	-43	-18%	
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	2.678	2.156	522	24%	
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	-2.068	-2.071	3	0%	
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	281	-33	314	952%	
Provisões (aumentos/reduções)	-261	692	-953	-138%	
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	-2.000	261	-2.261	-866%	
Diferenças de câmbio (aumento/reduções)	-2.679	-2.050	-629	-31%	
Outros rendimentos (não core)	55	4	51	1275%	
Outros gastos (não core)	-1.952	-615	-1.337	-217%	
	Resultado operacional	56.996	28.624	28.372	99%
Juros e rendimentos similares obtidos	52	14	38	271%	
Juros e gastos similares suportados	-50.853	-18.892	-31.961	-169%	
	Resultado financeiro	-50.801	-18.878	-31.923	-169%
	Resultado antes de impostos	6.195	9.746	-3.551	-36%
Imposto sobre o rendimento do período	-2.643	-565	-2.078	-368%	
	Resultado líquido do período	3.552	9.181	-5.629	-61%

* Antes de indemnizações por rescisão, justo valor, imparidades, provisões, depreciações, gastos de financiamento e impostos e outras operações não relacionadas com as atividades core da empresa.

A CP manteve em 2023 um *Resultado Líquido* positivo, no valor de 3,6 milhões de euros. A diminuição do *Resultado Líquido* face ao ano anterior, é explicada essencialmente pelo agravamento do *Resultado Financeiro* e pelo impacto das greves ocorridas, parcialmente compensados pelo acréscimo de compensações financeiras pelas obrigações de serviço público.

O *EBITDA recorrente das atividades de transportes e manutenção* foi, em 2023, de 114,7 milhões de euros, o que representou uma melhoria de 29,5 milhões de euros face ao ano anterior.

Ao nível dos rendimentos, destaca-se a diminuição dos *Serviços Prestados*, na ordem dos 7,5 milhões de euros, decorrente, essencialmente, do impacto dos conflitos laborais, bem como a variação positiva dos *Subsídios à Exploração*, em 41,7 milhões de euros, explicada pelo reconhecimento do acerto das compensações pelas obrigações de serviço público e reequilíbrio do contrato relativos a anos anteriores.

Os gastos com *Fornecimentos e Serviços Externos*, registaram uma diminuição de 14 milhões de euros, destacando-se o decréscimo dos custos da energia elétrica para tração.

Os gastos com *pessoal (sem indemnizações)*, aumentaram 9,3 milhões de euros, devido, essencialmente, ao acréscimo retributivo aos trabalhadores, com efeitos a janeiro de 2023. Registou-se ainda uma atualização adicional para alguns abonos, como por exemplo os prémios de produtividade diário, deslocações e ajudas de custo, prémios de condução e revisão, com efeitos a maio de 2023.

O *Resultado Financeiro* em 2023 foi negativo em 50,8 milhões de euros, verificando-se um agravamento face ao registado no ano anterior em cerca de 31,9 milhões de euros. Esta evolução é explicada, designadamente, pela autorização² do diferimento do pagamento do serviço da dívida dos empréstimos concedidos pela DGTF à CP, vencidos até 31 de dezembro de 2022 e a vencer em 2023, para um prazo até 31 de dezembro de 2023, ficando, no entanto, a dívida sujeita ao pagamento de juros remuneratórios.

Através do Despacho dos Senhores Ministros das Finanças e das Infraestruturas, de 9 de outubro de 2023, foi determinada a atribuição à CP das devidas compensações pelas obrigações de serviço público prestadas entre 2002 e 2019, mediante aumento do Capital Estatutário realizado em espécie, por conversão de créditos detidos pelo Estado, através da DGTF e em numerário, a realizar parcialmente em 2023 (30%) e o restante em 2024.

O aumento de capital realizado em numerário em 2023 foi parcialmente utilizado para proceder à recompra de obrigações da CP, numa operação com um valor total de 52,9 milhões de euros, incluindo amortização de dívida no montante de 44,5 milhões de euros e encargos na ordem dos 8,4 milhões de euros.

² Despachos do Senhor Secretário de Estado do Tesouro n.º 174/2023-SET, de 9 de maio, e do Senhor Ministro das Finanças n.º 130/2023-MF, de 6 de junho.

FERNAVE

Sumário Executivo

A FERNAVE registou em 2023 um acréscimo da sua atividade face ao ano anterior.

Os proveitos ascenderam a perto de 2 milhões de euros (um acréscimo de 31% face ao ano anterior), o que permitiu concluir o exercício de 2023 com um Resultado Líquido de 788,8 milhares de euros (uma melhoria de 47,3% face ao registado no ano anterior).

Atividade em 2023

Área da Formação:

Com um portfolio de cerca de 140 Clientes, empresariais e particulares, verificou-se um incremento, face ao ano anterior, de cerca de 10% em número de horas de formação e de 12% em número de participantes.

No último quadrimestre do ano, registou-se a abertura de quatro ações do curso de formação inicial de maquinista ferroviário. Uma das ações derivou do protocolo com o IEFP com vista à reinserção dos trabalhadores da antiga refinaria da Petrolgal / Galp no mercado de trabalho, através da formação para maquinistas.

Como resultado destas formações, no início de 2024 estarão disponíveis no mercado de trabalho 61 novos maquinistas.

Atividade de Psicologia:

Durante o ano, realizaram-se cerca de 1.400 exames, abrangendo intervenções de recrutamento e de avaliação psicológica, nomeadamente de seleção, exames de controlo especial e periódico, para vários clientes do setor dos transportes, no contexto da ferrovia, rodovia e marítimo-portuário, entre outros, bem como, para particulares.

Âmbito da Consultadoria:

Em 2023 verificou-se a expansão no mercado externo, em Angola, pela assessoria à concessão de um novo operador ferroviário de mercadorias no Caminho de Ferro de Benguela – CFB. Esta assessoria consistiu num conjunto de projetos estruturantes:

- Preparação do processo de licenciamento de operador ferroviário e certificado de segurança;
- Auditoria técnica especializada à operação e infraestrutura ferroviária;
- Conceção do diretório de rede (ainda em curso);

- Início da intervenção ao nível do comando e controlo da circulação.

Recursos Humanos

A FERNAVE manteve a sua equipa de 10 Colaboradores.

Proveitos

Os três segmentos de atuação da FERNAVE registaram incrementos significativos nos proveitos, decorrentes do acréscimo de atividade.

Os proveitos, no valor de perto de 2 milhões de euros, registaram um acréscimo de 31% face ao ano anterior.

Proveitos (Valores em euros)	2023	2022	Δ 23-22	Δ %
Formação	1 640 850 €	1 341 277 €	299 573 €	22,3%
Psicologia	149 681 €	139 172 €	10 509 €	7,6%
Consultadoria	175 785 €	21 008 €	154 777 €	736,8%
TOTAL	1 966 317 €	1 501 457 €	464 860 €	31,0%

Resultados

RENDIMENTOS E GASTOS (valores em euros)	2023	2022	Δ 23-22	Δ %
Vendas e serviços prestados	1 966 317 €	1 501 457 €	464 860 €	31,0%
Fornecimentos e serviços externos	-802 306 €	-546 650 €	-55 656 €	-10,2%
Gastos com o pessoal	-429 211 €	-380 888 €	-48 323 €	-12,7%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	334 €	-433 €	767 €	177,1%
Imparidade de investimentos não depreciáveis(perdas/reversões)	10 242 €	48 788 €	-38 546 €	-79,0%
Outros rendimentos	68 775 €	22 402 €	46 373 €	207,0%
Outros gastos	-2 744 €	-1 624 €	-1 120 €	-69,0%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	1 011 407 €	643 052 €	368 355 €	57,3%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-18 694 €	-10 391 €	-8 303 €	-79,9%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	992 713 €	632 661 €	360 052 €	56,9%
Juros e rendimentos similares obtidos	200 €	0 €		s/s
Resultado antes de impostos	992 913 €	632 661 €	360 252 €	56,9%
Imposto sobre o rendimento do período	-204 136 €	-97 272 €	-106 864 €	-109,9%
Resultado líquido do período	788 777 €	535 389 €	253 388 €	47,3%

A FERNAVE concluiu o exercício de 2023 com um Resultado Líquido de 788,8 milhares de euros, o que representou um acréscimo de 47,3% face ao ano anterior.

Destaca-se o aumento registado no Volume de Negócios, na ordem dos 31%, conforme analisado anteriormente.

No que diz respeito aos Fornecimentos e Serviços Externos, o aumento de 10,2% prende-se com o aumento da atividade formativa, realizado sobretudo com recurso a subcontratação.

O aumento dos Gastos com Pessoal deveu-se às atualizações salariais e ao impacto da entrada de um trabalhador no final de 2022.

ECOSAÚDE

Sumário Executivo

A ECOSAÚDE encerrou o exercício de 2023 com um Resultado Líquido de cerca de 27,6 milhares de euros, o que representou um decréscimo de 67,4 milhares de euros face ao ano anterior.

O volume de negócios registou um acréscimo de 2,7%.

A Ecosaúde diminuiu a sua dívida remunerada em 32 milhares de euros , correspondendo a uma variação de -18%.

Atividade em 2023

Registou-se um aumento da atividade da empresa na maioria dos serviços, principalmente nos Atos Médicos.

Indicadores de Atividade (Unidades)	2023	2022	Variação %
Medicina do trabalho (atos médicos)	13 769	13 167	5%
Segurança no trabalho (intervenções de condições de trabalho)	1 763	1 829	-4%
Prevenção e controlo de dependências (testes nos locais de trabalho)	11 327	11 137	2%
Especialidades médicas e de enfermagem	3 289	3 119	5%
Gestão de sinistros (consultas e tratamentos de AT's)	732	744	-2%
Formação - Volume de horas de formação	7 869	8 612	-9%
Formação - N.º de ações formação	65	23	183%
Formação - N.º de formandos	671	253	165%

Recursos Humanos

No final do exercício de 2023 a ECOSAÚDE manteve a sua equipa de 24 trabalhadores.

Proveitos

Os proveitos aumentaram 2,7% face ao ano anterior, constituindo a acionista, o seu maior cliente, representando 44% da faturação.

Cliente (Valores em milhares de euros)	2023	% do Total da Faturação em 2023
CP Comboios de Portugal EPE	1192 744	44%
Outras partes relacionadas grupo CP	29 496	1%
PSA SINES-TERMINAIS CONTE	299 672	11%
MULTICARE - SEG. SAÚDE,	74 721	3%
GENERALI SEGUROS, S.A	70 495	3%
Outros clientes (300 no total)	1035 674	38%
Total	2 702 802	

Resultados

A ECOSAÚDE encerrou o exercício de 2023 com um Resultado Líquido de cerca de 27,6 milhares de euros, o que representou um decréscimo de 67,4 milhares de euros face ao ano anterior.

As Vendas e Prestações de Serviços registaram um aumento de 2,7%, conforme analisado anteriormente, compensado, no entanto, pelo acréscimo registado nos *Fornecimentos e Serviços Externos*.

RENDIMENTOS E GASTOS (valores em euros)	2023	2022	Δ 23-22	Δ %
Vendas e Prestações de Serviços	2 702 802	2 632 741	70 061	2,7%
Fornecimentos e Serviços Externos	-1 808 723	-1 676 643	-132 080	-7,9%
Gastos com o pessoal	-793 539	-793 215	-324	-0,04%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-20 137	-8 190	-11 947	-145,9%
Outros Rendimentos e Ganhos	41 589	52 514	-10 925	-20,8%
Outros Gastos e Perdas	-30 732	-28 407	-2 325	-8,2%
Resultados Antes de Depreciações, Gastos de Financiamento e Impostos	91 260	178 800	-87 540	-49,0%
Gastos/Reversões de Depreciação e de Amortização	-31 642	-40 005	8 363	20,9%
Resultado Operacional (Antes de Gastos de Financiamento e Impostos)	59 618	138 795	-79 177	-57,0%
Juros e Gastos Similares Suportados	-12 883	-5 779	-7 104	-122,9%
Resultado Antes de Impostos	46 735	133 016	-86 281	-64,9%
Imposto sobre o rendimento do exercício	-19 165	-38 035	18 870	49,6%
Resultado Líquido do Período	27 570	94 981	-67 411	-71,0%

SAROS

Sumário Executivo

Em 2023 a Saros manteve as atividades de mediação das apólices de seguro das empresas que integram o Grupo CP e obteve um Resultado Líquido de 323,7 milhares de euros.

Atividade em 2023

Tendo presente a missão atribuída à empresa, que consiste na mediação das apólices de seguro das empresas que integram o Grupo CP, no decorrer do ano de 2023, a Saros desenvolveu a sua atividade centrando-se nos seguintes pilares:

- Auxílio às empresas na contratação de seguros, designadamente no que se refere à elaboração e revisão das peças concursais (programas de concurso, cadernos de encargos e outros), prestando todos os esclarecimentos técnicos necessários;
- Prestação de apoio técnico permanente e assessoria para esclarecimento de questões diversas sobre as apólices vigentes (coberturas / sinistros / indemnizações / entre outros);
- Gestão das apólices de seguro dos quais a Saros é mediadora. Importa referir que a intervenção da Saros não se esgota com a celebração dos contratos de seguro, pois a sua intervenção envolve também a prestação de assistência ao longo do período de vigência dos referidos contratos;
- Apoio na análise de risco e procura de soluções de produtos que melhor respondam às necessidades e especificidades das empresas.

Recursos Humanos

No ano de 2023 a atividade operacional foi assegurada apenas pela Gerência, não tendo a empresa outros trabalhadores ao seu serviço.

Proveitos

Em 2023 o valor de Vendas e Serviços Prestados pela SAROS cifrou-se nos 418,9 milhares de euros, o que representou um decréscimo de 1,3% face ao registado em 2022.

No que se refere à distribuição das comissões auferidas por ramo de seguros, a “Saúde” e os “Acidentes de Trabalho” foram os mais expressivos, representando, conjuntamente, 82,6% do total das comissões auferidas em 2023.

Ramos (Valores em Milhares de Euros)	2023	2022	Δ 23-22	Δ %
Acidentes de Trabalho	132,4	174,8	-42,3	-24,2%
Saúde	213,6	179,9	33,7	18,7%
Responsabilidade Civil	51,7	51,4	0,3	0,6%
Outros	21,1	18,3	2,8	15,5%
TOTAL	418,9	424,4	-5,5	-1,3%

Resultados

Em 2023 a Saros obteve um Resultado Líquido de 323,7 milhares de euros, o que representou um decréscimo de 14,1 milhares de euros face ao ano anterior (-4,2%).

As rubricas de “Vendas e Serviços Prestados”, “Fornecimentos e Serviços Externos” e “Gastos com o Pessoal” registaram valores semelhantes aos do ano anterior.

No que se refere aos “Outros Rendimentos” a variação registada decorre do reconhecimento de excessos de estimativa de imposto relativos a anos anteriores.

RENDIMENTOS E GASTOS (valores em euros)	2023	2022	Δ 23-22	Δ %
Vendas e serviços prestados	418 873	424 355	-5 482	-1,3%
Fornecimentos e serviços externos	-13 747	-13 368	-379	-2,8%
Gastos com o pessoal	-56 814	-56 889	75	0,1%
Outros rendimentos	57 794	70 834	-13 040	-18,4%
Outros gastos	-9 170	-9 241	70	0,8%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	396 936	415 661	-18 726	-4,5%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-2 889	-497	-2 392	-481,1%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	394 047	415 164	-21 118	-5,1%
Juros e rendimentos similares obtidos	6 790	0	6 790	s/s
Juros e gastos similares suportados	0	0	0	s/s
Resultado antes de impostos	400 837	415 164	-14 327	-3,5%
Imposto sobre o rendimento do período	-77 100	-77 400	300	0,4%
Resultado líquido do período	323 737	337 764	-14 027	-4,2%

SIMEF, A.C.E.

Sumário Executivo

O plano estratégico desenvolvido no exercício anterior, de aprovisionamento de materiais críticos para assegurar a continuidade da operação, permitiu que apesar da manutenção da guerra na Europa e da respetiva escalada de preços, não se verificassem disrupções na cadeia de aprovisionamentos e um impacto financeiro significativo. Os níveis de inventário revelaram um decréscimo relativamente ao fecho de 2022.

O Resultado Líquido no exercício de 2023 ascendeu a 976 milhares de euros (+3,6% face ao ano anterior). A faturação de serviços adicionais contribuiu para o aumento do Volume de Negócios.

Por via de proposta da Agrupada Siemens Mobility Portugal, deu-se início ao fornecimento de serviços de mão-de-obra para a instalação do Sistema CBTC em unidades do Metropolitano de Lisboa.

Atividade em 2023

Apesar dos constrangimentos criados pelo quadro de pessoal incompleto na área operacional, por motivo de apresentação de diversos pedidos de rescisão de Contratos de Trabalho e de dificuldades ao nível de recrutamento, foi garantido o cumprimento integral das atividades de manutenção das locomotivas.

Não obstante uma redução dos índices de fiabilidade, devido à obsolescência de equipamentos, registou-se um excelente desempenho ao nível da disponibilidade das frotas para o serviço comercial. Em relação ao número de quilómetros percorridos pelas locomotivas, registou-se um desvio positivo de 4,55% face à referência contratual na frota da CP e um desvio com sinal contrário de 13% na frota da Medway.

Ainda no âmbito operacional, destaca-se a continuidade dos trabalhos relativos às intervenções R2 na série LE4700, os quais para além de permitirem alavancar as competências técnicas, revestem-se de grande importância igualmente sob o ponto de vista do negócio.

O ano de 2023 foi marcado pela consolidação e melhoria de procedimentos, de metodologias e de fluxos de trabalho de processos e subprocessos intrínsecos à Área da Qualidade, Segurança e Ambiente (QSA) (criada em 2022), nos domínios da qualidade, da segurança ferroviária (SF) e da segurança e saúde no trabalho (SST). Iniciaram-se os trabalhos do projeto de implementação de uma solução / ferramenta informática de apoio à gestão do Sistema Integrado de Gestão da Manutenção, Qualidade, Segurança e Ambiente, cuja conclusão se espera que ocorra no 1.º trimestre de 2024.

Em 2023 foi garantida a renovação da certificação do Sistema de Gestão da Qualidade, ao abrigo da norma NP EN ISO 9001:2015 e a manutenção da certificação do Sistema de Gestão da Segurança e Saúde nos termos da norma NP EN ISO 45001:2018. Obtiveram-se ainda resultados muito positivos na 1ª Auditoria de Acompanhamento pela APNCF, no que respeita ao Sistema de Gestão de Segurança, implementado segundo o regulamento 2019/779 - de Entidade Responsável pela Manutenção.

Recursos Humanos

O SIMEF conta com um efetivo de 69 trabalhadores.

A taxa de absentismo reduziu-se para 1,69%, abaixo do objetivo estabelecido de 4% e dos 4,97% registados no ano anterior.

Foram ministradas 2.433 horas de formação, que corresponde a cerca de 35,13 horas de formação por colaborador.

No ano de 2023 manteve-se o enfoque de toda a Equipa SIMEF na consolidação da cultura corporativa de redução contínua da sinistralidade, tendo sido registado 1 acidente de trabalho.

Proveitos

O volume de negócios apresentou um incremento de 4,8%, justificado pela realização de serviços adicionais.

Segmento de Atividade (Valores em €)	2023	2022	Δ 22-21	Δ %
Manutenção de locomotivas	14 032 448	13 386 031	646 417	4,8%
TOTAL	14 032 448	13 386 031	646 417	4,8%

Resultados

RENDIMENTOS E GASTOS (valores em milhares de euros)	2023	2022	Δ 23-22	Δ %
Vendas e serviços prestados	14 032	13 386	646	4,8%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-1 530	-2 156	626	29,0%
Fornecimentos e serviços externos	-8 969	-7 953	-1 016	-12,8%
Gastos com o pessoal	-2 383	-2 206	-177	-8,0%
Provisões (aumentos/reduções)	-55	-47	-8	-15,9%
Outros rendimentos e gastos	-46	16	-62	-381,1%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	1 049	1 039	10	0,9%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-86	-98	12	12,0%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	963	942	21	2,3%
Juros e rendimentos similares obtidos	13	0	13	4987,7%
Resultado antes de impostos	976	942	34	3,6%
Imposto sobre o rendimento do período	0	0	0	s/s
Resultado líquido do período	976	942	34	3,6%

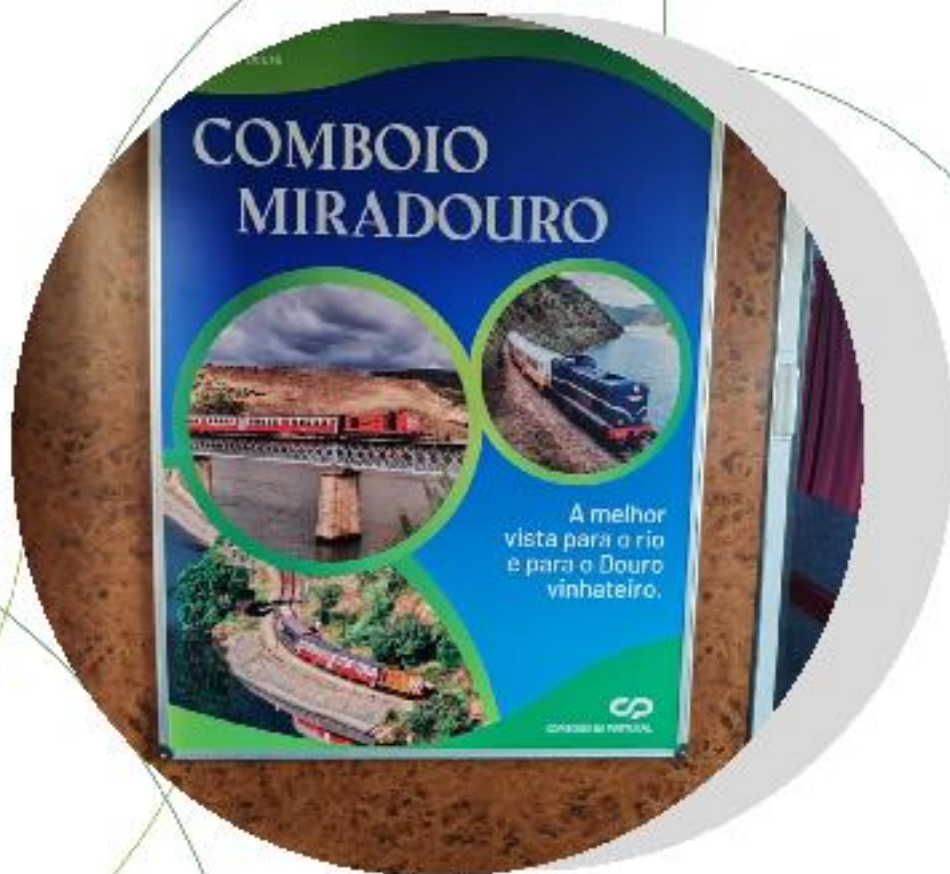
O Resultado Líquido no exercício de 2023 ascendeu a 976 milhares de euros, o que representou uma melhoria de 3,6% face ao ano anterior.

A realização de serviços adicionais contribuiu para o aumento do valor do volume de negócios e teve impacto no acréscimo de gastos verificado.

No final de 2023 ocorreu uma inspeção fiscal ao ano de 2019 por parte da Autoridade Tributária (AT), que apresentou uma proposta de correção ao exercício de 2019, em sede de retenção na fonte de IRC, no montante de 25.100,75 Euros. O Conselho de Administração do SIMEF, baseado na opinião dos consultores fiscais, entende que cumpriu as obrigações fiscais e desta forma irá contestar junto da AT a proposta apresentada.

5.

Análise Económico- Financeira



Resultados

Resultado Líquido do Grupo

RENDIMENTOS E GASTOS (valores em milhares de euros)	PERÍODOS		Variação 2023/2022		
	REAL 31/12/2023	REAL 31/12/2022	Valor	%	
Vendas e serviços prestados	270 622	277 500	-6 878	-2%	
Vendas e serviços prestados - Passageiros	248 158	256 518	-8 360	-3%	
Vendas e serviços prestados - Manutenção e reparação	14 937	13 902	1 035	7%	
Vendas e serviços prestados - Outros	7 527	7 080	447	6%	
Subsídios à exploração	157 885	116 204	41 681	36%	
Variação nos inventários da produção	1 745	2 096	-351	-17%	
Trabalhos para a própria entidade	15 910	12 992	2 918	22%	
Outros rendimentos	24 307	27 938	-3 631	-13%	
	470 489	436 730	33 739	8%	
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-35 278	-32 944	-2 334	-7%	
Fornecimentos e serviços externos	-146 782	-160 549	13 767	9%	
Gastos com o pessoal (s/ Indemnizações e acordo de variáveis)	-159 589	-150 272	-9 317	-6%	
Outros gastos	-10 770	-4 715	-6 055	-128%	
	-352 419	-348 480	-3 939	-1%	
Resultado operacional das atividades Core* (EBITDA)	118 050	88 250	29 800	34%	
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-53 426	-56 870	3 444	6%	
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	111	342	-231	-68%	
Indemnizações por rescisão	-279	-235	-44	-19%	
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos cor	1 537	1 187	350	29%	
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	-2 068	-2 071	3	0%	
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	261	-42	303	721%	
Provisões (aumentos/reduções)	-261	692	-953	-138%	
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	-1 990	310	-2 300	-742%	
Diferenças de câmbio (aumento/reduções)	-2 679	-2 049	-630	-31%	
Outros rendimentos (não core)	55	4	51	1275%	
Outros gastos (não core)	-1 952	-615	-1 337	-217%	
	Resultado operacional	57 359	28 903	28 456	98%
Aumentos/reduções de justo valor	0	0	0	s/s	
Juros e rendimentos similares obtidos	50	10	40	400%	
Juros e gastos similares suportados	-51 135	-19 100	-32 035	-168%	
	Resultado financeiro	-51 085	-19 090	-31 995	-168%
	Resultado antes de impostos	6 274	9 813	-3 539	-36%
Imposto sobre o rendimento do período	-2 943	-630	-2 313	-367%	
	Resultado líquido do período	3 331	9 183	-5 852	-64%

* Antes de indemnizações por rescisão, justo valor, imparidades, provisões, depreciações, gastos de financiamento e impostos e outras operações não relacionadas com as atividades *core* do grupo.

O *Resultado Líquido do Grupo CP* manteve-se positivo em 2023, situando-se nos 3,3 milhões de euros, o que representou uma redução de cerca de 5,9 milhões de euros face ao ano anterior.

Esta evolução é explicada, essencialmente, pelo agravamento do resultado financeiro e pelo impacto das greves ocorridas, parcialmente compensados pelo acréscimo de compensações financeiras pelas obrigações de serviço público.

Resultado Operacional das Atividades Core (EBITDA)

O *EBITDA* recorrente *das Atividades Core* (transportes e manutenção) foi, em 2023, de 118,1 milhões de euros, o que representou uma melhoria de cerca de 29,8 milhões de euros face ao ano anterior.

De seguida, apresentam-se as principais alterações que contribuíram para a variação verificada:

- Diminuição dos *Serviços Prestados*, na ordem dos 6,9 milhões de euros, decorrente do decréscimo dos rendimentos associados ao serviço de transporte de passageiros (-8,4 milhões de euros), justificado, essencialmente, pelo impacto dos conflitos laborais. De referir o aumento verificado nas prestações de serviço relacionadas com a área de manutenção e reparação de material circulante (+1 milhão de euros);
- Variação positiva dos *Subsídios à Exploração*, em 41,7 milhões de euros, explicada por:
 - aumento dos duodécimos atribuídos a título de compensação pelas obrigações de serviço público prestadas nos respetivos anos de 2022 e 2023, em 28 milhões de euros;
 - reconhecimento em 2022 do reequilíbrio do contrato de obrigações de serviço público relativo ao ano de 2020 (17,7 milhões de euros);
 - reconhecimento em 2023 dos montantes relativos ao acerto das compensações e reequilíbrio do contrato de obrigações de serviço público respeitantes ao ano de 2021 (58,1 milhões de euros) e ao acerto de compensações referente ao ano de 2022 (7,1 milhões de euros);
 - reconhecimento em 2023 de uma diminuição de rendimentos na ordem dos 33,8 milhões de euros pelo acerto das compensações pelas obrigações de serviço público prestadas no próprio ano de 2023;
- Aumento dos *Trabalhos Para a Própria Entidade*, no montante de 2,9 milhões de euros;
- Decréscimo dos *Outros Rendimentos*, em cerca de 3,6 milhões de euros, de onde se destaca a diminuição da rubrica de *Rendimentos de Exercícios Anteriores*, designadamente, dos acertos das compensações respeitantes ao Programa de Apoio à Redução Tarifária nos Transportes Públicos (PART), em cerca de 2,2 milhões de euros;
- Aumento do *Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas*, em 2,3 milhões de euros, com especial incidência nos *consumos de armazém* da área de manutenção de material circulante (+4,3 milhões de euros), parcialmente compensados pela diminuição do *consumo de combustível* (-1,8 milhões de euros);
- Diminuição dos *Fornecimentos e Serviços Externos*, em cerca de 13,8 milhões de euros, com especial destaque para o decréscimo dos custos de *energia elétrica para tração*, que registou uma diminuição face ao ano anterior na ordem dos 16,6 milhões de euros;
- Aumento dos *Gastos com Pessoal* (sem indemnizações), em 9,3 milhões de euros, variação que é justificada, essencialmente, pelo acréscimo retributivo aos trabalhadores, com efeitos a janeiro de 2023. Registou-se ainda uma atualização adicional para alguns abonos, como por exemplo os prémios de produtividade diário, deslocações e ajudas de custo, prémios de condução e revisão, com efeitos a maio de 2023;
- Aumento dos *Outros Gastos*, na ordem dos 6,1 milhões de euros, podendo destacar-se:

- (i) o acréscimo da rubrica de *Correção de Exercícios Anteriores*, em função do registo das despesas com eletricidade relativas ao período compreendido entre julho e outubro de 2022 (2,1 milhões de euros);
- (ii) o gasto respeitante ao reconhecimento das penalidades previstas no Contrato de Obrigações de Serviço Público da CP, referentes aos anos de 2022 e 2023 (1,5 milhões de euros);
- (iii) os gastos associados ao acerto do preço médio móvel dos rotáveis (2,8 milhões de euros).

Resultado Operacional

O Resultado Operacional do Grupo CP em 2023 situou-se nos 57,4 milhões de euros, o que representou uma melhoria de 28,5 milhões de euros face ao registado no ano anterior (28,9 milhões de euros). Salientam-se as seguintes variações mais significativas, para além das já mencionadas para o EBITDA:

- Diminuição dos *Gastos de Depreciação e de Amortização*, em 3,4 milhões de euros;
- Variação negativa das *Provisões* no montante de cerca de 1 milhão de euros, em função das responsabilidades apuradas, nomeadamente, das penalidades contratuais associadas à prestação de serviços de manutenção do material circulante da Metro do Porto;
- Variação negativa na rubrica de *Imparidade de Investimentos Não Depreciáveis / Amortizáveis (Perdas / Reversões)*, em cerca de 2,3 milhões de euros, decorrente do registo de imparidade no montante de 2 milhões de euros relacionada com a participação financeira no Centro de Competências Ferroviário;
- Aumento dos *Outros Gastos (Não Core)*, em 1,3 milhões de euros, em resultado do abate de equipamentos descontinuados, inoperacionais e sem condições de reparação ter sido, em 2023, em valor superior ao verificado em 2022.

Resultado Financeiro

O Resultado Financeiro do Grupo CP em 2023 foi negativo em 51 milhões de euros, verificando-se um agravamento face ao registado no ano anterior em cerca de 32 milhões de euros.

Esta evolução é explicada, designadamente, pelos Despachos do Senhor Secretário de Estado do Tesouro n.º 174/2023-SET, de 9 de maio, e do Senhor Ministro das Finanças n.º 130/2023-MF, de 6 de junho, que permitiram o diferimento do pagamento do serviço da dívida dos empréstimos concedidos pela DGTF à CP, vencidos até 31 de dezembro de 2022 e a vencer em 2023, para até 31 de dezembro de 2023, ficando, no entanto, a dívida sujeita ao pagamento de juros remuneratórios.

Através do Despacho dos Senhores Ministros das Finanças e das Infraestruturas, de 9 de outubro de 2023, foi determinada a atribuição à CP das devidas compensações pelas obrigações de serviço público prestadas entre 2002 e 2019, mediante aumento do capital estatutário realizado em espécie, por conversão de créditos detidos pelo Estado, através da DGTF e em numerário, a realizar parcialmente em 2023 (30%) e o restante em 2024.

O aumento de capital realizado em numerário em 2023 foi parcialmente utilizado para proceder à recompra de obrigações da CP, numa operação com um valor total de 52,9 milhões de euros, incluindo amortização de dívida no montante de 44,5 milhões de euros e encargos na ordem dos 8,4 milhões de euros.

Balanço

(valores em milhares de euros)

RUBRICAS (valores em milhares de euros)	PERÍODOS		Variação 20223/ 2022	
	31-12-2023	31-12-2022	Valor	%
ATIVO				
Ativo Não Corrente	383 865	393 588	-9 723	-2%
Ativo Corrente	356 364	134 099	222 265	166%
Total do Ativo	740 229	527 687	212 542	40%
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO				
Capital Próprio que inclui:	226 759	-1 876 363	2 103 122	112%
Resultado Líquido do período	3 331	9 183	-5 852	-64%
Total do Capital Próprio	226 759	-1 876 363	2 103 122	112%
PASSIVO				
Passivo Não Corrente	172 958	216 867	-43 909	-20%
Passivo Corrente	340 512	2 187 183	-1846 671	-84%
Total do Passivo	513 470	2 404 050	-1890 580	-79%
Total do Capital Próprio + Passivo	740 229	527 687	212 542	40%

Ativo

Em 2023, o Ativo do Grupo CP aumentou cerca de 212,5 milhões de euros, sendo de realçar os seguintes impactos:

- Diminuição dos *Ativos Fixos Tangíveis*, em 10,5 milhões de euros, em virtude de o valor de investimento ter sido insuficiente para compensar as depreciações do ano;
- Aumento do saldo do *Estado e Outros Entes Públicos* em 1,4 milhões de euros, decorrente, fundamentalmente, do acréscimo dos valores de *IVA a Recuperar*;
- Aumento do saldo de *Diferimentos*, em cerca de 2 milhões de euros, relativo nomeadamente a contratos relacionados com serviços informáticos;
- Aumentos dos saldos de *Clientes e Outros Créditos a Receber*, no montante de 26,7 milhões de euros, com especial enfoque na variação da rubrica de *Devedores Por Acréscimos de Rendimentos*, pelo registo do acerto da compensação financeira pelas obrigações de serviço público de transporte ferroviário de passageiros relativo ao ano de 2022 e do reequilíbrio do contrato referente ao ano de 2021;
- Aumento de 1,9 milhões de euros na rubrica de *Direito de Usos de Ativos* (IRFS16), em resultado da prorrogação do contrato de locação de material circulante à RENFE Alquiler, SA (18 automotoras) pelo prazo adicional de 3 anos (2023-2025);
- Aumento do saldo de *Capital Subscrito e Não Realizado*, em 126,3 milhões de euros. Na sequência do Despacho dos Ministros das Finanças e das Infraestruturas, de 9 de outubro de 2023, foi determinada a atribuição à CP das devidas compensações pelas obrigações de

serviço público prestadas entre 2002 e 2019, mediante aumento do capital estatutário realizado em espécie, por conversão de créditos detidos pelo Estado, através da DGTF e em numerário, a realizar parcialmente em 2023 (30%) e o restante em 2024;

- Aumento do saldo de *Caixa e Depósitos Bancários*, em 66,6 milhões de euros, dos quais 50,9 milhões de euros relativos a transferência realizada pelo Fundo Ambiental para financiamento da aquisição de 117 automotoras para Serviço Urbano e Regional, conforme RCM n.º 57-F/2024, de 21 de março.

Capital

Através do Despacho dos Ministros das Finanças e das Infraestruturas, de 9 de outubro de 2023, foi determinada a atribuição à CP das devidas compensações pelas obrigações de serviço público prestadas entre 2002 e 2019, mediante aumento do capital estatutário em cerca de 2,1 mil milhões de euros, realizados:

- a) por entradas em espécie de 1 919,3 milhões de euros através da conversão de créditos detidos pelo Estado (1 813,9 mil milhões de euros de capital e 105,4 milhões de euros de juros);
- b) em numerário no valor de 180,4 milhões de euros (30% a realizar de imediato e os restantes 70% até 31 de dezembro de 2024).

No mesmo Despacho foi ainda determinado:

- Utilizar o montante de 91,4 milhões de euros do saldo da conta com a designação “*Reservas Saneamento Financeiro*”, constante da rubrica de “*Outras Variações No Património Líquido*”, para cobertura parcial de Resultados Transitados negativos, registados no fim do exercício de 2022;
- Reduzir o *Capital Estatutário* em 5 846,6 milhões de euros para cobertura do remanescente dos *Resultados Transitados* negativos registados à data de 31 de dezembro de 2022, fixando deste modo o capital estatutário em 212,6 milhões de euros.

Para além das variações identificadas acima, registou-se ainda a transferência para *Resultados Transitados* do *Resultado Líquido* relativo ao exercício de 2022, o que ainda aguarda aprovação pela Tutela.

Passivo

O *Passivo* do Grupo CP registou em 2023 uma diminuição de 1 891 milhões de euros, sendo de realçar os seguintes impactos mais significativos:

- Diminuição do saldo de *Financiamentos Obtidos*, em cerca de 1 908 milhões de euros, explicada em detalhe de seguida no ponto da Dívida Remunerada;
- Aumento do saldo em dívida ao *Estado e Outros Entes Públicos*, em 2,4 milhões de euros, decorrente, fundamentalmente, da variação ocorrida na estimativa de *Imposto a Pagar*;
- Diminuição do saldo de *Fornecedores e Outras Dívidas a Pagar*, em 41,4 milhões de euros, destacando-se a rubrica de *Credores Por Acréscimo de Gastos*, na qual se registaram as seguintes variações:
 - anulação de *Acréscimos de Gastos* com juros de financiamentos DGTF, no valor de 105,4 milhões de euros;

- Registo da responsabilidade resultante do acerto das compensações financeiras pelas obrigações de serviço público de transporte ferroviário de passageiros relativas ao ano de 2023 (33,8 milhões de euros);
- Aumento da rubrica de *Diferimentos*, no montante de 54,4 milhões de euros, referente a subsídios ao investimento para material circulante. O valor é imputado como rendimento do exercício, numa base sistemática e racional durante a vida útil do ativo, na mesma proporção em que são reconhecidas as depreciações.

Dívida Remunerada

A 31 de dezembro de 2023 a dívida financeira do Grupo situava-se em cerca de 202,6 milhões de euros, apresentando-se o detalhe por fontes de financiamento conforme gráfico seguinte:

Fontes de Financiamento (Valores em 10⁵ €)

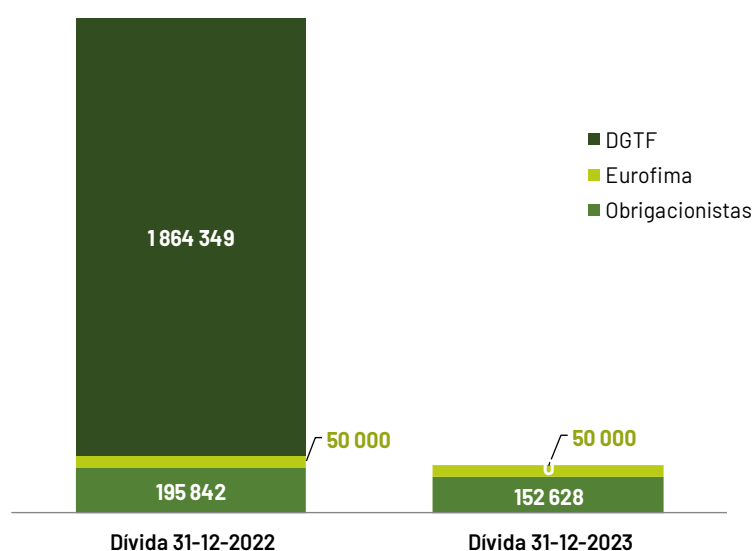


Gráfico 5 - Fontes de Financiamento.

Através do Despacho dos Ministros das Finanças e das Infraestruturas, de 9 de outubro de 2023, foi determinada a atribuição à CP das devidas compensações pelas obrigações de serviço público prestadas entre 2002 e 2019, mediante aumento do capital estatutário em cerca de 2,1 mil milhões de euros, realizados:

- por entradas em espécie de 1 919,3 milhões de euros através da conversão de créditos detidos pelo Estado (1 813,9 mil milhões de euros de capital e 105,4 milhões de euros de juros);
- em numerário no valor de 180,4 milhões de euros (30% a realizar de imediato e os restantes 70% até 31 de dezembro de 2024).

O aumento de capital realizado em numerário em 2023 foi parcialmente utilizado para proceder à recompra de obrigações da CP, numa operação com um valor total de 52,9 milhões de euros, incluindo amortização de dívida no montante de 44,5 milhões de euros e encargos na ordem dos 8,4 milhões de euros.

No âmbito do Contrato de Obrigações de Serviço Público a CP recebeu em 2023:

- 134 milhões de euros (incluindo IVA) a título de duodécimos relativos às compensações financeiras pelas obrigações de serviço público prestadas no ano de 2023;
- 48,7 milhões de euros (incluindo IVA) referentes ao acerto das compensações relativas às obrigações de serviço público prestadas em 2021;
- 1,1 milhões de euros (incluindo IVA) referentes a acerto do valor de reequilíbrio do contrato de obrigações de serviço público relativo ao ano de 2020.

Na sequência do recebimento destes acertos das compensações foi possível proceder às seguintes amortizações de dívida:

- remanescente do empréstimo DGTF contraído no final de 2020, no valor de 15,4 milhões de euros;
- empréstimo DGTF contraído em 2022, no valor de 35 milhões de euros.

Com estas amortizações concluiu-se a liquidação dos empréstimos contraídos junto da DGTF.

Na estrutura da dívida do Grupo, a dívida de médio e longo prazo representa 75,3%, conforme se possível verificar no gráfico seguinte:

Estrutura da Dívida

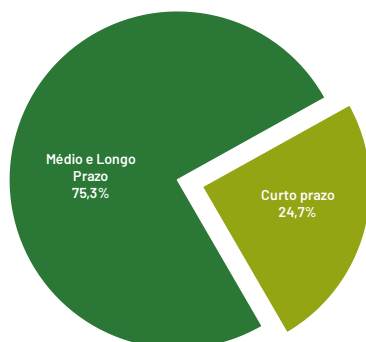


Gráfico 6 – Estrutura da Dívida.

Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado

O Grupo CP tem desenvolvido todos os esforços para assegurar o cumprimento do princípio da Unidade de Tesouraria do Estado, centrando o máximo de serviços no IGCP.

No entanto, dadas as especificidades das suas atividades, tem sido necessário manter a movimentação de algumas contas bancárias junto da banca nacional, pela impossibilidade de alguns serviços necessários ao seu funcionamento serem prestados pelo IGCP.

Nesse contexto, dando cumprimento ao estabelecido na legislação sobre o princípio da Unidade de Tesouraria do Estado a que as empresas públicas estão sujeitas, as empresas do Grupo CP têm requerido a dispensa do seu cumprimento para alguns serviços não fornecidos pelo IGCP, tendo sido obtida a referida exceção, nomeadamente, para a recolha, transporte e contagem de valores dos pontos de venda CP situados nas diferentes estações da rede ferroviária nacional, os serviços de Gateway de pagamentos para as vendas efetuadas através dos canais digitais da CP, empréstimos bancários, garantias bancárias que não possam ser substituídas por depósitos caucionados e a guarda de títulos de Empresas Participadas.

Assim, considera-se que está assegurada a conformidade com a legislação aplicável nesta matéria.

6.

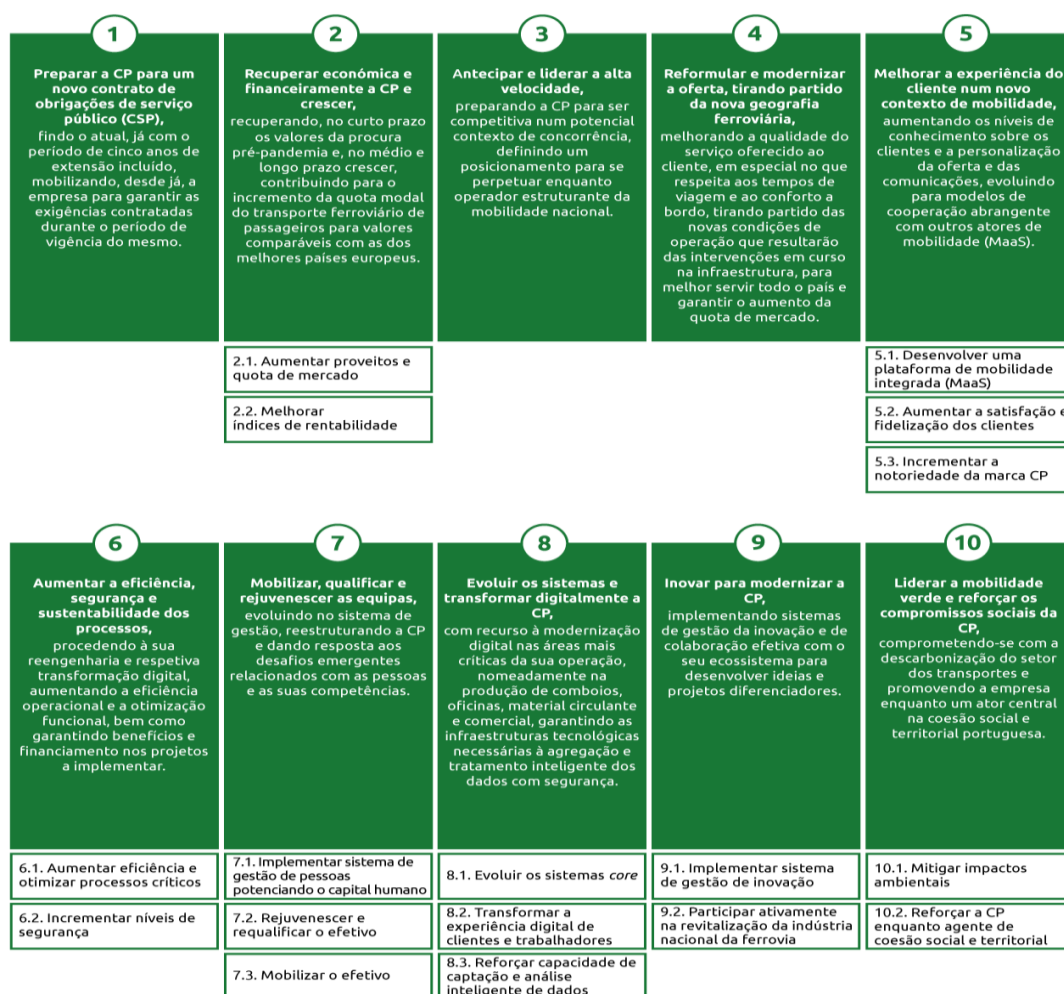
Perspetivas Para 2024



CP

A CP assume-se como operador estruturante da mobilidade interna e líder do mercado do transporte de passageiros, criando valor para todos os stakeholders, contribuindo para a coesão territorial e para a sustentabilidade económica, social e ambiental do país.

Tendo em conta os pontos fortes e fracos e as ameaças e oportunidades que se perspetivam, foi desenvolvido o Plano Estratégico 2022-2030, com os seguintes Objetivos Estratégicos e específicos:



Para 2024 perspetiva-se um aumento da procura e dos respetivos rendimentos de transporte de passageiros, apesar das alterações aos padrões de mobilidade, resultantes do teletrabalho e de alguma imprevisibilidade quanto à evolução do cenário económico, devido à atual conjuntura internacional.

Por via das intervenções planeadas na infraestrutura com conclusão prevista para 2024, prevê-se, nomeadamente, a reformulação do modelo produtivo da Linha do Oeste, após eletrificação até Torres Vedras e a retoma dos serviços na Linha da Beira Alta.

Ao nível do material circulante, encontra-se em execução o contrato relativo à aquisição de 22 automotoras para serviço regional, perspetivando-se o recebimento das primeiras sete unidades no final de 2025.

Foi adjudicado no final de 2023, o concurso para a aquisição de 117 automotoras para os Serviços Urbanos de Lisboa e do Porto e Serviço Regional. Perspetiva-se a entrada em vigor do contrato em 2024, após levantamento da impugnação apresentada por parte das duas empresas preteridas e obtenção de visto do Tribunal de Contas.

Perspetiva-se ainda, o lançamento, em 2024, do processo de aquisição de automotoras para o segmento comercial de alta velocidade.

Ao nível dos equipamentos comerciais, atendendo a que grande parte dos mesmos apresenta problemas de obsolescência operacional, dar-se-á continuidade aos respetivos processos de substituição.

Ao nível dos recursos humanos, perspetiva-se que se realizem os recrutamentos necessários para assegurar a operação de transporte e de manutenção do material circulante.

Na sequência da operação de recomposição de capitais realizada em 2023, em conjunto com a recuperação da procura e a atribuição das devidas compensações financeiras pelo serviço público prestado, perspetiva-se que a empresa continue a apresentar uma situação financeira equilibrada e sustentável.

FERNAVE

O objetivo prioritário do Portugal 2030 consiste na “Qualificação, Formação e Emprego”, visando assegurar a disponibilidade de recursos humanos com as qualificações necessárias ao processo de desenvolvimento e transformação económica e social nacional, assegurando a sustentabilidade do emprego.

Tendo em conta as perspetivas de criação de novos postos de trabalho e a aposta na manutenção, reabilitação e/ou construção de infraestruturas em resultado do PNI 2030, a FERNAVE espera melhorar o desempenho operacional da empresa, garantindo a qualidade dos serviços e a manutenção do equilíbrio operacional.

ECOSAÚDE

A ECOSAÚDE deseja manter-se dotada do conhecimento, dos recursos e das competências para executar uma prestação de serviços de qualidade nas áreas da saúde e segurança no trabalho, de acordo com as exigentes necessidades dos clientes.

Antecipam-se subidas de alguns gastos operacionais, nomeadamente, de prestadores de serviços clínicos (áreas médica, enfermagem e de técnicos de segurança no trabalho), assim como nos custos do arrendamento de instalações. Poderá ser difícil repercutir estes acréscimos nos contratos dos clientes.

O enfoque do ano 2024 será assim na manutenção de uma capacidade instalada qualificada e na continuação da procura da eficiência operacional da mesma, que resulte na manutenção de uma rentabilidade adequada.

SAROS

O objetivo global definido será no sentido da continuidade da rentabilização do potencial que a Saros poderá proporcionar ao Grupo CP, mantendo uma estrutura de custos otimizada e maximizando os resultados obtidos.

SIMEF

O ano 2024 será de grande exigência e de desafios, mas também um ano de oportunidades, designadamente tendo em conta o papel que o SIMEF assume desde 2022 enquanto Entidade Responsável de Manutenção das frotas de locomotivas elétricas da Medway e da CP, assim como a necessidade que decorre da gestão da obsolescência dos equipamentos da série LE5600.

Prevê-se uma atividade operacional intensa, particularmente na manutenção pesada, resultante quer da necessidade da realização de 11 grandes reparações tipo R, quer da possibilidade de participação na reposição ao serviço da LE5613. No que respeita à manutenção ligeira, o quantitativo de intervenções planeadas está em linha com o realizado no último exercício.

Ao nível da utilização das frotas pelos Clientes, estima-se que esta se situe em linha com os níveis registados em 2023, i.e., superior à referência contratual no caso do Cliente CP e bastante inferior à referência contratual no que ao Cliente Medway diz respeito.

Ao nível dos Serviços Adicionais destacam-se a continuidade da realização das intervenções de tipo R2 na série LE4700, assim como a realização de diversas modificações nas séries LE4700 e LE5600 solicitadas pelos Clientes, cujos projetos foram iniciados em 2023.

Em matéria de pessoal, prevêem-se medidas para assegurar a satisfação e a retenção do capital humano, nomeadamente através de ajustes salariais, minimizando assim o impacto da taxa de inflação, assim como a continuidade do alargamento dos benefícios sociais aos colaboradores, aproveitando as sinergias proporcionadas pelas Empresas Agrupadas, Siemens e CP.

No que concerne à aquisição de materiais e serviços de reparação para incorporação nas intervenções, procurar-se-á aumentar a diversificação de fornecedores / prestadores de serviço e nos casos possíveis, proceder à internalização dos serviços.

O SIMEF continuará a apostar na componente de Inovação e Desenvolvimento, com particular atenção na vertente de cibersegurança, de modo a evitar qualquer disrupção digital no negócio.

7.

Recomendações do Acionista



Recomendações do Acionista Emitidas Aquando da Aprovação das Contas de 2022

As Contas de 2016 a 2021 foram aprovadas pelas Tutelas Financeira e Sectorial em 25 de março de 2024, sem recomendações.

As Contas de 2022 aguardam aprovação pela Tutela.

8.

Factos Relevantes Após o Termo do Exercício



Factos Relevantes Após o Termo do Exercício

Após a data de balanço destacam-se os seguintes acontecimentos:

- Pela RCM n.º 5/2024 de 5 de janeiro, foi aprovada a realização da despesa relativa às compensações financeiras a pagar pelo Estado à CP, incluindo os valores máximos de acertos de compensações financeiras de obrigações de serviço público (OSP) relativas aos anos de 2021 e 2022.
- Por despacho n.º 197/2024 do Secretário de Estado do Tesouro, nos termos do n.º 1 do artigo 15.º do DL n.º 276/2007, de 31 de julho, foi homologado o relatório de auditoria da IGF referente ao acerto de reequilíbrio do contrato pela compensação financeira das OSP de 2021. Valor reconhecido nas contas de 2023, e do qual a CP aguarda ser ressarcida.
- Por ofício n.º S/24/17509 do Instituto da Mobilidade dos Transportes, de 21 de março, foi validado pelo IMT o acerto de reconciliação da compensação financeira das OSP de 2022. Valor reconhecido nas contas de 2023, e do qual a CP aguarda ser ressarcida.
- Por diploma n.º 86_2024 de 25 de março do Secretário de Estado do Tesouro e do Secretário de Estado Adjunto e das Infraestruturas, foram aprovados os documentos de prestação de contas individuais e consolidadas dos exercícios de 2016 a 2021.

Não temos conhecimento de qualquer outra situação que devesse ser refletida nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023, não se colocando em causa o pressuposto da continuidade das operações.

Lisboa, 12 de junho de 2024

O Conselho de Administração

Presidente: Pedro Miguel Sousa Pereira Guedes Moreira

Vice-presidente: Maria Isabel de Magalhães Ribeiro

Vogal: Ana Maria dos Santos Malhó

Vogal: Pedro Manuel Franco Ribeiro

Vogal: Joaquim José Martins Guerra

9.

Demonstrações Financeiras



Demonstração da Posição Financeira Consolidada em 31 de dezembro de 2023

RUBRICAS	NOTAS	Valores em Euros	
		PERIODOS	
		31-dez-23	31-dez-22
ATIVO			
Activo Não Corrente			
Activos Fixos Tangíveis	6	342 594 700	353 094 209
Activos Intangíveis	7	377 275	678 368
Direitos de uso de ativos (IFRS 16)	8	9 866 976	7 985 656
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	9	2 936 158	3 750 315
Outros investimentos financeiros	10	28 089 602	28 079 361
		383 864 711	393 587 909
Activo Corrente			
Inventários	12	43 764 506	44 579 526
Clientes	13	14 450 928	10 794 886
Estado e Outros Entes Públicos	14	11 991 073	10 547 845
Capital subscrito e não realizado	18	126 307 574	-
Outros créditos a receber	15	37 690 763	14 636 589
Diferimentos	16	3 176 989	1 178 525
Ativos não correntes detidos para venda	17	2 051 678	2 064 340
Caixa e depósitos bancários	4	116 930 564	50 297 527
		356 364 075	134 099 238
Total do activo		740 228 786	527 687 147
Capitais Próprios e Passivo			
Capital Próprio			
Capital subscrito	18	212 635 680	3 959 489 351
Reservas Legais	19	24 703	24 703
Outras Reservas	20	1 306 650	1 306 650
Resultados Transitados	21	9 327 920	(5 937 857 128)
Ajustamentos/ outras variações no capital próprio	22	132 640	91 490 008
Resultado Líquido do período		3 331 028	9 183 233
Total Capital Próprio		226 758 621	(1 876 363 183)
Passivo			
Passivo Não Corrente			
Provisões	23	12 140 847	12 538 315
Financiamentos Obtidos	24	152 627 895	196 841 684
Passivos de locação (IFRS 16)	8	8 189 715	7 487 068
		172 958 457	216 867 067
Passivo Corrente			
Fornecedores	26	15 037 882	14 999 398
Estado e Outros Entes Públicos	14	3 164 074	748 980
Financiamentos Obtidos	24	50 000 000	1 913 349 168
Passivos de locação (IFRS 16)	8	1 751 110	548 399
Outras dívidas a pagar	25	134 055 556	175 463 686
Diferimentos	16	136 503 086	82 073 632
		340 511 708	2 187 183 263
Total do passivo		513 470 165	2 404 050 330
Total do capital próprio e do passivo		740 228 786	527 687 147

Para ser lido em conjunto com as notas anexas às demonstrações financeiras.

Contabilista Certificado - Dr.^a Elisabete Bettencourt

Presidente - Eng.^o Pedro Miguel Sousa Pereira Guedes Moreira

Vice-Presidente - Dr.^a Maria Isabel de Magalhães Ribeiro

Vogal - Dr.^a Ana Maria dos Santos Malhó

Vogal - Eng.^o Pedro Manuel Franco Ribeiro

Vogal - Dr.^o Joaquim Jose Martins Guerra

Demonstração consolidada dos resultados e de outro rendimento integral

Período findo em 31 de dezembro de 2023

Valores em Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2023	2022
Vendas e serviços prestados	27	270 622 461	277 500 580
Subsídios à exploração	28	157 884 853	116 203 550
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	29	1 537 420	1 187 402
Variação nos inventários da produção	30	1 745 457	2 095 617
Trabalhos para a própria entidade	31	15 909 557	12 992 032
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	32	(35 278 014)	(32 943 532)
Fornecimentos e serviços externos	33	(146 781 953)	(160 549 124)
Gastos com o pessoal	34	(159 867 863)	(150 507 074)
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	12	(2 068 445)	(2 071 014)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	13/15	261 025	(41 997)
Provisões (aumentos/reduções)	23	(261 446)	691 654
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	35	(1 989 758)	309 760
Outros rendimentos	36	25 894 913	30 261 098
Outros gastos	37	(16 933 708)	(9 697 451)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		110 674 499	85 431 501
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	38	(53 426 164)	(56 869 503)
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	39	111 045	342 412
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		57 359 380	28 904 410
Juros e rendimentos similares obtidos	40	49 527	9 671
Juros e gastos similares suportados	41	(51 134 842)	(19 100 400)
Resultado antes de impostos		6 274 065	9 813 681
Imposto sobre o rendimento do período	11	(2 943 037)	(630 448)
Resultados Líquido do Período		3 331 028	9 183 233
Outras operações no capital		49 811	(7 903)
Resultado integral do período		3 380 839	9 175 330

Para ser lido em conjunto com as notas anexas às demonstrações financeiras.

Contabilista Certificado - Dr.ª Elisabete Bettencourt

Presidente - Eng.º Pedro Miguel Sousa Pereira Guedes Moreira

Vice-Presidente - Dr.ª Maria Isabel de Magalhães Ribeiro

Vogal - Dr.ª Ana Maria dos Santos Malhó

Vogal - Eng.º Pedro Manuel Franco Ribeiro

Vogal - Dr.º Joaquim Jose Martins Guerra

(valores em euros)

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe							Total	Interesses que não controlam	Total do Capital Próprio
		Capital	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transmitidos	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período			
Posição no início do período de 2022	1	3 959 489 351	24 703	1 306 650	(5 924 032 469)	-	91 490 008	(13 816 756)	(1 885 538 513)	(18 855 538 513)	
Alterações no período		-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Primeira adoção de novo referencial contabilístico		-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Alterações de políticas contabilísticas	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Realização de excedentes de revalorização		-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Excedentes de revalorização		-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Ajustamentos por impostos diferidos		-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	22	-	-	-	(13 824 659)	-	-	13 816 756	(7 903)	(7 903)	
Resultado líquido do período	2	-	-	-	(13 824 659)	-	-	13 816 756	(7 903)	(7 903)	
Resultado integral	3	-	-	-	-	-	-	9 183 233	9 183 233	9 183 233	
	4 = 2 + 3	-	-	-	(13 824 659)	-	-	22 999 989	9 175 330	9 175 330	
Operações com detentores de capital no período		-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Realizações de capital		-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Realizações de prémios de emissão		-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Distribuições		-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Entradas para cobertura de perdas		-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Outras operações		-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Posição no fim do período de 2022	6 = 1+2+3+5	3 959 489 351	24 703	1 306 650	(5 937 857 128)	-	91 490 008	9 183 233	(1 876 363 183)	(1 876 363 183)	

Para ser lido em conjunto com as notas anexas às demonstrações financeiras.

Contabilista Certificado - Dr.ª Elisabete Bettencourt

Presidente - Eng.º Pedro Miguel Sousa Pereira Guedes Moreira

Vice-Presidente - Dr.ª Maria Isabel de Magalhães Ribeiro

Vogal - Dr.ª Ana Maria dos Santos Malhó

Vogal - Eng.º Pedro Manuel Franco Ribeiro

Vogal - Dr.º Joaquim José Martins Guerra

(valores em euros)

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe										
		Capital	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transmitidos	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total	Interesses que não controlam	Total do Capital Próprio	
Posição no início do período de 2023	1	18 a 22	3 950 489 351	24 703	1 306 650	(5 937 857 129)	-	91 490 008	9 183 233	(1 876 363 183)	(1 876 363 183)	
Alterações no período			-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Primeira adoção de novo referencial contabilístico			-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Alterações de políticas contabilísticas	5		-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras			-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Realização de excedentes de revalorização			-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Excedentes de revalorização			-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Ajustamentos por impostos diferidos			-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	22		-	-	-	100 580 412	(9 357 368)	-	(9 183 233)	49 811	49 811	
Resultado líquido do período	2		-	-	-	100 580 412	(9 357 368)	-	(9 183 233)	49 811	49 811	
Resultado integral	3		-	-	-	-	-	-	3 331 028	3 331 028	3 331 028	
Operações com detentores de capital no período	4 = 2 + 3		-	-	-	100 580 412	-	-	(5 862 205)	3 380 839	3 380 839	
Realizações de capital			2 098 740 965	-	-	-	-	-	-	2 098 740 965	2 098 740 965	
Realizações de prémios de emissão			-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Distribuições			-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Entradas para cobertura de perdas			-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Outras operações			(5 846 594 636)	-	-	5 846 594 636	-	-	-	-	-	
	5		(3 746 855 671)	-	-	5 846 594 636	-	-	-	2 098 740 965	2 098 740 965	
Posição no fim do período de 2023	6 = 1+2+3+5		212 635 680	24 703	1 306 650	9 327 920	-	132 640	3 331 028	2 226 758 621	2 226 758 621	
Para ser lido em conjunto com as notas anexas às demonstrações financeiras.			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

Contabilista Certificado - Dr.ª Elisabete Bateencourt

Presidente - Eng.º Pedro Miguel Sousa Pereira Gue das Moreira

Vice-Presidente - Dr.ª Maria Isabel de Magalhães Ribeiro

Vogal - Dr.ª Ana Maria dos Santos Matos

Vogal - Eng.º Pedro Manuel Franco Ribeiro

Vogal - Dr.º Joaquim José Martins Guerra

Demonstração consolidada de fluxos de caixa

Período findo em 31 de dezembro de 2023

(valores em euros)

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	31-dez-23	31-dez-22
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto		
Recebimentos de clientes	477 252 649	479 584 126
Pagamentos a fornecedores	(236 420 775)	(250 626 094)
Pagamentos ao pessoal	(153 080 069)	(146 378 409)
Caixa gerada pelas operações	87 751 805	82 579 623
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	(465 159)	(310 536)
Outros recebimentos/pagamentos	9 028 810	1 916 237
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	96 315 456	84 185 324
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	(27 275 621)	(19 486 596)
Ativos intangíveis	(45 065)	(35 822)
Investimentos financeiros	(2 000 000)	-
Outros ativos	-	-
Recebimentos provenientes de:		
Ativos fixos tangíveis	-	61 500
Ativos intangíveis	-	-
Investimentos financeiros	-	16 749
Outros ativos	-	-
Subsídios ao investimento	62 007 954	5 100 000
Juros e rendimentos similares	5 243	-
Dividendos	516 280	667 978
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)	33 208 791	(13 676 191)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	-	135 000 000
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	54 131 820	-
Cobertura de prejuízos	-	-
Doações	-	-
Outras operações de financiamento	-	117 347
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	(94 899 835)	(157 740 165)
Juros e gastos similares	(22 124 485)	(15 722 044)
Dividendos	-	-
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio	-	-
Outras operações de financiamento	-	-
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)	(62 892 500)	(38 344 862)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	66 631 747	32 164 271
Efeito das diferenças de câmbio	1 290	425
Caixa e seus equivalentes no início do período	50 297 527	18 132 831
Caixa e seus equivalentes no fim do período	116 930 564	50 297 527

Para ser lido em conjunto com as notas anexas às demonstrações financeiras.

Contabilista Certificado - Dr.ª Elisabete Bettencourt

Presidente - Eng.º Pedro Miguel Sousa Pereira Guedes Moreira

Vice-Presidente - Dr.ª Maria Isabel de Magalhães Ribeiro

Vogal - Dr.ª Ana Maria dos Santos Malhó

Vogal - Eng.º Pedro Manuel Franco Ribeiro

Vogal - Dr.º Joaquim Jose Martins Guerra

10.

Notas Anexas às Demonstrações Financeiras



Identificação da Entidade e Notas de Operacionalidade (nota 1)

Identificação

A CP – Comboios de Portugal, E.P.E., é uma entidade pública empresarial, pessoa coletiva de direito público, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, com sede social na Calçada do Duque, n.º 20, 1249-109 Lisboa, cujo atual regime jurídico e estatutos foram aprovados pelo Decreto-Lei n.º 137-A/2009, de 12 de junho, alterado pelo Decreto-lei n.º 59/2012, de 14 de março, e, pelo Decreto-lei n.º 124-A/2018, de 31 de dezembro e pelo Decreto-lei n.º 174-B/2019, de 26 de dezembro³, embora este diploma só tenha produzido efeitos no dia 1 de janeiro de 2020.

Os objetos principais da atividade da CP são:

- A prestação de serviços de transporte ferroviário de passageiros em linhas férreas, troços de linha e ramais que integram ou venham a integrar a rede ferroviária nacional, bem como o transporte internacional de passageiros;
- O fabrico e reabilitação, grande reparação e manutenção de equipamentos e veículos ferroviários, bem como o estudo de instalações oficinais para manutenção.

A integração no seu objeto da atividade de fabrico, reabilitação, grande reparação e manutenção resultou da fusão por incorporação da EMEF – Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S. A., na CP, com referência a 1 de janeiro de 2020.

O transporte de mercadorias foi objeto de cisão, em 2009, tendo passado a ser realizado pela CP Carga – Logística e Transporte Ferroviário de Mercadorias, S.A., com capital detido integralmente pela CP até 2015, e alienado em 2016, à *Mediterranean Shipping Company Rail (Portugal) – Operadores Ferroviários, S.A.*

Através das suas subsidiárias e associadas, o Grupo CP desenvolveu, em 2023, as seguintes atividades:

- Mediação de seguros (Saros, Lda.);
- Sinergia e otimização das atividades no que respeita à manutenção de locomotivas “LE 5600” e “LE 4700” (SIMEF, A.C.E.);
- Formação e desenvolvimento de competências, recrutamento e avaliação psicológica, consultoria empresarial e recursos humanos dos sistemas de transportes (Fernave, S.A.);
- Prestação de serviços de medicina e de segurança e higiene no trabalho (Ecosaúde, S.A.);
- Implantação e gestão de um sistema de bilhética comum e exclusivo das Agrupadas (CP, STCP e Metro do Porto) na área do grande Porto, bem como a definição da estrutura de tarifário intermodal comum e exclusiva, para os meios de transporte público de passageiros explorados direta ou indiretamente pelas entidades Agrupadas (TIP, A.C.E.);
- Desenvolvimento de engenharia, inovação e tecnologia aplicada ao setor dos transportes, fabrico, reparação e manutenção de componentes eletrónicos e desenvolvimento de soluções informáticas (NOMAD TECH, Lda);
- De referir ainda a participação de 6,92% da Fernave na TRANSCOM – Sociedade de Formação, Consultoria e Auditoria em Transportes e Comunicações, S.A.R.L. (Moçambicana).

³ A que acresce a Declaração de Retificação 10/2020, de 21 de fevereiro.

A CP como entidade pública empresarial está sujeita às orientações de gestão definidas pela Tutela Económica e Financeira, exercida pelos membros do Governo responsáveis pela área de Finanças e dos Transportes, bem como à jurisdição do Tribunal de Contas e à fiscalização da Inspeção Geral de Finanças.

Para além deste controlo, está previsto nos estatutos da empresa uma estrutura dualista de fiscalização composta por Conselho Fiscal e Revisor Oficial de Contas.

A CP é a empresa mãe de um grupo de empresas subsidiárias e associadas, atuando em diferentes segmentos de atividade, cuja caracterização se apresenta, de forma mais detalhada, na nota 3 e estas são as suas demonstrações financeiras consolidadas.

As demonstrações financeiras consolidadas do período findo em 31 de dezembro 2022, aguardam nesta data a aprovação pela Tutela.

Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras (nota 2)

Referencial Contabilístico

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo CP foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos das empresas incluídas no perímetro de consolidação, de acordo com as normas internacionais de relato financeiro, conforme adotadas pela União Europeia (EU) emitidas e em vigor à data de 31 de dezembro de 2023.

Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas, quer as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), quer as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) emitidas pelo *International Accounting Standards Committee* (IASC) e respetivas interpretações (IFRIC e SIC), emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC) e *Standing Interpretation Committee* (SIC). De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações serão designadas genericamente por IFRS.

Estas demonstrações financeiras, expressas em euros, foram apreciadas pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 12 de junho de 2024, que deliberou submetê-las à aprovação da Tutela.

As políticas contabilísticas apresentadas na nota 3, foram utilizadas nas demonstrações financeiras consolidadas para o período findo a 31 de dezembro de 2023 e na informação financeira comparativa apresentada nestas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de dezembro de 2022.

Derrogações às IFRS

Não foram feitas derrogações às disposições das IFRS.

Valores Comparativos

Não foram efetuadas alterações de políticas contabilísticas ou detetados erros que afetem de forma material a comparação de valores entre os exercícios.

Principais Políticas Contabilísticas (nota 3)

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração destas demonstrações financeiras consolidadas estão descritas abaixo e foram aplicadas de forma consistente para os períodos apresentados.

Bases de Mensuração

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, modificado pela aplicação do justo valor para os instrumentos financeiros derivados, ativos e passivos financeiros detidos para negociação, exceto aqueles para os quais o justo valor não está disponível. Ativos não correntes detidos para venda e os grupos de ativos detidos para venda são registados ao menor entre o seu valor contabilístico ou justo valor deduzido dos respetivos custos de venda.

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as IFRS, requer a formulação de julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos ativos, passivos, rendimentos e gastos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros fatores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

As questões que requerem um maior índice de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados nos pontos de "Juízos de Valor", "Principais Pressupostos Relativos ao Futuro", e "Principais Fontes de Incerteza das Estimativas", constantes desta nota.

Consolidação

Introdução

A CP apresenta as suas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relato financeiro, conforme adotadas pela EU emitidas e em vigor à data de 31 de dezembro de 2023. Estas demonstrações expressam a posição financeira e os resultados das operações do grupo como se de uma única entidade se tratasse, e pretendem evidenciar os resultados das operações que as empresas do grupo realizaram com terceiros.

A presente consolidação não terá impacto em termos fiscais, nomeadamente no que se refere a Impostos sobre o Rendimento, por se ter considerado que não existem expectativas de que o grupo venha a obter lucros tributáveis futuros que permitam a utilização dos prejuízos fiscais acumulados.

O Grupo e a Empresa

Considerações Gerais

Ao longo do ano 2023 a CP manteve como objetivo o desenvolvimento de uma estratégia de Grupo sustentável, estruturando as participações sociais existentes e desenvolvendo uma cultura de eficiência e valor acrescentado focada no respetivo core business.

A CP tem autonomizado em empresas, segmentos de atividade, que procuram criar sinergias positivas à sua atividade.

A CP

A CP - Comboios de Portugal E.P.E. é, desde julho de 2009, uma entidade pública empresarial, detida a 100% pelo Estado Português. É responsável pela prestação de serviços de transporte ferroviário nacional e internacional de passageiros.

Opera em todo o território nacional oferecendo serviços essenciais para o desenvolvimento do País e para a sua coesão social e territorial.

Empresas Participadas

As participações financeiras da CP em 31 de dezembro de 2023 caracterizam-se como segue:

Subsidiárias

SAROS – Sociedade de Mediação de Seguros, Lda.

Participação CP - 100%

Capital - 5.000 euros

A sociedade tem por objeto a atividade de mediação de seguros.

FERNAVE – Formação Técnica, Psicologia Aplicada e Consultoria em Transportes e Portos, S.A.

Participação CP - 100%

Capital - 50.000 euros

Tendo iniciado a sua atividade em 1992, tem por objeto a prestação de serviços nos domínios da formação e desenvolvimento de competências, do recrutamento e avaliação psicológica, da consultoria empresarial e recursos humanos dos sistemas de transportes.

ECOSAÚDE – Educação, Investigação e Consultoria em Trabalho, Saúde e Ambiente, S.A.

Participação CP - 100%

Capital - 50.000 euros

Sociedade constituída em 1995, tem como principal atividade a prestação de serviços de medicina e de higiene e segurança no trabalho.

Entidades Conjuntamente Controladas

SIMEF, A.C.E.

Participação CP - 51%

Capital - não tem

Agrupamento complementar de empresas constituído em 2009, tem por objeto social a sinergia e otimização das atividades das entidades agrupadas no que respeita à manutenção de locomotivas “LE 5600” e “LE 4700” ao abrigo do contrato entre o Agrupamento e a CP - Comboios de Portugal, E.P.E.

TIP, A.C.E – Transportes Intermodais do Porto

Participação CP - 33,33%

Capital - 30.000 euros

Agrupamento complementar de empresas constituído em 2002, tem por objeto a implantação e gestão de um sistema de bilhética comum e exclusivo das agrupadas (CP, STCP e Metro do Porto) na área do grande Porto, bem como a definição da estrutura de tarifário intermodal comum e exclusiva, para os meios de transporte público de passageiros explorado direta ou indiretamente pelas entidades agrupadas.

Associadas

NOMAD TECH, Lda.

Participação CP -35%

Capital - 160.000 euros

A sociedade foi constituída em 2013 desenvolvendo a sua atividade no âmbito da engenharia, inovação e tecnologia aplicada ao setor dos transportes, fabrico, reparação e manutenção de componentes eletrónicos e desenvolvimento de soluções informáticas.

Outras Participações

A CP detém ainda um conjunto de pequenas participações em empresas com atividades relacionadas com as desenvolvidas pelas empresas do Grupo.

Estas participações encontram-se reconhecidas ao custo menos perdas de imparidade, dado o valor destas participações não ser publicamente negociado e não ser possível obter de forma fiável o seu justo valor.

TRANSCOM – Sociedade de Formação, Consultoria e Auditoria em Transportes e Comunicações, S.A.R.L. (Moçambicana)

Participação via Fernave - 6,92%

Capital - 74.025.000 meticais

A sociedade foi constituída em 1998 e tem por objeto o ensino superior universitário, a formação técnica, a investigação científica e consultoria, particularmente no âmbito tecnológico, da gestão, da logística, da distribuição, dos transportes, das comunicações e da informática, em empresas e outras organizações, especialmente ligadas aos transportes, comunicações e informática.

Medway – Operador Ferroviário e Logístico de Mercadorias, S.A. (ex-CP Carga)

Participação CP - 5%

Capital - 121.487.000 euros

Tem por objeto social o transporte ferroviário de mercadorias, atividades logísticas e operações conexas.

A sociedade foi constituída por cisão simples, dando cumprimento ao compromisso de liberalização para o setor assumido por Portugal junto da União Europeia.

O capital foi detido integralmente pela CP até 2015, e alienado em 2016, à *Mediterranean Shipping Company Rail* (Portugal) – Operadores Ferroviários, S.A. Em 31 dezembro de 2023, a

CP ainda detém uma participação de 5%, que é temporária, e aguarda a conclusão de alguns procedimentos previstos no acordo de venda de referência.

Metro do Porto, S.A.

Participação CP - 3,33%

Capital - 7.500.000 euros

Constituída em 1993, tem por objeto a exploração, em regime de concessão atribuída pelo Estado, de um sistema de metro ligeiro na Área Metropolitana do Porto.

Metropolitano Ligeiro de Mirandela, S.A.

Participação CP - 10%

Capital - 125.000 euros

Sociedade constituída em 1995, tem por objeto a exploração em regime de exclusivo, do transporte de metropolitano de superfície no Município de Mirandela, no troço Carvalhais-Cachão.

Metro Mondego, S.A.

Participação CP - 2,5%

Capital - 1.075.000 euros

Esta sociedade, constituída em 2002, tem por objeto principal a exploração, em regime de exclusivo, de uma rede de metropolitano ligeiro de superfície da área dos Municípios de Coimbra, Lousã e Miranda do Corvo.

ICF – Intercontainer – Interfrigo, S.A. (Belga)

Participação CP - 2,09%

Capital - 18.300.000 euros

A sociedade tem por objeto a organização e o desenvolvimento de transportes combinados e de transportes frigoríficos a temperatura adequada, compreendendo todas as operações destinadas à obtenção e manutenção da temperatura conveniente às várias mercadorias, bem como à disponibilidade de serviços auxiliares relativos a estes transportes.

Entidade em processo de liquidação.

EUROFIMA – Société Européenne pour le Financement de Matériel Ferroviaire (Suíça)

Participação CP - 2%

Capital - 2.600.000.000 CHF

Tem como objeto social o financiamento necessário aos investimentos na renovação e modernização do material circulante, com vista a garantir uma integração progressiva dos caminhos de ferro no plano europeu, desempenhando um papel muito competitivo na concessão de fundos aos acionistas.

BCC – Bureau Central de Clearing (Belga)

Participação CP - 1,37%

Capital - 109.500 euros

A sociedade tem objeto prestar serviços aos associados na área financeira bem como todas as operações comerciais necessárias a esse fim e em particular de reduzir o número e o montante dos pagamentos entre as suas associadas através da centralização e compensação dos seus débitos e créditos recíprocos.

CCF – Associação Centro de Competências Ferroviário

Participação - 38,76%

Capital - 10.320.000 euros

A associação sem fins lucrativos e que tem como objeto a promoção e o exercício de iniciativas e atividades de formação técnica, investigação, desenvolvimento e inovação (I&DI) em tecnologia, em particular na área da ferrovia e do material ferroviário, promovendo e incentivando a formação especializada, a cooperação e a transferência de tecnologia entre empresas, universidades, organizações e outras entidades públicas e privadas, com vista ao aumento da capacidade de I&DI e consequente aumento do emprego qualificado, melhoria da competitividade e crescimento do volume de negócios e das exportações das entidades envolvidas.

Método de Consolidação

A obrigatoriedade de elaboração de contas consolidadas ocorre para a empresa mãe que detenha o controlo sobre uma ou mais subsidiárias. De acordo com o previsto nas IFRS, foram incluídas na consolidação e utilizado o método de consolidação integral em todas as empresas do Grupo sobre as quais a empresa exerce controlo.

Assim, tendo por base o definido na IFRS 10, as demonstrações financeiras foram elaboradas agrupando, numa base de linha a linha, elementos idênticos de ativos, de passivos, de capitais próprios, de rendimentos e de gastos.

Os procedimentos de consolidação envolveram ainda a eliminação do investimento da empresa mãe em cada subsidiária por contrapartida do capital próprio e a eliminação dos saldos, transações, rendimentos e ganhos e gastos e perdas intragrupo.

No que respeita aos empreendimentos conjuntos, passou a ser aplicado o método de equivalência patrimonial, em substituição da consolidação proporcional, a partir de janeiro de 2013, de acordo com o previsto na IFRS 11.

Seguindo o previsto na norma no que respeita à aplicação do método de equivalência patrimonial, o investimento foi inicialmente reconhecido pelo custo e a quantia escriturada é aumentada ou diminuída para reconhecer a parte do investidor nos resultados da investida depois da data da constituição/aquisição do empreendimento conjunto. As distribuições recebidas reduzem a quantia escriturada do investimento, podendo igualmente ser efetuados ajustamentos na quantia escriturada para alterações no interesse proporcional do investidor no empreendimento conjunto resultantes de alterações no capital próprio que não tenham sido reconhecidas nos resultados do empreendimento conjunto.

Perímetro de Consolidação

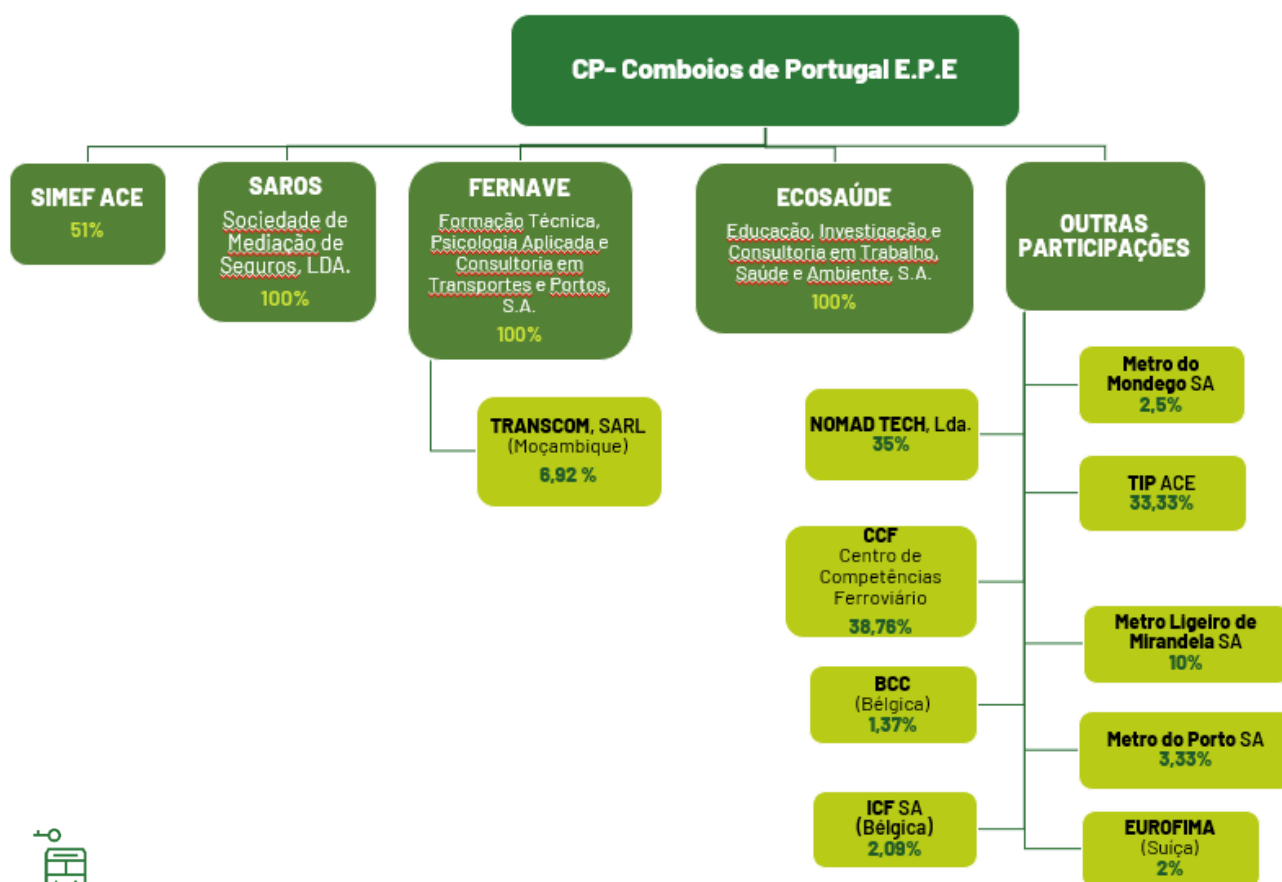


Gráfico 7 – Grupo CP.

O capital da CP Carga - Logística e Transportes Ferroviários de Mercadorias, S.A, foi alienado em 2016 à *Mediterranean Shipping Company Rail* (Portugal)- Operadores Ferroviários, S.A. Em 31 dezembro de 2023 a CP detém ainda uma participação residual de 5%, meramente temporária (e ajustada com imparidade), visto aguardar a conclusão de alguns procedimentos previstos no acordo para a concretização da alienação total da participação (100%). Por este motivo não está representada no respetivo organograma do perímetro de consolidação.

Empresas Incluídas na Consolidação Pelo Método de Consolidação Integral

As empresas incluídas na consolidação pelo método de consolidação integral, suas sedes e proporção do capital detido, direta e indiretamente pelo Grupo, em 31 de dezembro de 2023, são as seguintes:

Empresa	Sede Social	Detentores de Capital	% do capital detido
SAROS, LDA.	Lisboa	CP, E.P.E.	100%
FERNAVE, S.A.	Lisboa	CP, E.P.E.	100%
ECOSAÚDE, S.A.	Lisboa	CP, E.P.E.	100%

Empresas Associadas Contabilizadas Pelo Método de Equivalência Patrimonial

As empresas incluídas na consolidação pelo método da equivalência patrimonial, suas sedes e proporção do capital detido, em 31 de dezembro de 2023, são as seguintes:

Empresa	Sede Social	Detentores de Capital	% do capital
TIP, ACE	Porto	CP, E.P.E.	33%
SIMEF, ACE	Entroncamento	CP, E.P.E.	51%
NOMAD TECH, LDA.	Porto	CP, E.P.E.	35%

Outras Participações

Os investimentos financeiros em que não seja possível identificar com fiabilidade os seus justos valores são mensurados pelo seu custo de aquisição deduzido de quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Políticas Contabilísticas Relevantes

Ativos Fixos Tangíveis

Reconhecimento e Valorização

Os ativos fixos tangíveis relacionados com o segmento de transporte de passageiros são detidos pela empresa mãe e encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade.

Na data da transição para as IFRS o Grupo CP decidiu considerar como custo dos ativos fixos tangíveis o seu valor reavaliado determinado em conformidade com as anteriores políticas

contabilísticas, o qual era equiparável em termos gerais ao custo mensurado de acordo com as IFRS.

Os custos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a entidade. Todas as despesas com a manutenção e reparação corrente que não aumentem a vida útil do bem ou que não correspondam a substituições a intervalos regulares (grandes intervenções realizadas com intervalos que variam entre os 2 e os 15 anos) de itens do ativo são reconhecidas como gasto, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os ativos fixos tangíveis do Grupo CP incluem ativos propriedade do Estado (ativos constantes do despacho conjunto nº 261/99, de 24 de março) e que se encontram alocados à exploração operacional da empresa. Estes ativos são registados nas demonstrações financeiras de forma a permitir uma apreciação da performance económica da empresa.

Esta política foi também adotada no reconhecimento e mensuração dos ativos fixos tangíveis utilizados pelas restantes subsidiárias no desenvolvimento da respetiva atividade, nomeadamente no fabrico e manutenção de equipamentos e veículos ferroviários, na formação técnica e psicologia aplicada e na prestação de serviços de medicina e de higiene e segurança no trabalho.

O custo de todos os ativos fixos tangíveis inclui o preço de compra, os direitos de importação, os impostos não reembolsáveis e os custos necessários para colocar o ativo na localização e condição de funcionamento, nomeadamente as despesas de transporte e montagem e exclui os descontos comerciais e abatimentos.

Os gastos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros. Todas as despesas com a manutenção e reparação que não aumentem a vida útil do bem são reconhecidos como gastos, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Despesas de Manutenção e Reparação

Material Circulante Afeto ao Transporte de Passageiros:

- As despesas com a manutenção corrente incorridas durante a vida útil do material circulante são reconhecidas como gastos operacionais;
- As despesas incorridas em grandes reparações plurianuais imprescindíveis para que o bem continue a operar são reconhecidas em ativos fixos tangíveis como componentes específicas do material circulante e depreciadas pela sua vida útil estimada, separadamente da componente principal. Quando cada grande reparação é efetuada, o seu custo é reconhecido na quantia escriturada do item do ativo fixo tangível como substituição, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Qualquer quantia escriturada remanescente do custo da grande reparação anterior é desreconhecida; e
- As despesas incorridas no final da vida útil da componente principal, que incluam a transformação e modernização desta, são reconhecidas em ativos fixos tangíveis e depreciados pela extensão da vida útil esperada.

Edifício e Instalações Fixas:

- As despesas de manutenção corrente e de reparação (contratos de manutenção, inspeções técnicas, etc.) são reconhecidos como gastos operacionais;
- As despesas incorridas com planos de manutenção plurianual programados são reconhecidas em ativos fixos tangíveis, através da substituição parcial ou total da componente substituída; e
- Os custos de manutenção e reparação são registados nos resultados do período em que são incorridos, em conformidade com o princípio da especialização dos exercícios.

Depreciação

Os terrenos não são depreciados. A depreciação dos demais ativos fixos tangíveis é calculada pelo método das quotas constantes, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens.

Descritivo do bem	Anos
Edifícios e outras construções -Estado	3 a 50
Edifícios e outras construções -CP	3 a 50
<i>Material circulante:</i>	
Locomotoras a <i>diesel</i> e elétricas:	
- Componente Principal	17 a 35
- Componente Secundária	5 a 15
Automotoras a <i>diesel</i> e elétricas:	
- Componente Principal	14 a 30
- Componente Secundária	2 a 15
Carruagens de passageiros:	
- Componente Principal	15 a 30
- Componente Secundária	2 a 12
Equipamento de transporte	4 a 12
Equipamento administrativo e utensílios	3 a 18
Outros ativos fixos tangíveis	5 a 20

Os ativos fixos tangíveis que são propriedade do Estado (ativos constantes do despacho conjunto nº 261/99, de 24 de março) encontram-se a ser depreciados, desde 1999, à taxa de 2%, conforme o decreto regulamentar 25/2009, de 14 de setembro.

Na determinação das quantias depreciáveis não foram considerados valores residuais.

Subsídios Governamentais

Os subsídios ao investimento recebidos com o objetivo de compensar o Grupo por investimentos efetuados em ativos fixos tangíveis e intangíveis são classificados como Rendimentos diferidos e são reconhecidos em resultados durante a vida útil estimada dos respetivos ativos subsidiados.

Os subsídios que compensam o Grupo por gastos e perdas incorridos são reconhecidos como rendimento na demonstração dos resultados numa base sistemática, no mesmo período em que os gastos e perdas são reconhecidos.

As compensações financeiras pelo cumprimento das obrigações definidas no contrato de serviço público são reconhecidas na demonstração dos resultados de acordo com os gastos incorridos, exceto se existirem fundadas dúvidas sobre a sua quantificação, ou o seu efetivo recebimento, situação em que, apenas são reconhecidas no período em que se tornam recebíveis, o que se verifica com a validação do gestor do contrato e publicação de diploma que autoriza a realização da despesa.

Estas compensações financeiras são saldadas através de pagamentos por conta realizados mensalmente (em duodécimos), a diferença entre estes pagamentos e o valor final a liquidar, caso seja desfavorável ao Grupo (a devolver ao Estado), é imediatamente reconhecida na demonstração de resultados, independentemente de aguardar a validação por parte do gestor do contrato.

Capitalização de Custos Com Empréstimos e Outros Custos Diretamente Atribuíveis

Os juros de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição ou construção de ativos são capitalizados como parte do custo desses ativos. Um ativo elegível para capitalização é um ativo que necessita de um período de tempo substancial para estar disponível para uso ou para venda. O montante de juros a capitalizar é determinado através da aplicação de uma taxa de capitalização sobre o valor dos investimentos efetuados. A capitalização de custos com empréstimos inicia-se quando tem início o investimento, já foram incorridos juros com empréstimos e já se encontram em curso as atividades necessárias para preparar o ativo para estar disponível para uso ou para venda. A capitalização é terminada quando todas as atividades necessárias para colocar o ativo como disponível para uso ou para venda se encontram substancialmente concluídas.

Imparidade de Material Circulante Afeto ao Transporte de Passageiros

Atendendo à natureza do material circulante afeto ao transporte de passageiros e, em particular, a ausência de interoperabilidade com a rede europeia, torna-se inviável o apuramento de um valor de mercado apropriado para estes ativos, pela ausência de um mercado ativo onde os mesmos sejam transacionados. Assim, este valor apenas é determinado quando existem propostas de compra para material específico.

No que respeita à determinação do valor de uso, este deve refletir os fluxos de caixa esperados, atualizados a uma taxa de desconto apropriada para o negócio. Considera-se que, para o cálculo dos fluxos de caixa esperados, deve ter-se em conta as características do serviço público prestado bem como as especificidades da estrutura de financiamento que tem vindo a ser seguida.

Tendo em consideração a natureza do serviço público, entende-se que não é possível a determinação do valor de uso conforme definido na IAS 36, dado que não se encontram definidas regras específicas para empresas prestadoras de serviço público.

Não obstante, quando se verificam situações específicas que evidenciam que um ativo possa estar em imparidade, nomeadamente quando o material circulante deixou de prestar serviço, é

determinado o valor recuperável, e reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. Desta forma, as perdas por imparidade são reconhecidas em resultados.

Reconhecimento de Imparidade nos Restantes Ativos do Grupo

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade, de acordo com o definido na IAS 36, é estimado o seu valor recuperável, sendo reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido contabilístico de um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda (valor realizável líquido) e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Loações

O Grupo aplica os critérios de reconhecimento e contabilização das loações, previstos na IFRS 16 – Loações, procedendo do seguinte modo:

Identificação de Loações

Na data de início de cada contrato, o Grupo avalia se o âmbito do mesmo corresponde a um contrato de locação ou se contém uma locação. Uma locação é definida como um contrato, ou parte de um contrato, através do qual se atribui o direito de controlar o uso de um ativo identificável por um determinado período de tempo em troca de uma retribuição. Para se aferir se um contrato atribui o direito de controlar o uso de um ativo identificável por um determinado período de tempo, o Grupo avalia, se, durante o período de utilização do ativo, possui cumulativamente:

- O direito de obter substancialmente todos os benefícios económicos derivados do uso do ativo identificável; e
- O direito de direcionar o uso do ativo identificável.

Reconhecimento

O Grupo reconhece um direito de uso de um ativo e um passivo de locação na data de entrada em vigor do contrato. O direito de uso de um ativo é inicialmente mensurado ao custo, o qual compreende o valor inicial da responsabilidade de locação ajustado por quaisquer pagamentos de locação realizados em ou antes da data de início, quaisquer custos diretos iniciais incorridos, assim como uma estimativa dos custos de desmantelamento e remoção do ativo subjacente (caso aplicável), deduzido de qualquer incentivo concedido.

O direito de uso de um ativo é depreciado por duodécimos utilizando o método das quotas contantes durante a sua vida útil estimada ou durante o período do contrato de locação, dos dois o mais baixo.

O direito de uso de um ativo é periodicamente sujeito a testes de imparidade sendo que eventuais perdas detetadas são registadas de imediato na demonstração consolidada dos resultados do exercício.

O passivo de locação é inicialmente reconhecido pelo valor presente das rendas ainda não pagas à data de entrada em vigor do contrato, descontadas à taxa de juro implícita na locação, ou, no caso em que não seja possível determinar essa taxa, à taxa de juro incremental da respetiva empresa.

Os pagamentos de locação incluídos na mensuração do passivo de locação incluem as seguintes componentes:

- pagamentos fixos, deduzidos de quaisquer incentivos já recebidos;
- pagamentos variáveis, dependentes somente de uma determinada taxa ou índice;
- montantes que sejam devidos ao abrigo de uma garantia sobre o valor residual do ativo;
- preço de exercício de opções de compra, se for razoavelmente certo que o locatário irá exercer as mesmas; e
- pagamentos de penalidades pelo término do contrato, se for razoavelmente certo que o locatário irá cancelar o mesmo.

O passivo de locação é mensurado subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva, sendo remensurado quando se verificarem:

- (i) alterações nos pagamentos futuros derivados de uma alteração de uma taxa ou de um índice especificados no contrato;
- (ii) alterações na estimativa do Grupo sobre o montante que deverá ser pago a título de garantia sobre o valor residual de um ativo, ou
- (iii) caso o grupo altere a sua avaliação acerca do exercício de uma opção de compra, ou sobre a sua extensão ou rescisão.

Quando o passivo de locação é remensurado, o direito de uso de um ativo é ajustado em igual montante, exceto se a quantia já escriturada do direito de uso se encontrar reduzida a zero, situação em que é registado um ganho na demonstração consolidada dos resultados do exercício.

Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis das empresas do Grupo encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas amortizações acumuladas e das perdas por imparidade.

As empresas do Grupo procedem a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes pelo período de 3 anos.

Outros Ativos/Passivos Financeiros

As empresas do Grupo CP apenas reconhecem um ativo financeiro, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio quando se tornam parte das disposições contratuais do instrumento.

O Grupo CP classifica os seus investimentos, na data da sua negociação ("*trade date*"), de acordo com o objetivo que despoletou a sua aquisição, nas seguintes categorias: ativos financeiros ao justo valor através de resultados (detidos para negociação e opção justo valor); empréstimos e contas a receber; ativos detidos até à maturidade; e ativos financeiros disponíveis para venda, em conformidade com o preconizado pela IFRS 9 – Instrumentos financeiros.

Ativos Financeiros ao Justo Valor Através de Resultados

Esta categoria inclui:

- (i) os ativos financeiros de negociação, que são adquiridos com o objetivo principal de serem transacionados no curto prazo, e
- (ii) os ativos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados.

Após o seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros ao justo valor através dos resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Nesta categoria integram-se os derivados que não qualifiquem para efeitos de contabilidade de cobertura. As alterações ao seu justo valor são reconhecidas diretamente em resultados do exercício.

Ativos Financeiros Detidos até à Maturidade

Estes investimentos são ativos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis e maturidades definidas, para os quais existe a intenção e capacidade de deter até à maturidade.

Estes investimentos são mensurados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efetiva e são deduzidos de perdas de imparidade. As perdas por imparidade são registadas com base na estimativa e avaliação das perdas, associadas aos créditos de cobrança duvidosa na data das demonstrações financeiras.

As perdas por imparidade correspondem à diferença entre o valor contabilístico do ativo e o valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efetiva original do ativo financeiro.

Estes ativos são apresentados na demonstração da posição financeira, líquidos da imparidade reconhecida.

Empréstimos e Contas a Receber

Correspondem a ativos financeiros não derivados, com pagamentos fixos ou determinados, para os quais não existe um mercado de cotações ativo. São originados pelo decurso normal das atividades operacionais, no fornecimento de mercadorias ou serviços, e sobre os quais não existe a intenção de negociar.

Os empréstimos e contas a receber são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor, sendo subsequentemente valorizados ao custo amortizado, com base no método de taxa de juro efetiva.

São registadas perdas por imparidade quando existem indicadores de que a empresa do Grupo CP não irá receber todos os montantes a que tinha direito de acordo com os termos originais dos contratos estabelecidos. Na identificação de situações de imparidade são utilizados diversos indicadores, tais como:

- (i) Análise de incumprimento;
- (ii) Incumprimento há mais de 6 meses;
- (iii) Dificuldades financeiras do devedor;
- (iv) Probabilidade de falência do devedor.

As perdas por imparidade correspondem à diferença entre o valor contabilístico do ativo e o valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efetiva original do ativo financeiro.

Estes ativos são apresentados na demonstração da posição financeira, líquidos da imparidade reconhecida.

Ativos Financeiros Disponíveis Para Venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivados que o Grupo CP tem intenção de manter por tempo indeterminado, são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou não se enquadram nas categorias acima referidas.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor sendo, as respetivas variações de justo valor, reconhecidas diretamente nos capitais próprios na rubrica reservas de justo valor, até que os investimentos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. Caso não exista um valor de mercado, os ativos são mantidos ao custo de aquisição, sendo, contudo, efetuados testes de imparidade.

Os juros corridos de instrumentos de rendimento fixo, quando classificados como ativos disponíveis para venda e as diferenças entre o custo de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto) são registados em resultados de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

Mensuração Subsequente dos Ativos/Passivos Financeiros

Os ativos/passivos financeiros são mensurados ao custo ou custo amortizado menos qualquer perda por imparidade ou ao justo valor com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na demonstração de resultados, de acordo com o preconizado na IFRS 9: Instrumentos Financeiros.

Após o reconhecimento inicial, o Grupo CP mensura os ativos financeiros, incluindo os derivados que sejam ativos, pelos seus justos valores sem qualquer dedução para os custos de transação em que possa incorrer na venda ou outra alienação, exceto quanto aos seguintes ativos financeiros:

- a) Empréstimos concedidos e contas a receber, os quais são mensurados pelo custo amortizado usando o método do juro efetivo;
- b) Investimentos detidos até à maturidade, os quais são mensurados pelo custo amortizado usando o método do juro efetivo; e
- c) Investimentos em instrumentos de capital próprio que não tenham um preço de mercado cotado num mercado ativo e cujo justo valor não possa ser fiavelmente mensurado, bem como contratos ligados a tais instrumentos que, se executados resultem na entrega de tais instrumentos, os quais são mensurados pelo custo menos perdas de imparidade.

Os ativos financeiros que sejam designados como itens cobertos estão sujeitos a mensuração segundo os requisitos da contabilidade de cobertura contidos na IFRS 9.

Todos os ativos financeiros, exceto aqueles mensurados pelo justo valor por via dos resultados, estão sujeitos a revisão quanto à imparidade, de acordo com a IFRS 9.

Após o reconhecimento inicial, o Grupo CP mensura todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método do juro efetivo, exceto passivos financeiros pelo justo valor por via dos resultados. Tais passivos, incluindo derivados que sejam elementos do passivo, são mensurados pelo justo valor, exceto no caso de um passivo derivado que esteja ligado a e deva ser liquidado pela entrega de um instrumento de capital próprio não cotado, cujo justo valor não possa ser fiavelmente mensurado, o qual deverá ser mensurado pelo custo.

Os passivos financeiros designados como itens cobertos estão sujeitos aos requisitos da contabilidade de cobertura contidos na IFRS 9.

Na determinação do justo valor de um ativo ou passivo financeiro, se existir um mercado ativo, o preço de mercado é aplicado. Este constitui o nível 1 da hierarquia do justo valor conforme definido na IFRS 13.

No caso de não existir um mercado ativo, o que é o caso para alguns ativos e passivos financeiros, são utilizadas técnicas de valorização geralmente aceites no mercado, baseadas em pressupostos de mercado. Este constitui o nível 2 da hierarquia do justo valor conforme definido na IFRS 13, e utilizado pelo Grupo CP.

Neste nível 2 da hierarquia do justo valor, o Grupo CP inclui instrumentos financeiros não cotados, tais como, derivados. Os modelos de valorização que são utilizados mais frequentemente são modelos de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções que incorporam, por exemplo, as curvas de taxa de juro e volatilidade de mercado.

Para alguns tipos de derivados mais complexos, são utilizados modelos de valorização mais avançados contendo pressupostos e dados que não são diretamente observáveis em mercado. Este constitui o nível 3 da hierarquia do justo valor conforme definido na IFRS 13.

Imparidade

De acordo com a IAS 36 – Imparidade de ativos, sempre que o valor contabilístico de um ativo excede a sua quantia recuperável, o seu valor é reduzido ao montante recuperável sendo a perda por imparidade reconhecida nos resultados do exercício.

À data de cada período de relato financeiro, é avaliada a imparidade dos ativos, e caso exista evidência objetiva de imparidade, é reconhecida uma perda por imparidade nas demonstrações de resultados.

Para os ativos financeiros que apresentam indicadores de imparidade, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Inventários

Nas componentes de transporte ferroviário, os inventários de mercadorias e de matérias-primas, subsidiárias e de consumo são registados ao custo de aquisição, adotando-se como método de custeio das saídas o custo médio ponderado. Quando necessário, é reconhecida a imparidade para inventários obsoletos, de lenta rotação e defeituosos, sendo apresentado como dedução ao ativo.

Na manutenção de material ferroviário, os inventários (matérias-primas e subsidiárias, produtos acabados e intermédios e produtos e trabalhos em curso) encontram-se registados ao custo de aquisição (no caso das matérias-primas e subsidiárias) ou ao custo de produção (no caso dos produtos acabados e intermédios e produtos e trabalhos em curso) ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo.

O custo de aquisição ou de produção inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição de utilização ou venda. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado no decurso normal da atividade deduzido dos respetivos custos de venda, conforme previsto pela IAS 2 – Inventários.

O valor dos inventários é reduzido para o seu valor realizável líquido, sempre que esses ativos estão escriturados por quantias superiores àquelas que previsivelmente resultariam da sua venda ou uso.

No reconhecimento e mensuração dos inventários relativos a produtos e trabalhos em curso e produto acabados, o Grupo CP tem adicionalmente em consideração o definido na IAS 11 – Contratos de construção, no que respeita aos custos associados a contratos de construção.

Matérias-primas, Subsidiárias e de Consumo

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se mensuradas ao menor entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido. São considerados como custo os valores inerentes à compra, conversão e outros incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição de utilização ou venda.

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo são ajustadas com base na rotação, obsolescência, natureza e vida útil dos bens. A quantia de qualquer ajustamento dos inventários para o valor realizável líquido é reconhecida como gasto do período em que a perda ocorra. Quando as circunstâncias que anteriormente resultavam em ajustamento ao valor dos inventários

deixarem de existir, ou quando houver um aumento no valor realizável líquido devido à alteração nas circunstâncias económicas, a quantia dos ajustamentos é revertida, sendo a reversão limitada à quantia do ajustamento original.

O método adotado para o custeio das saídas é o custo médio ponderado.

Produtos e Trabalhos em Curso

Os inventários de produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao mais baixo de entre o custo de produção (que inclui o custo das matérias incorporadas e da subcontratação de serviços, mão-de-obra direta e gastos gerais de fabrico) e o valor realizável líquido.

É considerado, como valor realizável líquido, o preço de venda estimado no decurso ordinário da atividade empresarial, subtraído dos custos estimados de acabamento e dos custos estimados necessários para efetuar a venda.

Produtos Acabados

Esta rubrica regista os produtos transferidos de produtos e trabalhos em curso, após a sua conclusão e encontram-se valorizados ao custo de produção ou ao valor realizável líquido, caso este seja mais baixo.

Caixa e Equivalentes de Caixa

Esta rubrica inclui a caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de elevada liquidez e descobertos bancários. Os descobertos bancários são apresentados na demonstração da posição financeira, no passivo corrente, na rubrica de financiamentos obtidos.

Empréstimos e Descobertos Bancários

Os empréstimos são inicialmente reconhecidos no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de despesas com a emissão, o qual corresponde ao respetivo justo valor nessa data.

Subsequentemente, os empréstimos são mensurados pelo método do custo amortizado. Qualquer diferença entre a componente de passivo e a quantia nominal a pagar, à data de maturidade, é reconhecida como gastos de juro utilizando o método da taxa de juro efetiva.

São classificados em passivo corrente os montantes em dívida dos contratos de financiamento que satisfaçam qualquer um dos seguintes critérios:

- Se espere que sejam liquidados durante o ciclo operacional normal da entidade;
- Estejam detidos essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- Devam ser liquidados num período até doze meses após a data da demonstração da posição financeira;

- A entidade não tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após a data da demonstração da posição financeira.

Todos os outros empréstimos são classificados como passivo não corrente.

Desta forma, é classificado em passivo não corrente o montante em dívida dos contratos de financiamento cuja exigibilidade estabelecida contratualmente é superior a um ano.

Ativos Não Correntes Detidos Para Venda e Operações em Descontinuação

Os ativos não correntes ou grupos de ativos não correntes detidos para venda (grupos de ativos em conjunto com os respetivos passivos, que incluem pelo menos um ativo não corrente), são classificados como detidos para venda quando o seu custo for recuperado principalmente através de venda, os ativos ou grupos de ativos estão disponíveis para venda imediata e a sua venda é muito provável, de acordo com o preconizado na IFRS 5.

As empresas do Grupo CP também classificam como ativos não correntes detidos para venda os ativos não correntes ou grupos de ativos adquiridos apenas com o objetivo de venda posterior, que estão disponíveis para venda imediata e cuja venda é muito provável.

Imediatamente antes da sua classificação como detidos para venda, a mensuração de todos os ativos não correntes e todos os ativos e passivos incluídos num grupo de ativos para venda, é efetuada de acordo com as normas aplicáveis. Após a sua classificação, estes ativos ou grupos de ativos são mensurados ao menor entre a sua quantia escriturada e o seu justo valor deduzido dos custos de venda.

Transações em Moeda Estrangeira

Moeda Funcional e de Apresentação

Os elementos incluídos nas demonstrações financeiras das empresas do Grupo CP são mensurados utilizando a moeda do ambiente económico em que a entidade opera ("a moeda funcional"). As Demonstrações financeiras são apresentadas em euros, sendo esta a moeda funcional e de apresentação do Grupo CP.

Transações e Saldos

As transações em outras divisas, que não o euro, são convertidas em moeda funcional utilizando as taxas de câmbio em vigor na data da transação.

Em cada data da demonstração da posição financeira, os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros utilizando as taxas de câmbio vigentes naquela data.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças/pagamentos ou à data da demonstração da posição financeira, são registadas como rendimentos e gastos na demonstração dos resultados do período.

Ativos e passivos não monetários registados de acordo com o seu justo valor denominado em moeda estrangeira são transpostos para euros utilizando para o efeito a taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

As taxas de câmbio em vigor, correspondem às divulgadas para a mesma data no site do Banco Portugal (<https://www.bportugal.pt/taxas-cambio>).

Reconhecimento do Rédito

Transporte de Passageiros

As receitas geradas neste segmento de atividade referem-se à prestação de serviços de transporte de passageiros, à venda de bens e outros serviços relacionados com o transporte ferroviário, deduzidos de descontos e deduções ao preço. As receitas são reconhecidas ao seu justo valor.

Os serviços prestados são normalmente concluídos dentro de cada período de relato. Os rendimentos decorrentes da atividade são reconhecidos na demonstração dos resultados, no momento em que o serviço seja prestado o qual se refere à data do início da viagem, e que seja provável que a quantia das receitas e das despesas seja fiavelmente mensurável e que os benefícios económicos associados reverterão para a entidade.

Manutenção de Material Circulante

No reconhecimento do rédito deste segmento de atividade é seguido o preconizado na IAS 11 – Contratos de construção, sendo aferido se se encontram satisfeitas as condições necessárias para a consideração de um desfecho de transação fiavelmente estimado, o que permitirá aplicar o método de percentagem de acabamento.

O método de percentagem de acabamento aplicado à prestação de serviços tem em consideração os custos totais estimados, montante que é apurado pela parte operacional, tendo em consideração o trabalho a desenvolver e a experiência passada em trabalhos similares. Quando as condições necessárias para a consideração de um desfecho de transação fiavelmente estimado não se encontram satisfeitas, é aferido em que medida serão recuperáveis os gastos reconhecidos. Caso não exista indicadores que evidenciem que será provável que os custos incorridos serão recuperados, o rédito não é reconhecido e os custos incorridos são reconhecidos como um gasto.

Restantes Áreas de Atividade

O rédito é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber. O rédito associado com uma prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data da demonstração da posição financeira quando o desfecho de uma transação possa ser

fiavelmente estimado. O desfecho de uma transação pode ser fiavelmente estimado quando todas as condições seguintes forem satisfeitas:

- Quantia de rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a entidade;
- A fase de acabamento da transação à data da demonstração da posição financeira possa ser fiavelmente mensurada;
- Os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação possam ser fiavelmente mensurados.

O rédito compreende os montantes faturados na venda de produtos ou prestações de serviços líquidos de impostos sobre o valor acrescentado, abatimentos e descontos. Quando o influxo de dinheiro ou equivalentes de dinheiro for diferido, o justo valor da retribuição pode ser menor que a quantia nominal. Esta diferença é reconhecida como rédito de juros.

Reconhecimento de Gastos e Rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o pressuposto subjacente do regime de acréscimo (periodização económica).

As demonstrações financeiras preparadas informam não somente das transações passadas envolvendo o pagamento e o recebimento de caixa, mas também das obrigações de pagamento de futuro e de recursos que representem caixa a ser recebida no futuro.

A especialização dos exercícios é efetuada através da utilização da rubrica de outras contas a receber e a pagar e da rubrica de diferimentos.

Provisões

As provisões são reconhecidas quando:

- (i) existe obrigação presente, legal ou construtiva, proveniente de um acontecimento passado;
- (ii) seja provável uma saída de recursos para liquidar a obrigação e
- (iii) possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

O valor provisionado é o valor considerado necessário para fazer face a perdas económicas estimadas. Quando o efeito temporal do dinheiro for material, a quantia de provisão é apresentada pelo valor presente dos dispêndios que se espera que sejam necessários para liquidar a obrigação.

Juros e Rendimentos similares obtidos e Juros e Gastos similares suportados

Os juros são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios. Os dividendos a receber são reconhecidos na data em que se estabelece o direito ao seu recebimento.

Sendo reconhecidos em gastos e perdas do período, o seu reconhecimento é efetuado de acordo com o regime de acréscimo e de acordo com a taxa de juro efetiva aplicável.

Imposto Sobre Lucros

A CP é a sociedade dominante de um grupo de empresas, tributado de acordo com o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades, previsto no artigo 69º do Código do IRC, que integra, para além da própria CP, as filiais SAROS-Sociedade de Mediação de Seguros, Lda. e, desde o exercício de 2014, a Fernave - Formação Técnica, Psicologia Aplicada e Consultoria em Transportes e Portos, S.A. e a Ecosaúde - Educação, Investigação e Consultoria em Trabalho, Saúde e Ambiente, S.A

O Grupo CP não contabiliza ativos por impostos diferidos relacionados com o reporte de prejuízos fiscais e imparidades e provisões temporárias não aceites fiscalmente, por considerar que não existem expectativas de que o referido grupo de sociedades, abrangido pelo regime especial de tributação, venha a obter lucros tributáveis futuros que permitam a utilização dos prejuízos fiscais acumulados do Grupo CP.

Da mesma forma, não foram contabilizados passivos por impostos diferidos relacionados com ativos fixos tangíveis reavaliados (material circulante) em períodos anteriores, por se entender não ser expectável que a forma de financiamento do serviço público de transporte e as condições económicas venham a alterar-se significativamente de forma que origine matéria coletável suficiente para gerar coleta e conseqüentemente dê lugar a pagamento de impostos sobre o rendimento.

O resultado contabilístico foi ajustado de modo a refletir o IRC estimado a pagar.

Ativos e Passivos Contingentes

Ativos Contingentes

Um ativo contingente é um possível ativo proveniente de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não ocorrência, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, mas divulgados nas notas anexas às demonstrações financeiras quando é provável um influxo de benefícios económicos.

Passivos contingentes

Um passivo contingente surge quando exista:

- Uma possível obrigação proveniente de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não ocorrência, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade; ou
- Uma obrigação presente de acontecimentos passados, mas que não é reconhecida porque
 - (i) não é provável que um exfluxo de recursos, que incorporem benefícios económicos, será necessário para liquidar a obrigação; ou
 - (ii) a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo os mesmos divulgados nas notas anexas às respetivas demonstrações, a menos que a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos futuros seja remota.

Acontecimentos Subsequentes

As demonstrações financeiras apresentadas refletem os eventos subsequentes ocorridos até 12 de junho de 2024, data em que foram aprovadas pelo Órgão de Gestão, conforme referido na nota 2.

Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira sobre condições que existiam à data da demonstração da posição financeira são considerados na preparação das demonstrações financeiras. Os acontecimentos materiais após a data da demonstração da posição financeira que não dão lugar a ajustamentos são divulgados na nota 45.

Juízos de Valor

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as IFRS requer que os gestores exerçam o seu julgamento no processo de aplicação das políticas contabilísticas.

O juízo de valor que foi efetuado no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que possam ter maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras são os seguintes:

- Provisões - as provisões constituídas são registadas pela melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data da demonstração da posição financeira;
- Recuperabilidade de saldos devedores de clientes e outros devedores - as perdas por imparidade relativas a saldos devedores de clientes e outros devedores, são baseadas na avaliação da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros fatores considerados relevantes. Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados. Estas alterações podem resultar da conjuntura económica, das tendências setoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem

implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, consequentemente, diferentes impactos nos resultados;

- Reconhecimento do rédito - no reconhecimento do rédito afere-se se se encontram satisfeitas as condições necessárias para a consideração de um desfecho de transação fiavelmente estimado, que permita aplicar o método de percentagem de acabamento. O método de percentagem de acabamento aplicado à prestação de serviços tem em consideração os custos totais estimados, montante que é apurado pela parte operacional, tendo em consideração o trabalho a desenvolver e a experiência passada em trabalhos similares. Quando as condições necessárias para a consideração de um desfecho de transação fiavelmente estimado não se encontram satisfeitas, afere-se em que medida serão recuperáveis os gastos reconhecidos. Caso não existam indicadores que evidenciem que será provável que os custos incorridos serão recuperados, o rédito não é reconhecido e os custos incorridos são reconhecidos como um gasto;
- Perdas por imparidade - na determinação das perdas por imparidade de ativos, aplicam-se diferentes critérios dependendo do estado, antiguidade e natureza/objetivo dos mesmos, considerando que tais critérios refletem a perda de valor;
- Impostos sobre os lucros - existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final do imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal dos negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente dos impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período. Em Portugal, as Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria coletável efetuado, durante um período de quatro anos, no caso de haver prejuízos fiscais reportáveis. Desta forma, é possível que ocorram correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre os lucros registados nas demonstrações financeiras.

Principais Pressupostos Relativos ao Futuro

CP

Para 2024 perspetiva-se um aumento da procura e dos respetivos rendimentos de transporte de passageiros, apesar das alterações aos padrões de mobilidade, resultantes do teletrabalho e de alguma imprevisibilidade quanto à evolução do cenário económico, devido à atual conjuntura internacional.

Por via das intervenções planeadas na infraestrutura com conclusão prevista para 2024, prevê-se, nomeadamente, a reformulação do modelo produtivo da Linha do Oeste, após eletrificação até Torres Vedras e a retoma dos serviços na Linha da Beira Alta.

Ao nível do material circulante, encontra-se em execução o contrato relativo à aquisição de 22 automotoras para serviço regional, perspetivando-se o recebimento das primeiras sete unidades no final de 2025.

Foi adjudicado no final de 2023, o concurso para a aquisição de 117 automotoras para os Serviços Urbanos de Lisboa e do Porto e Serviço Regional. Perspetiva-se a entrada em vigor do contrato em 2024, após levantamento da impugnação apresentada por parte das duas empresas preteridas e obtenção de visto do Tribunal de Contas.

Perspetiva-se ainda, o lançamento, em 2024, do processo de aquisição de automotoras para o segmento comercial de alta velocidade.

Na sequência da operação de recomposição de capitais realizada em 2023, em conjunto com a recuperação da procura e a atribuição das devidas compensações financeiras pelo serviço público

prestado, perspectiva-se que a Empresa-Mãe continue a apresentar uma situação financeira equilibrada e sustentável.

FERNAVE

O objetivo prioritário do Portugal 2030 consiste na “Qualificação, Formação e Emprego”. Tendo em conta as perspetivas de criação de novos postos de trabalho e a aposta na manutenção, reabilitação e/ou construção de infraestruturas em resultado do PNI 2030, a FERNAVE espera melhorar o desempenho operacional da empresa, garantindo a qualidade dos serviços e a manutenção do equilíbrio operacional.

ECOSAÚDE

Antecipam-se subidas de alguns gastos operacionais, nomeadamente, de prestadores de serviços clínicos (áreas médica, enfermagem e de técnicos de segurança no trabalho), assim como nos custos do arrendamento de instalações.

O enfoque do ano 2024 será assim na manutenção de uma capacidade instalada qualificada e na continuação da procura da eficiência operacional da mesma, que resulte na manutenção de uma rentabilidade adequada.

SAROS

O objetivo global definido será no sentido da continuidade da rentabilização do potencial que a Saros poderá proporcionar ao Grupo CP, mantendo uma estrutura de custos otimizada e maximizando os resultados obtidos.

SIMEF

Prevê-se uma atividade operacional intensa, particularmente na manutenção pesada, resultante da necessidade da realização de 11 grandes reparações tipo R, de diversos projetos de modificação solicitados pelos Clientes e da possibilidade de participação na reposição ao serviço da LE5613. No que respeita à manutenção ligeira, o quantitativo de intervenções planeadas está em linha com o realizado no último exercício.

Em matéria de pessoal, prevêem-se medidas para assegurar a satisfação e a retenção do capital humano, nomeadamente através de ajustes salariais, assim como a continuidade do alargamento dos benefícios sociais aos colaboradores, aproveitando as sinergias proporcionadas pelas Empresas Agrupadas, Siemens e CP.

Principais Fontes de Incerteza das Estimativas

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as IFRS requer o uso de algumas estimativas contabilísticas importantes.

As estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas ações que se planeiam realizar, sendo permanentemente revistas com base na informação disponível.

Alterações nos factos e circunstâncias podem conduzir à revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão diferir daquelas estimativas.

As principais fontes de incerteza das estimativas à data da demonstração da posição financeira, que têm um risco significativo de provocar um ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o período contabilístico seguinte são:

Vida Útil de Ativos Fixos Tangíveis

A vida útil de um ativo é definida em termos da utilidade esperada do ativo para a entidade. A política de gestão de ativos pode envolver a alienação de ativos após um período especificado ou após consumo de uma proporção especificada dos futuros benefícios económicos incorporados no ativo. Por isso, a vida útil de um ativo pode ser mais curta do que a sua vida económica. A estimativa da vida útil do ativo é uma questão de juízo de valor baseado na experiência da entidade com ativos semelhantes.

Cobranças Duvidosas

As perdas por imparidade relativas a créditos de cobrança duvidosa são baseadas na avaliação efetuada da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros fatores. Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências setoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, conseqüentemente, diferentes impactos nos resultados.

Provisões

As provisões correspondem a passivos de montante ou de ocorrência temporal incerta. As empresas do Grupo CP, tendo em consideração o princípio da prudência, têm constituído provisões sempre que existe uma obrigação presente (legal ou construtiva), proveniente de um acontecimento passado, em que seja provável uma saída de recursos para liquidar a obrigação e se possa efetuar uma estimativa fiável da mesma. No que respeita nomeadamente à constituição de provisões para processos judiciais, estas requerem o uso de julgamento, tendo por base as últimas informações conhecidas na data de elaboração das demonstrações financeiras, nomeadamente no que respeita à probabilidade de perda do processo judicial e do valor estimado dessa perda. As alterações destas estimativas podem implicar impactos nos resultados.

Imparidades

A definição e aplicação de critérios para determinação das imparidades de ativos procura garantir a proximidade do valor do ativo ao seu valor realizável. Sem prejuízo, as imparidades determinadas pela aplicação destes critérios podem vir a divergir das que venham a ser efetivamente apuradas no fim da vida útil do ativo. De salientar, em especial, a complexidade dos critérios de

determinação das imparidades de inventários, tendo em consideração a sua diversidade, e o longo período durante o qual os mesmos podem ser usados, especificamente no caso dos inventários detidos pelo Grupo para aplicação no material circulante no âmbito da sua manutenção/reparação.

As perdas por imparidades de inventários relativos a matérias-primas, subsidiárias e de consumo e as relativas a produtos acabados e intermédios têm origem essencialmente na área de transporte de passageiros e na manutenção e reparação de material circulante.

Para o cálculo da imparidade dos inventários, o Grupo avalia semestralmente a necessidade de reconhecimento de imparidades no que respeita aos seus inventários.

Sumarizam-se, de seguida, os critérios aplicados para determinação das imparidades de inventários, sem prejuízo de as imparidades determinadas pela aplicação destes critérios poderem vir a divergir das que venham a ser efetivamente apuradas no fim da vida útil do ativo:

Materiais com Aplicação em Material Circulante

Para as peças utilizadas em reparações de material circulante da CP, e atendendo à durabilidade das mesmas, a imparidade é calculada em função da vida útil comercial residual estimada das séries de material a que estão associadas, o que permite a identificação dos materiais efetivamente obsoletos e sem aplicação.

Materiais com Aplicação em Material Circulante de Clientes Externos

O cálculo da imparidade destas peças de armazém é, de um modo geral, função do número de anos remanescentes até ao término dos respetivos contratos. No caso de os inventários serem também utilizáveis em séries de material circulante CP aplicam-se-lhe os critérios de determinação de imparidade aplicados a estas.

Peças Reparáveis “Rotáveis”

Estes materiais respeitam a peças retiradas do material circulante para reparação e posterior aplicação em séries ativas. Nestas circunstâncias, a imparidade é determinada em função da vida útil comercial residual estimada mais longa entre as diversas séries de material circulante onde as mesmas podem ser aplicadas e/ou da série onde as peças poderão ter maior aplicação.

Restantes Materiais

Para efeitos de determinação da imparidade, para os restantes materiais diversos, aplica-se o critério da não rotatividade há mais de 5 anos, para identificação dos materiais obsoletos e sem aplicação.

Caso estes materiais sem rotatividade voltem a ter movimento a imparidade apenas é revertida no caso de o valor líquido do material ser negativo e até ao limite estritamente necessário para que o deixe de ser.

No que respeita a imparidades de inventários com aplicação em material circulante (séries Grupo CP ou dos seus clientes), para além da imparidade imputada em função da vida útil residual

remanescente, considera-se uma imparidade adicional de 25% para os inventários que não tiverem movimento há mais de 10 anos, com um crescimento adicional de 5% por cada ano sem movimento, e atingindo o valor máximo de 75%, no caso de não terem movimento há mais de 20 anos. A definição do período de 10 anos para início da imputação desta imparidade adicional resulta do facto de ser expectável que, em 10 anos, o material tenha um ciclo completo de intervenções, sendo expectável que ocorram consumos dos diferentes materiais nesse período de tempo.

Ativos Não Correntes Detidos Para Venda

Os ativos não correntes detidos para venda devem ser reconhecidos pelo menor valor entre o seu valor contabilístico líquido e o seu justo valor, deduzido dos custos para vender, de acordo com a IFRS. Na determinação do justo valor, nomeadamente no que respeita a material circulante, e tendo em consideração a ausência de mercado ativo, é considerado pelo Grupo CP, como referência, o valor de transações recentes com material semelhante, ajustando esse valor às características técnicas do material e à procura existente. Com base no valor estimado de venda é determinada a existência e montante da imparidade a reconhecer, sendo que o verdadeiro impacto só será conhecido no momento da venda efetiva dos ativos, o que pode implicar variações com algum significado nos resultados.

Alterações às Normas Que Se Tornaram Efetivas em 1 de Janeiro de 2023

De seguida identificam-se as alterações às normas que se tornaram efetivas em 1 de janeiro de 2023 avaliando-se a existência de possível impacto no Grupo CP:

IAS 1 – ‘Divulgação de Políticas Contabilísticas’

Alteração aos requisitos de divulgação de políticas contabilísticas que passam a ser baseadas na definição de “materiais”, em detrimento de “significativas”.

A informação relativa a uma política contabilística considera-se material caso, na ausência da mesma, os utilizadores das demonstrações financeiras não tenham a capacidade de compreender outras informações financeiras incluídas nessas mesmas demonstrações financeiras.

Não se registaram impactos decorrentes desta alteração no Grupo CP.

IAS 8 – ‘Divulgação de Estimativas Contabilísticas’

Introdução da definição de estimativa contabilística e a forma como esta se distingue das alterações de políticas contabilísticas.

As estimativas contabilísticas passam a ser definidas como valores monetários sujeitos a incerteza na sua mensuração, utilizadas para concretizar o(s) objetivo(s) de uma política

contabilística.

Não se registaram impactos decorrentes desta alteração no Grupo CP.

IAS 12 - 'Imposto Diferido Relacionado com os Ativos e Passivos Associados a Uma Única Transação'

A IAS 12 passa a exigir que as entidades registem imposto diferido sobre determinadas transações específicas, quando o seu reconhecimento inicial simultâneo dê origem a valores iguais de diferenças temporárias tributáveis e diferenças temporárias dedutíveis.

As transações sujeitas referem-se ao registo de:

- (i) ativos sob direito de uso e passivos de locação; e
- (ii) provisões para desmantelamento, restauro ou passivos semelhantes com os correspondentes valores reconhecidos como parte do custo do ativo relacionado, quando na data do reconhecimento inicial, não relevem para efeitos fiscais.

Assim, estas diferenças temporárias são excluídas do âmbito da isenção de registo de impostos diferidos no reconhecimento inicial de ativos ou passivos.

O efeito acumulado da aplicação inicial desta alteração é reconhecido como um ajustamento ao saldo de abertura dos resultados transitados (ou outro componente do capital próprio) do período comparativo mais antigo apresentado.

Não se registaram impactos decorrentes desta alteração no Grupo CP.

IAS 12 - 'Reforma da Tributação Internacional- Regras do Modelo do Pilar Dois'

Esta alteração constitui a resposta do IASB, às questões levantadas pelos *stakeholders* no âmbito da implementação das regras do *Global Anti-Base Erosion* ("GloBE") da OCDE, e compreende:

- a) uma exceção temporária aos requisitos de reconhecimento e divulgação de informações sobre ativos e passivos por impostos diferidos relacionados com o Pilar Dois; e
- b) os requisitos de divulgação adicionais para as entidades afetadas (entidades pertencentes a grupos multinacionais com réditos consolidados de €750 milhões em pelo menos dois dos últimos quatro anos), como sejam:
 - (i) o facto de a exceção ter sido aplicada;
 - (ii) divulgação em separado do gasto líquido de imposto corrente relacionado com impostos sobre o rendimento Pilar Dois, e
 - (iii) informação conhecida ou razoavelmente estimável que auxilie os utilizadores das demonstrações financeiras a compreender o impacto da aplicação das regras do Pilar Dois, entre a data de publicação da legislação e a data da sua entrada em vigor.

Esta alteração foi desenvolvida provisoriamente, para vigorar enquanto o sistema fiscal global se esteja a adaptar a estas novas regras – o IASB planeia avaliar se a mesma será para manter ou retirar, assim que existir clareza suficiente sobre a forma como as jurisdições fiscais adotam as novas regras, bem como os seus impactos nas entidades.

Não se registaram impactos decorrentes desta alteração no Grupo CP.

Alterações às Normas e Novas Normas que se Tornam Efetivas, em ou Após 1 de Janeiro de 2024

IAS 1 - ‘Classificação de Passivos Como Não Correntes e Correntes’ e ‘Passivos Não Correntes com Covenants’

As alterações publicadas clarificam que os passivos são classificados como saldos correntes ou não correntes em função do direito que uma entidade tem de diferir o seu pagamento para além de 12 meses após a data de relato financeiro.

Se uma entidade estima, e tem o direito, à data de relato, de refinanciar ou fazer o *roll over* de um passivo negociado no âmbito de uma linha de crédito, por pelo menos doze meses após o período de relato, classifica a obrigação como não corrente, mesmo que, de outra forma, fosse devido dentro de um prazo mais curto. No entanto, se a entidade não tem o direito discricionário de refinanciar ou efetuar o *roll over* (por exemplo, não há acordo para refinanciamento), a entidade deve classificar o passivo como corrente.

As alterações publicadas também clarificam que os *covenants* que uma entidade é obrigada a cumprir na data ou em data anterior à data de relato, afetam a classificação de um passivo

como corrente ou não corrente, mesmo que a sua verificação pela entidade credora apenas ocorra após a data de relato (ex: quando o *covenant* é baseado na posição da situação financeira à data de relato).

Quando uma entidade classifica os passivos resultantes de contratos de financiamento como não correntes e esses passivos estão sujeitos a *covenants* é exigida a divulgação de informação que permita aos investidores avaliar o risco de estes passivos tornarem-se reembolsáveis no prazo de 12 meses, tais como:

- a) o valor contabilístico dos passivos;
- b) a natureza dos *covenants* e as datas de cumprimento; e
- c) os factos e as circunstâncias que indiquem que a entidade poderá ter dificuldades no cumprimento dos *covenants* nas datas devidas.

Estas alterações são de aplicação retrospectiva.

Não se registaram impactos decorrentes desta alteração no Grupo CP.

IFRS 16 - ‘Passivos por Locação Numa Venda e Relocação’

Esta alteração à norma das locações introduz orientações relativamente à mensuração subsequente de passivos de locação, relacionados com transações de venda e relocação (*sale & leaseback*) que qualificam como “venda” de acordo com os princípios da IFRS 15 - ‘Rédito de contratos com clientes’, com maior impacto quando alguns ou todos os pagamentos de locação são pagamentos de locação variáveis que não dependem de um índice ou de uma taxa.

Ao mensurar subsequentemente os passivos de locação, os vendedores-locatários deverão determinar os “pagamentos de locação” e “pagamentos de locação revistos” de maneira que estes não venham a reconhecer ganhos/(perdas) relativamente ao direito de uso que retêm. Os

pagamentos variáveis de locação que não dependem de um índice ou de uma taxa não satisfazem a definição de “pagamentos de locação”.

Esta alteração é de aplicação retrospectiva.

Não se registaram impactos decorrentes desta alteração no Grupo CP.

Fluxo de Caixa (nota 4)

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada segundo o método direto, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

O Grupo classifica os juros e dividendos pagos como atividades de financiamento e os juros e os dividendos recebidos como atividades de investimento.

A 31 de dezembro de 2023 todos os saldos de caixa e seus equivalentes encontram-se disponíveis para uso.

Rubrica de Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de caixa e depósitos bancários é constituída pelos seguintes saldos:

Descrição	(valores em euros)	
	31-dez-23	31-dez-22
Caixa	433 788	465 181
Depósitos bancários	116 496 776	49 832 346
Total	116 930 564	50 297 527

Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros (nota 5)

Não existem alterações a reportar de políticas contabilísticas e estimativas ou erros com impactos materiais nas demonstrações financeiras do Grupo.

Ativos Fixos Tangíveis (nota 6)

No final do ano 2023 o Grupo CP apresentava um ativo fixo tangível organizado por classes de ativo fixo tangível, conforme quadro seguinte:

Descrição	(valores em euros)	
	31-dez-23	31-dez-22
Valor Bruto:		
Terrenos e recursos naturais	20 533 661	20 533 661
Edifícios e outras construções	102 832 479	102 510 329
Equipamento básico	1544 163 673	1 528 894 130
Equipamento de transporte	3 318 832	3 318 832
Equipamento administrativo	29 126 941	28 547 132
Outros ativos fixos tangíveis	32 947 528	43 559 234
Investimentos em curso	18 005 164	11 114 571
Adiantamentos por conta de investimentos	27 004 296	10 268 506
Sub-total	1 777 932 574	1 748 746 395
Depreciação acumulada e imparidade:		
Depreciação do período	51 364 058	54 813 693
Depreciação acumulada de períodos anteriores	1 393 177 976	1 334 679 852
Depreciação acumulada dos bens abatidos e transferidos no período	(11 567 325)	3 684 431
Perdas por imparidade do período	(111 045)	(342 412)
Perdas por imparidade de períodos anteriores	2 474 210	2 816 622
Sub-total	1 435 337 874	1 395 652 186
Valor líquido contabilístico	342 594 700	353 094 209

Os movimentos na rubrica de ativos fixos tangíveis durante o ano 2023 são resumidos no quadro seguinte:

Descrição	(valores em euros)							
	Saldo inicial	Adições	Alienações	Ativos classificados como detidos para venda	Abates	Transferências	Outras regularizações	Saldo final
Valor bruto:								
Terrenos e recursos naturais	20 533 661	-	-	-	-	-	-	20 533 661
Edifícios e outras construções	102 510 329	2 068	-	-	-	320 082	-	102 832 479
Equipamento básico	1528 894 130	301 589	-	1 476 143	(3 651 728)	17 138 271	5 268	1544 163 673
Equipamento de transporte	3 318 832	-	-	-	-	-	-	3 318 832
Equipamento administrativo	28 547 132	41 718	-	-	(100 803)	638 894	-	29 126 941
Outros ativos fixos tangíveis	43 559 234	13 128	-	-	(10 930 140)	311 818	(6 512)	32 947 528
Investimentos em curso	11 114 571	25 598 942	-	-	(299 284)	(18 409 065)	-	18 005 164
Adiantamentos por conta de investimentos	10 268 506	16 735 790	-	-	-	-	-	27 004 296
	1748 746 395	42 693 235	-	1 476 143	(14 981 955)	-	(1 244)	1777 932 574
Depreciação acumulada e imparidade:								
Edifícios e outras construções	57 527 790	3 140 204	-	-	-	-	-	60 667 994
Equipamento básico	1265 898 729	46 204 241	-	1 463 481	(3 650 053)	2 930	(457)	1309 918 871
Equipamento de transporte	3 052 544	61 576	-	-	-	-	-	3 114 120
Equipamento administrativo	27 220 936	667 037	-	-	(100 803)	-	-	27 787 170
Outros ativos fixos tangíveis	39 477 978	1 291 000	-	-	(9 278 706)	(2 930)	(787)	31 486 555
Ativ. Fix. Tang.-Perdas Impar. Acum.-Equipam. Básico	2 474 209	(111 045)	-	-	-	-	-	2 363 164
	1 395 652 186	51 253 013	-	1 463 481	(13 029 562)	-	(1 244)	1 435 337 874
Total	353 094 209	(8 559 778)	-	12 662	(1 952 393)	-	-	342 594 700

Os ativos fixos tangíveis do Grupo CP são mensurados ao custo, sendo depreciados linearmente, de acordo com vidas úteis especificadas na nota 3.

Os investimentos mais significativos realizados no ano de 2023 respeitam essencialmente a grandes reparações periódicas de material circulante do tipo R2 que cumprem os critérios de reconhecimento como ativo fixo tangível.

Os valores mais significativos apresentados na coluna dos abates, referem-se à rubrica de outros equipamentos, e são regularizações efetuadas às peças de parque que foram aplicadas em vários anos no material circulante.

As depreciações acumuladas referidas na coluna adições respeitam à depreciação dos ativos, de acordo com a sua vida útil, destacando-se pelo seu contributo, as depreciações do material circulante.

A reversão das perdas de imparidade registadas no período decorre do ajustamento do valor contabilístico ao valor recuperável.

A 31 de dezembro de 2023 os seguintes ativos fixos tangíveis estavam dados como garantia de empréstimos obtidos pelo Grupo CP junto da Eurofima:

(valores em euros)	
Descrição	V.contabilístico
Automotoras	33 387 351
Total	33 387 351

Ativos Intangíveis (nota 7)

Os ativos intangíveis do Grupo CP respeitam essencialmente à implementação de sistemas informáticos não havendo ativos que tenham sido desenvolvidos internamente, conforme quadro seguinte:

(valores em euros)		
Descrição	31-dez-23	31-dez-22
Valor Bruto:		
Despesas de investigação e desenvolvimento	50 795	46 040
Programas de computador	1 146 367	1 135 708
Ativos intangíveis em curso	8 518	-
Sub-total	1 205 680	1 181 748
Amortização acumulada e imparidade:		
Amortização do período	325 025	348 125
Amortização acumulada de períodos anteriores	503 380	157 015
Amortização acumulada dos bens abatidos no período	-	(880)
Sub-total	828 405	503 380
Valor líquido contabilístico	377 275	678 368

Para efeitos de amortização é considerada, por norma, uma vida útil de 3 anos para estes ativos. Esta estimativa é, no entanto, revista anualmente em função da utilização esperada do ativo. Os

ativos intangíveis são mensurados ao custo e amortizados pelo método das quotas constantes num regime de duodécimos a partir da data de entrada em produção do ativo.

A variação da rubrica de ativos intangíveis durante o ano 2023 é analisada como segue:

(valores em euros)							
Descrição	Saldo inicial	Adições	Alienações	Ativos detidos para venda	Abates	Transf.	Saldo final
Valor bruto:							
Despesas de investigação e desenvolvimento	46 040	-	-	-	-	4 755	50 795
Programas de computador	1 135 708	10 659	-	-	-	-	1 146 367
Ativos intangíveis em curso	-	13 273	-	-	-	(4 755)	8 518
	1 181 748	23 932	-	-	-	-	1 205 680
Amortização acumulada e imparidade:							
Amortização do período	347 245	325 025	-	-	-	-	672 270
Amortização acumulada de períodos anteriores	156 135	-	-	-	-	-	156 135
	503 380	325 025	-	-	-	-	828 405
Total	678 368	(301 093)	-	-	-	-	377 275

O aumento do ativo intangível, diz respeito à aquisição de programas informáticos.

Direitos de Uso de Ativos (nota 8)

No final do ano 2023 o Grupo CP apresentava os seguintes direitos de uso que cumpriram todos os requisitos enumerados na IFRS 16:

(valores em euros)		
Descrição	31-dez-23	31-dez-22
Valor Bruto:		
Direito de Uso (Loações Financeiras - IFRS 16)	13 654 624	14 735 284
Viaturas	257 659	241 019
Automotoras	3 654 811	4 797 582
Espaço oficial (a)	9 742 154	9 696 683
Sub-total	13 654 624	14 735 284
Amortização acumulada e imparidade:		
Amortização do período	1 737 081	1 707 684
Viaturas	54 766	64 052
Automotoras	1 218 270	1 182 262
Espaço oficial (a)	464 045	461 370
Amortização acumulada de períodos anteriores	2 050 567	5 041 944
Viaturas	197 174	133 122
Automotoras	-	3 516 799
Espaço oficial (a)	1 853 393	1 392 023
Sub-total	3 787 648	6 749 628
Valor líquido contabilístico	9 866 976	7 985 656

Assim como as respetivas responsabilidades que resultam das locações financeiras:

Descrição	(valores em euros)	
	31-dez-23	31-dez-22
Não corrente		
Responsabilidades por locações financeiras	8 189 715	7 487 069
Viaturas	2	2 660
Automotoras	1 156 378	-
Espaço oficial (a)	7 033 335	7 484 409
Corrente		
Responsabilidades por locações financeiras	1 751 110	548 399
Viaturas	5 718	41 185
Automotoras	1 317 679	102 862
Espaço oficial (a)	427 713	404 352
Total	9 940 825	8 035 468

Ainda com impactos em resultado da aplicação IFRS 16, evidenciam-se o valor dos juros suportados nos exercícios de 2022 e 2023:

Descrição	(valores em euros)	
	2023	2022
Juros e gastos similares suportados		
Viaturas	12 533	12 336
Automotoras	96 616	16 999
Espaço oficial (a)	169 082	178 341
Total	278 231	207 676

Participações Financeiras - Método de Equivalência Patrimonial (nota 9)

O detalhe das participações financeiras em que se aplica o método da equivalência patrimonial é apresentado no quadro seguinte:

Descrição	Tipo	(valores em euros)					
		31-dez-23			31-dez-22		
		Valor bruto	Imparidade	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido
TIP, ACE	Investimento	650 836	-	650 836	2 055 686	-	2 055 686
SIMEF A.C.E.	Investimento	498 144	-	498 144	480 313	-	480 313
NOMAD TECH, LDA.	Investimento	1 787 178	-	1 787 178	1 214 316	-	1 214 316
Total		2 936 158	-	2 936 158	3 750 315	-	3 750 315

Em 2023 foram realizados os seguintes movimentos nestas participações financeiras, conforme quadro seguinte:

(valores em euros)

	Saldo inicial	Adições	Alienações	MEP	Outras alterações	Saldo final
Valor bruto						
TIP, ACE	2 055 686	-	-	430 447	(1 835 297)	650 836
SIMEF, ACE	480 313	-	-	498 111	(480 280)	498 144
Nomad Tech, Lda.	1 214 316	-	-	572 862	-	1 787 178
Sub-total	3 750 315	-	-	1 501 420	(2 315 577)	2 936 158
Imparidade	-	-	-	-	-	-
Sub-total	-	-	-	-	-	-
Total	3 750 315	-	-	1 501 420	(2 315 577)	2 936 158

Como é possível verificar pela análise do quadro apresentado, o decréscimo da rubrica de participações financeiras, deve-se essencialmente à integração dos resultados positivos das empresas do grupo.

A informação financeira resumida referente às empresas participadas (a aguardar aprovação em Assembleia Geral) apresenta-se como segue:

(valores em euros)

Nome da associada	% de participação	Data de referência	Ativos	Passivos	Capital Próprio	Rendimentos	Resultado líquido
SIMEF, ACE	51	31-dez-23	11 961 289	10 984 536	976 753	14 046 204	976 753
Nomad Tech, Lda.	35	31-dez-23	16 305 950	11 199 728	5 106 222	3 490 735	334 909
TIP, ACE	33	31-dez-23	27 866 461	25 913 757	1 952 704	8 480 986	1 374 488

* Este montante refere-se ao Resultado Líquido do período compreendido entre 01/07/2023 e 31/12/2023. Conforme já referido anteriormente, a Nomad Tech encerra o seu exercício a 30 de junho de cada ano.

Outros Investimentos Financeiros (nota 10)

O Grupo CP detém pequenas participações em diferentes empresas que se encontram reconhecidas ao custo menos perdas de imparidade, dado o valor destas participações não ser publicamente negociado e não ser possível obter de forma fiável o seu justo valor.

À data de cada período de relato financeiro, é avaliada a possibilidade de existência de imparidade destes ativos financeiros, reconhecendo-se uma perda por imparidade na demonstração dos resultados se existir uma evidência objetiva dessa imparidade.

O detalhe desta rubrica é apresentado no quadro seguinte:

(valores em euros)

Descrição	Método	31-dez-23			31-dez-22		
		Valor bruto	Imparidade	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido
CP Carga, SA	Custo de aquisição	80 000	(80 000)	-	80 000	(80 000)	-
MLM, SA	Custo de aquisição	12 721	(12 721)	-	12 721	(12 721)	-
METRO DO PORTO, SA	Custo de aquisição	249 399	(249 399)	-	249 399	(249 399)	-
METRO-MONDEGO, SA	Custo de aquisição	3 595	-	3 595	3 595	-	3 595
ICF	Custo de aquisição	382 269	(382 269)	-	382 269	(382 269)	-
EUROFIMA	Custo de aquisição	27 760 679	-	27 760 679	27 760 679	-	27 760 679
BCC	Custo de aquisição	1 460	-	1 460	1 460	-	1 460
INEGI	Custo de aquisição	2 500	(2 500)	-	2 500	(2 500)	-
Centro de Competências Ferroviário	Custo de aquisição	4 000 000	(4 000 000)	-	2 000 000	(2 000 000)	-
TRANSCOM, S.A.	Custo de aquisição	388 280	(64 723)	323 557	388 280	(74 964)	313 316
Fundo Comp. Trabalho	Custo de aquisição	311	-	311	207 662	(207 351)	311
		32 881 214	(4 791 612)	28 089 602	31 088 565	(3 009 204)	28 079 361

A Eurofima é uma organização supranacional, sob a forma societária, que é constituída pelas empresas públicas de transporte ferroviário. A Eurofima foi constituída em 20 de novembro de 1956, em resultado de um tratado (“Convenção”) entre os vários estados-membros Europeus signatários. Os estatutos da Eurofima determinavam que a “Convenção” teria uma duração de 50 anos após a constituição. Contudo, na assembleia geral extraordinária, de 1 de fevereiro de 1984, foi aprovado por todos os Estados membros a extensão do período da Convenção por mais 50 anos, isto é, até 2056.

O valor registado na participação da Eurofima corresponde a subscrição de 52 mil Francos Suíços à data da subscrição inicial do capital e dos aumentos de capital subsequentes. A CP, bem como os demais acionistas da Eurofima, apenas realizou 20% daquele valor, encontrando-se os restantes 41,6 mil Francos Suíços por realizar. Os acionistas podem ser chamados a realizar a qualquer momento e incondicionalmente o valor que se encontra por realizar.

O movimento destas participações financeiras em 2023 é analisado no quadro seguinte:

	(valores em euros)					
	Saldo inicial	Adições	Alienações	Justo valor	Outras alterações	Saldo final
Valor bruto						
CP Carga, SA	80 000	-	-	-	-	80 000
MLM, SA	12 721	-	-	-	-	12 721
METRO DO PORTO, SA	249 399	-	-	-	-	249 399
METRO-MONDEGO, SA	3 595	-	-	-	-	3 595
ICF	382 269	-	-	-	-	382 269
EUROFIMA	27 760 679	-	-	-	-	27 760 679
BCC	1 460	-	-	-	-	1 460
INEGI	2 500	-	-	-	-	2 500
Centro de Competências Ferroviário	2 000 000	2 000 000	-	-	-	4 000 000
TRANSCOM, S.A.	388 280	-	-	-	-	388 280
Fundo Comp. Trabalho	311	-	-	-	-	311
	30 881 214	2 000 000	-	-	-	32 881 214
Imparidade						
CP Carga, SA	(80 000)	-	-	-	-	(80 000)
MLM, SA	(12 721)	-	-	-	-	(12 721)
METRO DO PORTO, SA	(249 399)	-	-	-	-	(249 399)
ICF	(382 269)	-	-	-	-	(382 269)
INEGI	(2 500)	-	-	-	-	(2 500)
Centro de Competências Ferroviário	(2 000 000)	(2 000 000)	-	-	-	(4 000 000)
TRANSCOM, S.A.	(74 964)	-	-	-	10 241	(64 723)
	(2 801 853)	(2 000 000)	-	-	10 241	(4 791 612)
Total	28 079 361	-	-	-	10 241	28 089 602

Impostos Sobre o Rendimento (nota 11)

A CP é a sociedade dominante de um grupo de empresas, tributado de acordo com o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades, previsto no artigo 69º do Código do IRC, que integra, para além da própria CP, as filiais SAROS-Sociedade de Mediação de Seguros, Lda., a Fernave - Formação Técnica, Psicologia Aplicada e Consultadoria em Transportes e Portos, S.A. e a Ecosaúde - Educação Investigação e Consultoria em Trabalho, Saúde e Ambiente, S.A.

Apesar de em 2019 ter sido celebrado o contrato de serviço público, que altera significativamente a forma de financiamento do serviço público de transporte, e o mesmo ter sido aprovado pelo Tribunal de Contas no decorrer do ano de 2020, só em 2022, a CP recebe a totalidade dos valores

fixados para a componente de acerto/reconciliação das obrigações de serviço público (OSP) de 2020, estando ainda em falta para a componente de reposição do reequilíbrio financeiro desse mesmo ano, o pagamento de 1,1 milhões de euros, conforme divulgado na nota 3 e nota 28. A CP aguarda igualmente o acerto final relativo as compensações pelo cumprimento das OSP de 2021 e de 2022.

Durante o exercício de 2023, a CP registou os seguintes acertos em rendimento relacionados com as OSP:

- (i) O valor do acerto de reconciliação das obrigações de serviço público (OSP) de 2021, no valor de 45,9 milhões de euros, recebido no decorrer do exercício;
- (ii) O acerto a receber da componente de reposição do reequilíbrio financeiro das obrigações de serviço público (OSP) de 2021, no valor de 12,2 milhões de euros, para a qual já se obteve aprovação;
- (iii) O acerto a receber da reconciliação das obrigações de serviço público (OSP) de 2022, no valor de 7,1 milhões de euros, para a qual já se obteve aprovação;
- (iv) O acerto a devolver da reconciliação das obrigações de serviço público (OSP) de 2023, no valor de 33,8 milhões de euros, para o qual foi emitido em 2024 o respetivo documento fiscal.

Na data de assinatura do presente relatório, e no que respeita a exercícios anteriores, aguarda-se a aprovação por parte da IGF do valor referente à componente de reposição do reequilíbrio financeiro pelo cumprimento das OSP de 2022 que irá finalizar o acerto final desse exercício.

Se os acertos de compensação reconhecidos nas contas de 2023, referentes a 2021 (58,1 milhões de euros) e a 2022 (7,1 milhões de euros), tivessem sido integralmente reconhecidos nos anos a que respeitam, o resultado líquido do exercício de 2023 seria negativo em 59 milhões de euros (e com resultado fiscal negativo, em cerca de 53 milhões de euros). A mesma situação se verifica na informação comparativa de 2022, com resultado líquido também negativo.

Face ao acima exposto e considerando que, no atual contexto, existe uma incerteza significativa quanto à estabilidade dos resultados futuros, que advém, essencialmente, da determinação das compensações financeiras que cabem à CP e dos eventuais efeitos das opções de financiamento que vierem a ser seguidas, a CP entende que não se afigura prudente proceder ao registo de ativos por impostos diferidos relativos a prejuízos fiscais dedutíveis. Razão pela qual entende também não registar qualquer imposto diferido, ativo ou passivo, pese embora existam diferenças temporariamente tributáveis/dedutíveis.

Conforme consta no quadro abaixo, o total dos prejuízos fiscais dedutíveis do Grupo CP até 2023 passam de 315,2 milhões de euros para 322,2 milhões de euros, os quais podem ser utilizados, de acordo com a legislação atual, sem qualquer limite temporal.

	(valores em euros)	
	Prejuízo Fiscal dedutível acumulado em 2023	Prejuízo Fiscal dedutível acumulado em 2022
CP	335 132 524	352 385 100
Grupo	322 230 943	315 236 854

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto individual do Grupo CP nos exercícios de 2023 e 2022 é a seguinte:

	2023	2022
Resultado Antes Imposto	6 274 065	9 813 681
Imposto Esperado	2 943 037	(630 448)
Diferenças Permanentes	15 099 093	(5 297 628)
Resultado tributável	24 316 195	3 885 605
Prejuízos Fiscais Deduzidos	(17 252 576)	(3 108 484)
Materia Coletável	7 063 619	777 121
Taxa Nominal de Imposto	21,0%	21,0%
Coleta	2 438 532	202 873
Derrama municipal	358 911	57 658
Tributação Autónoma	145 594	136 613
Resultado da liquidação (art.º 92.º)	-	233 303
Imposto sobre o rendimento	2 943 037	630 448
Taxa Efetiva de Imposto	38,5%	6,4%

Inventários (nota 12)

Em 31 de dezembro de 2023 o Grupo CP apresenta os seguintes valores de inventários, detalhados por classificação:

	(valores em euros)	
Descrição	31-dez-23	31-dez-22
Valor Bruto:		
Mercadorias	128 988	129 591
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	57 432 218	56 420 971
Produtos acabados e intermedios*	4 523 359	4 621 213
Produtos e trabalhos em curso	3 267 765	3 460 092
Adiantamentos por conta de compras	532 962	-
	65 885 292	64 631 867
Imparidades acumuladas		
Imparidades do período	(2 068 445)	(2 071 014)
Imparidades de períodos anteriores	(20 052 341)	(17 981 327)
	(22 120 786)	(20 052 341)
Valor líquido contabilístico	43 764 506	44 579 526

*fabricos internos e rotaveis

O valor bruto dos inventários registou um acréscimo de 1,3 milhões de euros face a 2022, destacando-se as Matérias-primas, subsidiárias e de consumo com 1 milhão e os adiantamentos por conta de compras com 0,5 milhões. As outras rubricas apresentaram variações mínimas em sentido inverso.

Os constrangimentos externos seguiram a mesma tendência do período anterior, nomeadamente a evolução dos preços resultantes da conjuntura internacional o que por si só implica o incremento

do valor dos inventários. Outro fator que justifica o acréscimo é a definição da consistência das intervenções estimadas com uma taxa de substituição superior à efetivamente consumada. Por outro lado, está também diretamente relacionado com a décalage entre o início dos projetos de reparação/modernização, e a chegada efetiva dos materiais, em que alguns ficam impossibilitados de serem usados nas intervenções planeadas, não ficando, no entanto, comprometida, em ambas as situações a sua utilização em futuras intervenções.

A empresa realiza semestralmente o controlo do valor dos inventários para aferir a necessidade do ajustamento do seu montante. Em caso de necessidade, são constituídas imparidades.

Relativamente às imparidades de inventários mantiveram-se basicamente os critérios que tem vindo a ser seguidos nos últimos períodos, os quais estão detalhados na nota 3.

Através da aplicação desses critérios, foi reconhecida, no período de 2023, uma perda por imparidade de cerca de 2,1 milhões de euros, há semelhança do que havia acontecido no ano anterior. Para aquele reforço contribuíram por um lado perdas por imparidade registadas em gastos no montante de 2,7 milhões de euros parcialmente compensadas com a reversão de perdas por imparidade no montante 0,6 milhões de euros registadas em rendimentos do exercício, como demonstra o quadro seguinte:

Descrição	Saldo inicial	Perdas	Reversão	Regularização	(valores em euros)
					Saldo final
Imparidades de inventários					
Matérias-primas subsidiárias e de consumo	(19 217 441)	(2 407 973)	481 135	-	(21 144 279)
Produtos acabados e intermédios	(834 900)	(246 790)	105 183	-	(976 507)
Fabricos	(350 434)	(27 306)	643	-	(377 097)
Rotaveis	(484 466)	(219 484)	104 540	-	(599 410)
Total	(20 052 341)	(2 654 763)	586 318	-	(22 120 786)

Cientes (nota 13)

Em 31 de dezembro de 2023 a rubrica de clientes apresenta os seguintes valores:

Descrição	(valores em euros)	
	31-dez-23	31-dez-22
Valor Bruto:		
Clientes c/c		
Gerais	12 108 999	10 761 877
Empresas associadas	2 236 037	70 412
Empreendimentos conjuntos	105 892	(37 403)
Outras partes relacionadas	-	-
Clientes - cobrança duvidosa	6 540 096	5 887 581
Sub-total	20 991 024	16 682 467
Imparidade acumulada		
Perdas por imparidade do período	(652 515)	(60 456)
Perdas por imparidade de períodos anteriores	(5 887 581)	(5 827 125)
Sub-total	(6 540 096)	(5 887 581)
Valor líquido contabilístico	14 450 928	10 794 886

A rubrica de clientes apresenta um incremento em 2023 que se deve essencialmente às empresas associadas, com pagamentos regularizados no decorrer do 1º trimestre de 2024, mas também ao aumento da rubrica de clientes gerais, e cujo pagamento ocorreu logo no primeiro mês do ano.

Os movimentos das perdas por imparidade são analisados como segue:

Descrição	(valores em euros)				
	Saldo inicial	Perdas	Utilizações	Reversões	Saldo final
Perdas por imparidade					
Clientes gerais	(5 887 581)	(718 161)	-	65 646	(6 540 096)
Total	(5 887 581)	(718 161)	-	65 646	(6 540 096)

Estado e Outros Entes Públicos (nota 14)

A rubrica de Estado e outros entes públicos é analisada como segue:

Descrição	(valores em euros)	
	31-dez-23	31-dez-22
Ativo		
Imposto sobre o rendimento	251 492	240 388
Pagamento especial por conta	136 469	167 451
Imposto retido na fonte	57 888	52 033
Imposto retido na fonte-Dependente	57 135	20 904
IVA	11 411 360	9 960 014
IVA a recuperar	1 000 000	2 646 007
IVA reembolsos pedidos	10 411 360	7 314 007
Outros Impostos	328 221	347 443
Contribuições Seg Social CNP	328 221	337 245
DGI-FCT	-	10 198
Total	11 991 073	10 547 845
Passivo		
Imposto sobre o rendimento	2 977 783	675 861
Imposto sobre o rendimento	2 943 037	630 448
Retenções de imposto sobre o rendimento	34 746	45 413
IVA	163 303	50 813
IVA a pagar	163 303	50 813
Outros Impostos	22 988	22 306
Contribuição para a Segurança Social	22 988	22 306
Outras tributações	-	-
Total	3 164 074	748 980

Em 2023 o acréscimo do IVA na rubrica "IVA a recuperar/reembolsos pedidos" decorreu da aceitação e conseqüente contabilização de faturas por uso da infraestrutura ferroviária referentes ao período de agosto a dezembro e de faturas de energia para tração.

Quanto ao passivo o aumento da rubrica de imposto sobre o rendimento decorreu essencialmente do cálculo da estimativa do imposto do corrente ano em linha com os resultados do período.

Outros Créditos a Receber (nota 15)

A rubrica de outros créditos a receber é analisada como segue:

Descrição	(valores em euros)	
	31-dez-23	31-dez-22
Valor Bruto:		
Adiantamentos a fornecedores	194 502	182 001
Fornecedores c/c - saldos devedores	41 052	211 842
Outros	769 752	469 834
Outros Devedores - pessoal	103 047	173 914
D.Diversos - c/c	8 915 292	10 087 922
Devedores por acréscimos de receitas	32 513 716	9 271 219
Sub-total	42 537 361	20 396 732
Imparidade acumulada		
Imparidade do período - Outras dívidas terceiros	913 545	65 953
Imparidade de períodos anteriores-0. Div. terceiros	(5 760 143)	(5 826 096)
Sub-total	(4 846 598)	(5 760 143)
Valor líquido contabilístico	37 690 763	14 636 589

Em 2023, a rubrica de outros créditos a receber apresenta um aumento face ao período homólogo na ordem dos 23,1 milhões de euros.

Esta variação é explicada pela especialização de rendimentos no valor de 19,3 milhões de euros, para os quais a CP aguarda ser ressarcida, relacionada:

- (i) Com o valor de compensação do reequilíbrio financeiro das obrigações de serviço público de 2021, no valor de 12,2 milhões de euros, para as quais a CP já obteve a validação por parte da IGF e respetiva homologação por despacho da secretaria de estado; e com
- (ii) O acerto de reconciliação das obrigações de serviço público de 2022, no valor de 7,1 milhões de euros, montante foi validado pelo IMT.

A contribuir também para esta variação, de referir a liquidação de uma dívida de anos anteriores de 1 milhão de euros que reduziu, substancialmente, a imparidade acumulada.

Os movimentos das perdas por imparidade são analisados como segue:

Descrição	(valores em euros)					
	Saldo inicial	Perdas	Utilização	Transferência	Reversões	Saldo final
Perdas por imparidade						
Outras dívidas de terceiros	(5 760 143)	-	5	-	913 540	(4 846 598)
Total	(5 760 143)	-	5	-	913 540	(4 846 598)

Diferimentos (nota 16)

A rubrica de diferimentos apresenta os valores registados no quadro seguinte:

Descrição	(valores em euros)	
	31-dez-23	31-dez-22
Ativo		
Gastos a reconhecer		
Diferim. - gast. reconh. - outros - diversos	3 176 989	1 178 525
Total	3 176 989	1 178 525
Passivo		
Rendimentos a reconhecer		
Difer. - rend. a reconh. - subsidios ao investimento	135 844 656	81 575 076
Diferim. - rend. reconh. - outros dif - rendim reconh.	658 430	498 556
Total	136 503 086	82 073 632

No que diz respeito ao ativo, esta rubrica releva os diversos gastos a reconhecer no período, onde se inclui os diversos prémios de seguro faturados e pagos, no final do ano, de forma a garantir a efetividade dos seguros a vigorar no 1º trimestre do ano seguinte. Os principais seguros que contribuem para a constituição do saldo desta rubrica referem-se aos seguros de acidentes de trabalho, de saúde, de multiriscos e de responsabilidade civil.

Em 2023, o principal incremento, deve-se ao aumento de cerca 2 milhões de euros nos gastos a reconhecer com contratos informáticos, tais como aquisição e renovação de software, licenciamentos e plataformas informáticas.

Relativamente ao passivo, o valor apresentado reflete os rendimentos a reconhecer derivados da atividade de manutenção e de reparação de material circulante, mais concretamente, a faturação por conta de trabalhos a realizar e a ser emitida de acordo com as condições contratuais estabelecidas.

No quadro seguinte apresenta-se o detalhe da rubrica de subsídios:

	(valores em euros)	
	31-dez-23	31-dez-22
Fundo Ambiental _ Aqui. 117 Aut elec, 12 Auto. BiModo e 10 Elec	73 163 089	11 056 145
Subsídios PIDDAC	25 786 960	29 236 744
Subsídios FEDER	35 355 171	39 610 142
Subsídios IGCP	1 311 721	1 444 330
Subsídios Outros (inclui CEF)	227 715	227 715
Total	135 844 656	81 575 076

Ativos Não Correntes Detidos para Venda (nota 17)

Um dos objetivos da empresa é proceder à alienação de bens não necessários à sua atividade. Esses bens respeitam essencialmente a edifícios e material circulante. Nesse sentido, a gestão de topo encontra-se comprometida no desenvolvimento de ações que possibilitem a concretização dessas alienações, através da prospeção de eventuais interessados quer no mercado interno quer no mercado externo.

Apesar de alguns destes ativos se encontrarem classificados como ativos fixos detidos para venda há mais de um ano, a CP entende que os mesmos se devem manter classificados nesta rubrica do ativo, por o seu valor vir a ser recuperado não pelo uso, mas sim pela venda, e, a gestão de topo estar fortemente comprometida no desenvolvimento de esforços nesse sentido.

Os ativos classificados como detidos para venda estão valorizados pelo menor valor, entre o valor contabilístico e o valor realizável líquido.

Semestralmente a empresa reavalia a situação destes ativos e, sempre que necessário, procede a ajustamentos aos valores já reconhecidos.

O quadro seguinte resume, por classe e pelo seu valor líquido contabilístico, os ativos não correntes detidos para venda:

Descrição	(valores em euros)	
	31-dez-23	31-dez-22
Ativos		
Terrenos e recursos naturais	84 031	84 031
Edifícios e outras construções	175 369	175 369
Equipamento básico	1 792 278	1 804 940
Total	2 051 678	2 064 340

Em 2023, a CP na rubrica de equipamento básico procedeu à reabilitação de material circulante que se encontrava inoperacional o que exigiu uma reclassificado em ativo fixo tangível no montante 12 662 € de valor líquido contabilístico.

Após a constituição destas imparidades, o universo do material circulante classificado na classe de ativos não correntes detidos para venda ficou com o valor nas contas do Grupo ajustado a zero, se se considerar o valor dos subsídios a reconhecer e o valor de sucata, conforme detalhe abaixo com reporte a 31 de dezembro de 2023:

Descrição	(valores em euros)				
	Valor contabilístico (1)	Subsídio a reconhecer (2)	Valor de sucata (3)	Imparidade (4)	(1)-(2)+(3)-(4)
Várias séries	4 257 714	(1 297 880)	(494 397)	(2 465 437)	-

Capital (nota 18)

Capital Realizado

De acordo com a legislação que define os Estatutos da CP, o capital da empresa é detido integralmente pelo Estado Português e destina-se a responder às necessidades permanentes da empresa.

Entre 2015 e 2019 foi determinado por despachos conjuntos das Tutelas financeira e setorial, aumentar em cerca de 2.000 milhões de euros o capital da CP tendo o mesmo sido realizado ao longo dos respetivos anos.

Estes valores destinaram-se a suprir as necessidades decorrentes do serviço da dívida (amortizações, juros e outros encargos), investimento e despesas com pessoal relacionadas com o acordo histórico de variáveis.

No decorrer do ano de 2023, foi determinado por despacho conjunto dos senhores ministros das finanças e das infraestruturas, datado de 9 de outubro de 2023, atribuir à CP as devidas compensações pelas obrigações de serviço público prestadas entre 2002 e 2019, mediante aumento do capital estatutário que se concretizou da seguinte forma:

- (i) Aumentar o capital estatutário da CP, em 2.099.740.964,99 euros, mediante a conversão de créditos de capital e juros, detidos pelo Estado através da DGTf, correspondente a 1.919.301.571,5 euros e mediante a entrega em numerário do montante de 180.439.393,49 euros, dos quais 70% aguardam a realização até 31 dezembro de 2024.
- (ii) Utilizar a reserva de saneamento financeiro no âmbito do protocolo de 1993, realizado ao abrigo do decreto-lei n.º 361/85, de 5 de setembro, no valor de 91.357.368 euros, para cobertura de resultados transitados negativos.
- (iii) Reduzir o capital para cobertura do remanescente de resultados transitados negativos, no valor de 5.846.594.636 euros, fixando o capital estatutário em 212.635.680,46 euros.

A empresa apresenta, com referência a 31 de dezembro de 2023, um capital estatutário de 212.635.680,46 euros, parcialmente realizado pelo Estado Português.

Capital Não Realizado

Do capital estatutário no montante de 212.635.680,46 euros, encontram-se por realizar até 31 de dezembro de 2024, o montante de 126.307.573,57 euros.

Reservas Legais (nota 19)

Em conformidade com o art.º 295 do Código das Sociedades Comerciais e de acordo com o artigo 30º do decreto-lei n.º 137-A/2009, de 12 de junho, alterado pelo decreto-lei n.º 59/2012, de 14 de março, e pelo decreto-lei 124-A/2018 de 31 de dezembro, que define os estatutos da CP, a empresa deve constituir reservas e fundos julgados necessários, sendo obrigatória a constituição de reserva legal no valor de 5% dos lucros de cada exercício. A reserva legal pode ser utilizada na cobertura de prejuízos de exercício.

Durante o período, não houve reforço das reservas legais nem se verificou a sua utilização para cobertura de prejuízos.

Outras Reservas (nota 20)

Nesta rubrica, está contabilizada a reserva estatutária que corresponde ao valor do Fundo de Amortização e Renovação de Material Circulante existente em 31 de dezembro de 1974.

O Fundo de Amortização e Renovação de Material Circulante destinava-se à renovação do material circulante, conforme previsto no artigo 16º do Contrato de Concessão de 1951 entre o Estado e a Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses, e respeitava ao excedente das receitas do Fundo sobre os investimentos por ele financiados.

Resultados Transitados (nota 21)

A variação dos resultados transitados diz respeito essencialmente:

- À transferência do resultado líquido do exercício anterior para resultados transitados.
- Transferência da reserva de saneamento financeiro no âmbito do protocolo de 1993, realizado ao abrigo do decreto-lei nº 361/85, de 5 de setembro, para cobertura de resultados transitados negativos, no valor de 91.357.368 euros.
- Operação de redução do capital para cobertura do remanescente de resultados transitados negativos, no valor de 5.846.594.636 euros.

Contribuem, no entanto, também para esta variação os movimentos detalhados no quadro seguinte:

(valores em euros)

Reconciliação do resultado transitado consolidado		
Resultados transitados de 2023		9 327 920
Resultados transitados de 2022	(5 937 857 128)	
+ Resultado líquido do período de 2022	9 183 233	
+ Outras alterações ao resultado transitado em 2023	5 937 952 004	9 278 109
Movimentos de 2023 directamente em Res.transitados:		49 811
Diferenças de consolidação relacionadas com:		
- Outras (saldos e transações)		49 811

Ajustamentos/Outras Variações no Capital Próprio (nota 22)

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

Descrição	(valores em euros)	
	31-dez-23	31-dez-22
Saneamento financeiro	-	91 357 368
Ajustamentos de transição	132 640	132 640
Total	132 640	91 490 008

Em 2023, por despacho conjunto datado de 9 de outubro de 2023, foi estipulada a transferência da reserva de saneamento financeiro, para cobertura de resultados transitados negativos.

Esta reserva de saneamento financeiro refletia o passivo assumido pelo Estado nos termos do Protocolo de 24 de agosto de 1993, respeitante a dívidas à Administração Fiscal, à Direção Geral do Tesouro e à Banca, no montante de 97.975.959 euros e, à utilização na regularização do restante valor em dívida pelo Estado, no montante de 6.618.591 euros, resultante do saneamento financeiro realizado no âmbito do Decreto-lei n.º 361/85.

Provisões (nota 23)

O movimento na rubrica de provisões é analisado como segue:

Descrição	(valores em euros)				
	Saldo inicial	Adições	Utilizações	Reversões	Saldo Final
Processos judiciais em curso	1 978 030	-	20 000	80 588	1 877 442
Acidentes ferroviários	2 446 591	-	-	65 358	2 381 233
Acid. trabalho e doenças profissionais, e outras provisões	8 113 694	1 653 686	638 914	1 246 294	7 882 172
Total	12 538 315	1 653 686	658 914	1 392 240	12 140 847

Verificou-se uma ligeira redução das provisões face a 2022 de 397 mil euros, no computo das rubricas apresentadas no quadro.

A avaliação atuarial, com referência a 31 de dezembro de 2023, das responsabilidades com acidentes de trabalho ocorridos até 31 de dezembro de 1999, foi realizada por entidade externa à CP (Fidelidade).

Os aumentos ou reduções das responsabilidades provenientes de alterações dos benefícios atribuídos são reconhecidos como gastos ou rendimentos no período em que ocorrem.

A metodologia e os pressupostos financeiros e atuariais da avaliação das responsabilidades são os seguintes:

- Método de cálculo: Para o apuramento das responsabilidades relativas a reformados com pensões de acidentes de trabalho, procedeu-se ao cálculo do valor atual de rendas vitalícias imediatas.
- Taxa de desconto: 4,5%.
- Taxa de Crescimento das Pensões: 1,0%.
- Tábuas de Mortalidade: Utilizou-se a tábua francesa TV 88/90.
- Prazo de pagamento das pensões de acidente de trabalho: Pensões vitalícias.
- Data de efeito dos cálculos: 31 de dezembro de 2023.

Financiamentos Obtidos (nota 24)

No final do período de 2023 a rubrica de financiamentos obtidos apresentava o detalhe constante do quadro seguinte:

Descrição	(valores em euros)	
	31-dez-23	31-dez-22
Não corrente		
Instituições de crédito e sociedades financeiras		
Empréstimos por obrigações	155 500 000	200 000 000
Aplicação taxa Efetiva Emp. Obrigacionistas	(2 872 105)	(4 158 316)
Outros financiadores	-	1 000 000
Total não corrente	152 627 895	196 841 684
Corrente		
Instituições de crédito e sociedades financeiras		
Outros financiadores	50 000 000	1 913 349 168
Total corrente	50 000 000	1 913 349 168
Total	202 627 895	2 110 190 852

O total da rubrica de financiamentos apresenta uma redução de 1,908 mil milhões de euros que se deve essencialmente à conversão em espécie de créditos em aumento de capital que ocorreu em outubro de 2023, conforme detalhe constante da nota 18, a que se junta a operação de recompra de obrigações autorizada pela tutela.

Em cumprimento do despacho, foi efetuada a conversão em espécie de créditos de dívida e de juros no montante de 1,919 mil milhões de euros (1,814 mil milhões de euros de capital e 105,3 milhões de juros), mantendo-se o empréstimo Eurofima de 50 milhões de euros, cujo vencimento foi prorrogado por mais um ano até 28/07/2024.

No que respeita ao empréstimo Obrigacionista, o aumento de capital realizado em numerário em 2023 foi parcialmente utilizado para proceder à recompra de obrigações da CP, numa operação com um valor total de 52,9 milhões de euros, incluindo amortização de dívida no montante de 44,5 milhões de euros e encargos na ordem dos 8,4 milhões de euros.

Ainda no período, foi amortizado o remanescente do empréstimo DGTF contraído no final de 2020, no valor de 15,4 milhões de euros; e o empréstimo DGTF contraído em 2022, no valor de 35 milhões de euros.

A análise da rubrica de financiamentos obtidos, por maturidade, excluindo descobertos bancários, é a seguinte:

Descrição	(valores em euros)	
	31-dez-23	31-dez-22
Instituições de crédito e sociedades financeiras		
Empréstimos por obrigações		
A mais de 5 anos	155 500 000	200 000 000
Aplicação taxa Efetiva Emp. Obrigacionistas	(2 872 105)	(4 158 316)
Outros financiadores		
Até 1 ano	50 000 000	1 913 349 168
De 1 a 5 anos	-	1 000 000
Total	202 627 895	2 110 190 852

Segue abaixo o detalhe das fontes de financiamento da CP que representam o total do capital em dívida dos financiamentos obtidos:

Detalhe por fontes de financiamento	31-dez-23	31-dez-22
Obrigacionistas	152 627 895	195 841 684
Eurofima	50 000 000	50 000 000
DGTF	-	1 864 349 168
Total	202 627 895	2 110 190 852

Outras Dívidas a Pagar (nota 25)

A rubrica de outras dívidas a pagar é analisada como segue:

Descrição	(valores em euros)	
	31-dez-23	31-dez-22
Corrente		
Fornecedores de investimentos	1 020 174	201 737
Credores por subscrições não liberadas	44 924 406	42 246 369
Outros devedores e credores	3 085 411	2 557 932
Credores por acréscimo de gastos	85 025 565	130 457 648
Total	134 055 556	175 463 686

Esta rubrica apresenta um decréscimo de 41,4 milhões de euros originada pela redução do saldo de credores por acréscimo de gastos em 45, 5 milhões de euros, pelo efeito conjugado da:

- Redução por via da conversão em espécie para capital dos juros especializados com a DGTF (de 2017 até 2022); e
- Acréscimo pela contabilização do acerto de compensação financeira a devolver pela CP relacionado com as obrigações de serviço público de 2023.

Ainda a referir um ligeiro aumento de 818 mil euros no saldo dos *Fornecedores de Investimento* em resultado da faturação ainda por pagar a 31 de dezembro de 2023, relativa a investimentos diversos com equipamentos oficiais e de aplicação em material circulante.

Fornecedores (nota 26)

A rubrica de fornecedores apresenta o seguinte detalhe:

Descrição	(valores em euros)	
	31-dez-23	31-dez-22
Fornecedores c/c		
Gerais	14 124 130	7 850 096
Facturas em receção e conferência	913 752	7 149 302
	15 037 882	14 999 398

Verifica-se um ligeiro aumento nesta rubrica de 38 mil euros, inexpressivo face ao ano transato.

Vendas e Serviços Prestados (nota 27)

As vendas e serviços prestados apresentam-se conforme quadro seguinte:

Descrição	(valores em euros)	
	2023	2022
Prestações de serviços		
Passageiros líquido de descontos e abatimentos	247 357 939	255 722 351
Manutenção e reparação de material circulante	16 433 471	15 233 433
Outros	6 831 051	6 544 796
Total	270 622 461	277 500 580

Esta rubrica apresenta uma quebra de 6,9 milhões de euros, fruto essencialmente do decréscimo dos rendimentos associados ao transporte de passageiros, justificado, em grande medida, pelo impacto dos conflitos laborais ocorridos durante o exercício.

Por seu turno verificou-se um ligeiro aumento de 1,1 milhões de euros nos rendimentos relacionados com a manutenção e aluguer de material circulante.

No que respeita a valores cujo reconhecimento não é certo, salienta-se a compensação extraordinária apresentada pela AMP em nome da CP no âmbito do despacho n.º 5387/2023 (extra PART) para o exercício de 2023. O relatório já conhecido do IMT de Avaliação da disponibilização de verbas extraordinárias para o 1º e 2º trimestre de 2023, considerou a CP elegível, aguarda-se a decisão relativamente ao 3º e 4º trimestre, com valor total estimado para o período em análise de 2.258.262 euros.

Subsídios à Exploração (nota 28)

No quadro seguinte identificam-se os subsídios à exploração reconhecidos como rendimentos nos exercícios de 2023 e 2022:

Descrição	(valores em euros)	
	2023	2022
Subsídios diversos		
Contrato de serviço público	157 884 853	116 203 550
Referente a OSP		
Comparticipação do exercício (adiantamento)	126 459 441	98 463 385
Devolução da compensação 2023	(33 800 588)	
	92 658 853	98 463 385
Referente a OSP de anos anteriores		
Compensação OSP 2020 - reequilíbrio financeiro	-	17 740 165
Compensação OSP 2021 - Acerto de reconciliação	45 938 157	-
Compensação OSP 2021 - reequilíbrio financeiro	12 162 590	
Compensação OSP 2022 - Acerto de reconciliação	7 125 253	-
	65 226 000	17 740 165
Subsídios Shift2Rail	-	-
Total	157 884 853	116 203 550

O contrato de serviço público (CSP) assinado em 28 de novembro de 2019 entre o Estado e a CP, foi visado pelo Tribunal de Contas no dia 26 de junho de 2020. Decorrente desta formalização, foram pagas à CP, as compensações financeiras acordadas antecipadamente com o Estado sem prejuízo de eventuais acertos futuros que venham a ser apurados e concertados entre as partes, tal como previsto no contrato, decorrentes da reconciliação das obrigações de serviço público da CP efetivamente prestadas e dos consequentes custos incorridos e das receitas cobradas.

No que respeita aos duodécimos/adiantamentos concedidos a título de compensação pelas obrigações de serviço público (OSP) de 2023, os mesmos encontram-se ajustados pela compensação a devolver de 33,8 milhões de euros do ano de 2023, a qual foi concretizada com a emissão de nota de crédito em maio de 2024.

Este acerto foi apurado como a melhor estimativa por aplicação direta da metodologia e fórmula de cálculo previstas, respetivamente, no Anexo V e na cláusula 5ª do CSP, montante que nos termos do mesmo contrato será ainda objeto de validação por parte do gestor do contrato.

Dos acertos de compensação de OSP de 2021 e 2022 que foram aprovados no decorrer de 2023, a CP aguarda ainda o recebimento de 19,3 milhões de euros, relacionados com o acerto de reequilíbrio do ano de 2021, e com o acerto de reconciliação do ano de 2022.

Ganhos/Perdas Imputados a Subsidiárias, Associadas e Empreendimentos Conjuntos (nota 29)

Os ganhos/perdas imputadas de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos apresentam o seguinte detalhe:

Descrição	(valores em euros)	
	2023	2022
Perdas		
Aplicação do método da equivalência patrimonial	-	(34 311)
Outros	-	(729)
Ganhos		
Aplicação do método da equivalência patrimonial	1 501 420	1 013 644
Outros	36 000	208 798
Total	1 537 420	1 187 402

O aumento verificado nos ganhos imputados a subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos, resulta sobretudo da melhoria dos resultados individuais das suas participadas, decorrentes da aplicação do método de equivalência patrimonial à participação detida naquelas entidades.

Variação nos Inventários da Produção (nota 30)

	(valores em euros)	
	2023	2022
Inventários finais		
Produtos acabados e intermédios	4 523 359	4 621 214
Fabricos internos	663 762	680 371
Reparação de Rotáveis	3 859 597	3 940 843
Produtos e trabalhos em curso	3 267 765	3 460 092
Reclassificação e regularização de inventários		
Produtos acabados e intermédios	(2 035 639)	(418 308)
Reparação de Rotáveis	(2 035 639)	(418 308)
Inventários iniciais		
Produtos acabados e intermédios	4 621 214	3 826 472
Fabricos internos	680 371	698 786
Reparação de Rotáveis	3 940 843	3 127 686
Produtos e trabalhos em curso	3 460 092	2 577 525
	1 745 457	2 095 617

Esta rubrica apresenta uma variação negativa de 0,4 milhões de euros face ao período homólogo, em resultado da diminuição ligeira do trabalho em curso a decorrer nas intervenções de manutenção e reparação no material circulante, nos rotáveis em reparação e nos fabricos internos produzidos.

Trabalhos Para a Própria Entidade (nota 31)

A rubrica de trabalhos para a própria entidade regista os trabalhos realizados pela componente de manutenção no material circulante e é analisada como se segue:

Descrição	(valores em euros)	
	2023	2022
Transporte de passageiros		
Ativos fixos tangíveis	15 909 557	12 992 032

Custos das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas (nota 32)

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas apresenta-se como segue:

Descrição	(valores em euros)	
	2023	2022
Mercadorias	(17 415)	(9 009)
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	(35 260 599)	(32 934 523)
	(35 278 014)	(32 943 532)

Verificou-se um aumento de 2,3 milhões de euros face ao período homólogo. Para este incremento contribuíram essencialmente o consumo de matérias-primas destinadas à atividade de manutenção e reparação com um acréscimo de cerca de 4,3 milhões de euros, compensado parcialmente pela diminuição do consumo de combustível na ordem dos 1,8 milhões de euros.

Fornecimentos e Serviços Externos (nota 33)

A rubrica de fornecimentos e serviços externos apresenta o seguinte detalhe:

(valores em euros)			
Conta	Designação	2023	2022
621	Subcontratos	(21 741 044)	(19 395 343)
622/626	Trabalhos especializados e outros	(91 788 541)	(91 082 549)
	(Nos quais está incluída a taxa uso infraestrutura)	(54 145 417)	(56 503 025)
623	Materiais	(1 038 689)	(967 755)
624	Energia e fluidos	(31 293 436)	(48 216 870)
625	Deslocações, estadas e transportes	(920 243)	(886 607)
		(146 781 953)	(160 549 124)

Em 2023, verificou-se uma redução na rubrica de fornecimentos e serviços externos no valor de 13,8 milhões de euros, contribuindo para este facto a redução bastante significativa, na ordem dos 16,6 milhões de euros, dos gastos com eletricidade para tração, em resultado da variação favorável das tarifas de energia, facto que não ocorreu no período comparativo.

Em sentido contrário registou-se um aumento de gastos com o serviço de restauração em 2,3 milhões de euros e na vigilância e segurança em 1,1 milhões de euros.

Gastos com Pessoal (nota 34)

A rubrica de gastos com pessoal apresenta o seguinte detalhe:

(valores em euros)		
Descrição	2023	2022
Remunerações dos órgãos sociais	(610 627)	(517 322)
Remunerações do pessoal	(126 192 930)	(118 938 271)
Indemnizações	(279 120)	(235 117)
Encargos sobre remunerações	(27 878 939)	(26 633 288)
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais e saúde	(3 867 191)	(3 360 536)
Gastos de ação social	(458 877)	(238 854)
Outros gastos com o pessoal	(580 179)	(583 686)
	(159 867 863)	(150 507 074)

Verifica-se um agravamento de 9,4 milhões de euros, que resulta essencialmente do acréscimo da retribuição salarial efetuada aos trabalhadores, com efeitos a janeiro de 2023, registando-se igualmente uma atualização adicional de determinados abonos como sejam os prémios de produtividade diário, deslocações e ajudas de custo, prémios de condução e revisão, que produziram os seus efeitos em maio de 2023.

Imparidades de Investimentos Não Depreciáveis/Amortizáveis (nota 35)

O detalhe desta rubrica é apresentado no quadro seguinte:

Descrição	(valores em euros)	
	2023	2022
Perdas		
Em investimentos financeiros	(2 000 000)	-
Ativos não correntes detidos para venda	-	-
Reversões		
De investimentos financeiros	-	-
Em investimentos financeiros	10 242	48 787
Ativos não correntes detidos para venda	-	260 973
	(1 989 758)	309 760

Em 2023 foi registada uma imparidade no montante de 2 milhões de euros relacionada com a participação financeira no Centro de Competências Ferroviário.

Outros Rendimentos (nota 36)

A rubrica de outros rendimentos apresenta o seguinte detalhe:

Descrição	(valores em euros)	
	2023	2022
Rendimentos suplementares	8 998 940	8 367 632
Descontos de pronto pagamento obtidos	2 210	1 930
Ganhos em inventários	31 243	45 350
Restantes ativos financeiros	1 533 192	2 319 185
Investimentos não financeiros	-	2 957
Outros	15 329 328	19 524 044
	25 894 913	30 261 098

Verificou-se uma diminuição de cerca de 4,4 milhões de euros face ao ano de 2022, para a qual contribuíram as seguintes rubricas:

- Na rubrica *Restantes Ativos Financeiros*, observa-se um decréscimo de 0,8 milhões de euros resultante da evolução cambial associada à avaliação da participação da Eurofima;
- Na rubrica *Outros* registou-se igualmente um substancial decréscimo, no montante de 4,2 milhões de euros, destacando-se a redução de 2,2 milhões de euros derivado das regularizações de exercícios anteriores relativas ao Programa de Apoio à Redução Tarifária nos Transportes Públicos (PART), bem como nas imputações de subsídios ao investimentos em 0,9 milhões de euros e nas penalidades contratuais de 0,8 milhões de euros.
- Na rubrica de *Rendimentos Suplementares*, em sentido inverso, registou-se um aumento na ordem dos 0,6 milhões de euros, justificado em grande medida, pela faturação à Infraestruturas de Portugal do custo suportado com o transbordo rodoviário ao abrigo do

protocolo que regula os procedimentos de condicionamento da circulação ferroviária por intervenções efetuadas na via.

Outros Gastos (nota 37)

A rubrica de Outros Gastos apresenta o seguinte detalhe:

Descrição	(valores em euros)	
	2023	2022
Impostos	(231 106)	(225 735)
Dívidas incobráveis	(4 553)	(143 385)
Perdas em inventários	(7 005)	(230 044)
Investimentos não financeiros	(1 952 940)	(615 282)
Outros	(14 738 104)	(8 483 005)
	(16 933 708)	(9 697 451)

Para o aumento registado de 7,2 milhões de euros contribuiu fundamentalmente o acréscimo verificado na rubrica outros no montante de 6,3 milhões de euros. A variação ficou a dever-se sobretudo ao impacto conjunto da liquidação das ordens de manutenção associadas as intervenções nos rotáveis, das despesas de eletricidade relativas ao período compreendido entre julho e outubro de 2022, e da contabilização do valor das penalidades contratuais associadas ao CSP referente aos anos de 2022 e 2023.

Gastos/Reversões de Depreciação e de Amortização (nota 38)

A rubrica de gastos/reversões de depreciação apresenta os seguintes valores:

Descrição	(valores em euros)	
	2023	2022
Gastos		
Ativos fixos tangíveis	(51 379 307)	(54 998 970)
Ativos intangíveis	(325 025)	(348 125)
IFRS 16	(1 737 081)	(1 707 684)
Reversões		
Ativos fixos tangíveis	15 249	185 276
Ativos intangíveis	-	-
	(53 426 164)	(56 869 503)

Os gastos registados resultam da depreciação/amortização dos bens de acordo com as suas vidas úteis definidas. Estas são revistas anualmente, de forma a verificar que se encontram ajustadas à realidade.

Imparidade de Investimentos Depreciáveis e Amortizáveis (nota 39)

A rubrica de imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis apresenta os seguintes valores:

Descrição	(valores em euros)	
	2023	2022
Perdas		
Ativos fixos tangíveis		
Reversões		
Ativos fixos tangíveis	111 045	342 412
Total	111 045	342 412

O valor registado em 2023 diz respeito à reversão de perdas de imparidade de material circulante.

Juros e Rendimentos Similares Obtidos (nota 40)

A rubrica de juros e rendimentos similares obtidos é analisada como segue:

Descrição	(valores em euros)	
	2023	2022
Juros obtidos	49 527	9 671
Total	49 527	9 671

Nesta rubrica são registados essencialmente os rendimentos relacionados com os juros dos empréstimos a empresas participadas.

Juros e Gastos Similares Suportados (nota 41)

A rubrica de juros e gastos similares suportados apresenta os seguintes valores:

Descrição	(valores em euros)	
	2023	2022
Juros suportados	(44 362 884)	(17 999 706)
Outros gastos e perdas	(6 771 958)	(1 100 694)
	(51 134 842)	(19 100 400)

A rubrica de *Juros e Gastos Similares Suportados* pelo grupo CP durante o exercício de 2023 sofreu um acréscimo de 32 milhões de euros face ao período homólogo do ano anterior.

Este acréscimo deve-se sobretudo à variação de 26,3 milhões de euros nos juros suportados pela CP, por ter sido aprovado pelo despacho n.º 174/2023-SET, de 9 de maio e despacho n.º 130/2023-MF, de 6 de junho, a prorrogação para 31 dezembro de 2023 das prestações do serviço da dívida dos empréstimos concedidos pelo Estado à CP (vencidas em 2022 e a vencer em 2023), as quais ficariam sujeitas a juros remuneratórios, condições que não se aplicavam no ano anterior.

Em 2022, por despacho nº1138/2021-SET de 7 dezembro, as prestações vencidas de 2021 relacionadas com o serviço da dívida foram também elas prorrogadas para 31 de dezembro de 2022, mas sem qualquer acréscimo de juro.

No que respeita aos *Outros Gastos Com Encargos Financeiros* de 2023, de referir o acréscimo de 5,7 milhões de euros face ao período homólogo do ano anterior, cujo maior contributo foi resultado do pagamento do prémio de recompra dos 44,5 milhões de euros de títulos de obrigações emitidas pela CP (despacho SEO nº1143/2023 de 05/12/2023).

Garantias e Avals (nota 42)

Empresa	(valores em euros)	
	Valor	
Garantias prestadas pela CP a terceiros	2 881 796	

Saldos e Transações com Empresas Associadas (nota 43)

O grupo CP realizou operações com as suas associadas cujas participações são as que se identificam no quadro seguinte:

Participações	(Participação %)	
	31-dez-23	31-dez-22
MEDWAY , SA	5%	5%
TIP, ACE	33%	33%
SIMEF, ACE	51%	51%
NOMAD TECH, LDA	35%	35%

Os saldos com referência a 31 de dezembro de 2023 e a 31 de dezembro de 2022 são os que a seguir se indicam:

Descrição	(valores em euros)	
	31-dez-23	31-dez-22
Ativos		
Cientes e out. contas receber		
Associadas		
TIP, ACE	2 236 037	70 412
SIMEF ACE	265 910	17 421
NOMAD TECH, LDA	277 460	277 552
Passivos		
Fornecedores e out. contas pagar		
Associadas		
TIP, ACE	(467 056)	(11 980)
SIMEF ACE	(640 931)	-
NOMAD TECH, LDA	(872 586)	(149 691)
Total Ativo + Passivo	798 834	203 714

As transações com referência a 31 de dezembro de 2023 e a 31 de dezembro de 2022 são as que se apresentam nos quadros seguintes:

(valores em euros)		
Descrição	2023	2022
Vendas e prestações de serviço		
Associadas		
TIP, ACE	9 828 314	9 117 054
OTLIS, ACE	-	88 798
SIMEF ACE	3 546 484	3 741 746
NOMAD TECH, LDA	67 679	68 044
total	13 442 477	13 015 642
Gastos		
Associadas		
TIP, ACE	(234 806)	(388 670)
SIMEF ACE	(6 049 039)	(5 870 821)
NOMAD TECH, LDA	(550 950)	(506 297)
Total	(6 834 795)	(6 765 788)

(valores em euros)		
Descrição	2023	2022
Investimento		
Associadas		
SIMEF ACE	72 802	-
NOMAD TECH, LDA	1 259 838	1 450 140
Total	1 332 640	1 420 140

Remuneração do Revisor Oficial de Contas (nota 44)

A Sociedade Alves Da Cunha, A Dias & Associados, Lda. apresentou honorários para o período de 2023, no âmbito da revisão e certificação legal das contas individuais e consolidadas da CP, o montante 27.360 euros, acrescidos de IVA à taxa legal.

A Sociedade Ribeiro, Rigueira, Marques, Roseiro & Associados, SROC, Lda., apresenta honorários anuais, no âmbito da auditoria às contas individuais e consolidadas da CP, na quantia de 27 830 euros, acrescidos de IVA à taxa legal.

Acontecimentos Relevantes Após a Data da Demonstração da Posição Financeira (nota 45)

Após a data de balanço destacam-se os seguintes acontecimentos:

- Pela RCM nº 5/2024 de 5 de janeiro de 2024, foi aprovada a realização da despesa relativa às compensações financeiras a pagar pelo Estado à CP, incluindo os valores máximos de acertos de compensações financeiras de obrigações de serviço público (OSP) relativas aos anos de 2021 e 2022.
- Por despacho n.º 197/2024 do Secretário de Estado do Tesouro, nos termos do n.º 1 do artigo 15.º do DL n.º 276/2007, de 31 de julho, foi homologado o relatório de auditoria da IGF referente ao acerto de reequilíbrio do contrato pela compensação financeira das OSP de 2021. Valor reconhecido nas contas de 2023, e do qual a CP aguarda ser ressarcida.
- Por ofício n.º S/24/17509 do Instituto da Mobilidade dos Transportes, de 21 de março, foi validado pelo IMT o acerto de reconciliação da compensação financeira das OSP de 2022. Valor reconhecido nas contas de 2023, e do qual a CP aguarda ser ressarcida.
- Por diploma n.º 86_2024 de 25 de março do Secretário de Estado do Tesouro e do Secretário de Estado Adjunto e das Infraestruturas, foram aprovados os documentos de prestação de contas individuais e consolidadas dos exercícios de 2016 a 2021.

Não temos conhecimento de qualquer outra situação que devesse ser refletida nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023, não se colocando em causa o pressuposto da continuidade das operações.

11.

Relatório de Auditoria





RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da CP – Comboios de Portugal, E.P.E. e suas subsidiárias (o Grupo), que compreendem a demonstração da posição financeira consolidada em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 740.228.786 euros e um total de capital próprio de 226.758.621 euros, incluindo um resultado líquido de 3.331.028 euros), a demonstração consolidada dos resultados e de outro rendimento integral, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada do Grupo em 31 de dezembro de 2023 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas” abaixo. Somos independentes das Entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfases

Conforme divulgado na nota 18 do anexo às demonstrações financeiras, o Estado deliberou proceder a um aumento de capital estatutário da CP – Comboios de Portugal, E.P.E., no montante de 2.099.740.965 euros, grande parte através da conversão de créditos de capital e de juros no montante de 1.919.301.572 euros e o restante através de entrada em numerário no montante de 180.439.393 euros (parcialmente realizado). Adicionalmente, deliberou a cobertura da totalidade dos resultados transitados negativos, 5.937.952.004 euros, através da redução do capital, bem como da utilização da reserva de saneamento financeiro no montante de 91.357.368 euros. Como resultado desta deliberação, o Grupo apresentou capitais próprios positivos nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023, estando ainda por realizar, em numerário, o montante de 126.307.574 euros.

RIBEIRO, RIGUEIRA, MARQUES, ROSEIRO & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Conforme divulgado nas notas 11 e 28 do anexo às demonstrações financeiras, o resultado líquido do exercício findo em 2023 reflete os acertos às compensações financeiras resultantes do cumprimento das obrigações definidas no contrato de serviço público referentes a 2021, 2022 e 2023 e que, dadas as incertezas quanto ao seu montante, a CP – Comboios de Portugal, E.P.E. só registou em 2023: (i) em sentido favorável, os acertos às compensações financeiras dos exercícios de 2021 e 2022, no montante de 45.938.157 euros e 7.125.253 euros, respetivamente, bem como a compensação relativa à reposição do equilíbrio contratual respeitante ao exercício de 2021, no montante de 12.162.590 euros; e (ii) em sentido desfavorável, o acerto das compensações do próprio exercício de 2023, recebidas em excesso, no montante de 33.800.588 euros, o qual ainda se encontrava a aguardar a validação do Gestor do Contrato.

O Relatório e Contas de 2022 do Grupo ainda não foi aprovado pela Tutela Sectorial e Financeira, conforme divulgado na nota 1 do anexo às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- elaboração do relatório de gestão e do relatório do governo societário nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras consolidadas.



Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras consolidadas representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das Entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.



RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório consolidado de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório consolidado de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 12 de junho de 2024

RIBEIRO, RIGUEIRA, MARQUES, ROSEIRO & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Representada por:



Maria Filomena Neves Marques, ROC n.º 1201

Registada na CMVM com o n.º 20160812



12.

Certificação

Legal das Contas





CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da CP – *Comboios de Portugal, E.P.E.* (o Grupo), que compreendem a demonstração da posição financeira consolidada em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 740.228.786 euros e um total de capital próprio de 226.758.621 euros, incluindo um resultado líquido de 3.331.028 euros), a demonstração consolidada dos resultados e de outro rendimento integral, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a demonstração consolidada de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas, incluindo informações materiais sobre a política contabilística.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada do Grupo em 31 de dezembro de 2023 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas” abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfases

1. Conforme divulgado na nota 18 anexa às demonstrações financeiras consolidadas, no decorrer de 2023, o Estado deliberou proceder a um aumento de capital estatutário da CP em 2.099.740.965 euros, a realizar em espécie, mediante a conversão de créditos de capital e juros por si detidos (1.919.301.572 euros), e em numerário (180.439.393 euros). Para cobertura da totalidade dos resultados transitados negativos (5.937.952.004 euros) foi determinada ainda a redução do capital, bem como a utilização de uma reserva de saneamento financeiro no âmbito de um protocolo celebrado em 1993, no montante de 91.357.368 euros. No termo deste processo, o capital estatutário da CP foi fixado em 212.635.680,46 euros, estando por realizar, em numerário, a importância de 126.307.573,57 euros.
2. Conforme divulgado nas notas 11 e 28 anexas às demonstrações financeiras consolidadas, o resultado líquido do exercício (+3.331.028 euros) foi significativamente afetado por um conjunto de acertos às compensações financeiras resultantes do cumprimento das obrigações definidas no contrato de serviço público referentes a 2021, 2022 e 2023 e que só em 2023 foi possível à CP reconhecer como rendimento, a saber: (i) em sentido favorável, os acertos às compensações financeiras dos exercícios de 2021 e 2022, no montante de 45.938.157 euros e 7.125.253 euros, respetivamente, bem como a compensação relativa à reposição do equilíbrio contratual respeitante ao exercício de 2021, no montante de 12.162.590 euros; e (ii) em sentido desfavorável, o acerto das compensações do próprio exercício de 2023, dado que os adiantamentos mensais recebidos pela CP no exercício em apreço excederam em 33.800.588 euros o montante das compensações a que a Entidade tem direito, valor esse que, nesta data, ainda se encontrava a aguardar pela validação do Gestor do Contrato.



3. Conforme divulgado na nota 1 anexa às demonstrações financeiras consolidadas, as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo relativas ao exercício de 2022 não foram ainda objeto da competente aprovação formal pelas tutelas financeira e sectorial.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira consolidada, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa consolidados do Grupo de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), tal como adotadas na União Europeia;
- elaboração do relatório consolidado de gestão, incluindo o relatório de governo societário, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as



divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório consolidado de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório consolidado de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório consolidado de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 12 de junho de 2024

Alves da Cunha, A. Dias & Associados, SROC, Lda.
representada por José Luís Areal Alves da Cunha
ROC n.º 585 registado na CMVM com o n.º 20160240

13.

Relatório do Conselho Fiscal



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

CONTAS CONSOLIDADAS 2023 DA CP – COMBOIOS DE PORTUGAL, E.P.E.

1. INTRODUÇÃO

No âmbito das disposições legais e estatutárias, designadamente a alínea d) do n.º 2 do artigo 15.º dos Estatutos¹ da empresa e os artigos 420.º e 452.º do Código das Sociedades Comerciais² (CSC), cabe ao Conselho Fiscal (CF) da CP – Comboios de Portugal, E.P.E., doravante designada abreviadamente como CP, apresentar o relatório da sua ação fiscalizadora e emitir parecer sobre o relatório de gestão e as demonstrações financeiras consolidadas da CP e respetivas participadas (Grupo CP), referentes à prestação de contas do exercício terminado em 31 de dezembro de 2023.

O presente Relatório e Parecer têm em consideração a certificação legal das contas (CLC) emitida pelo Revisor Oficial de Contas (ROC)³ e as conclusões contidas no Relatório de Auditoria dos Auditores Externos⁴, sobre as demonstrações financeiras consolidadas da CP do exercício de 2023, as quais são consistentes com as conclusões da revisão legal efetuada às contas do Grupo CP.

A título enquadrador e informativo, é de assinalar que:

- À CP, enquanto empresa pública, e às suas participadas, é aplicável o disposto no Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, na sua atual redação, diploma que aprovou o Regime Jurídico do Sector Público Empresarial, doravante designado abreviadamente como RJSPE;
- As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo CP, aprovadas pelo Conselho de Administração da empresa⁵, foram preparadas a partir de registos contabilísticos das empresas incluídas no perímetro de consolidação de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), conforme adotadas pela União Europeia e em vigor em 31 de dezembro de 2023. A CP, a empresa-mãe do Grupo CP, encontra-se inserida na lista das entidades que integram as Administrações Públicas, estando integrada num mercado de organização da rede ferroviária de acesso livre, decorrente Decreto-Lei n.º 124-A/2018, de 31 de dezembro;

¹Aprovados pelo Decreto-Lei n.º 137-A/2009, de 12 de junho, alterados e republicados pelo Decreto-Lei n.º 59/2012, de 14 de março.

²De acordo com o n.º 2 do artigo 60.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, os órgãos de administração e fiscalização têm as competências genéricas previstas na lei comercial, sem prejuízo do previsto em especial no referido regime jurídico.

³Datada de 12 de junho de 2024.

⁴Datado, igualmente, de 12 de junho de 2024.

⁵Assinadas em 12 de Junho de 2024.

CONSELHO FISCAL

- Na decorrência da emissão do Despacho dos Senhores Ministros das Finanças e das Infraestruturas, de 9 de outubro de 2023, que determinou a atribuição à CP - Comboios de Portugal E.P.E, empresa mãe do Grupo CP, das compensações pelas obrigações de serviço público incorridas de 2002 a 2019, antes da entrada em vigor do Contrato de Serviço Público celebrado com o Estado, mediante aumento do capital estatutário da CP em cerca de 2.099,74 milhões de euros associado à recomposição do capital para cobertura de Resultados Transitados negativos, no ano de 2023 verificou-se uma alteração significativa na estrutura financeira da empresa, com reflexos no Grupo CP, relativamente aos anos anteriores, tendo permitido reduzir substancialmente o passivo e alcançar rácios de autonomia financeira positivos.

É neste contexto que são apresentados as demonstrações financeiras consolidadas e o desempenho do Grupo CP, como se de uma única entidade se tratasse.

2. SÍNTESE DA AÇÃO DESENVOLVIDA

Durante o ano de 2023, o CF efetuou reuniões e acompanhou os aspetos que considerou mais relevantes no âmbito das suas funções, designadamente:

- Participação em reuniões com membros do Conselho de Administração por forma a acompanhar o desempenho da empresa;
- Reuniões com a área financeira da CP;
- Reuniões com a Secretária-Geral;
- Realização de reunião com o ROC;
- Realização de reunião com os Auditores Externos;
- Elaboração dos pareceres sobre os relatórios e contas individuais e consolidadas referentes a 2022;
- Emissão de parecer relativamente à prorrogação do prazo de vencimento da operação de financiamento contraída junto da EUROFIMA;
- Emissão de parecer sobre o Plano de Atividades para 2023;
- Elaboração de outros relatórios e pareceres solicitados pelo Conselho de Administração, nomeadamente sobre o arrendamento, concessões e cedências de imóveis do domínio público ferroviário.

3. ATIVIDADE DESENVOLVIDA PELO GRUPO CP

A CP é uma entidade pública empresarial, pessoa coletiva de direito público, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, estando sujeita, conforme os respetivos estatutos, ao RJSPE, à tutela sectorial e financeira, respetivamente, do Ministério das Infraestruturas e do Ministério das Finanças, bem como ao controlo financeiro do Tribunal de Contas e da Inspeção-Geral de Finanças.

A empresa está sujeita a obrigações de serviço público e tem por finalidade principal a prestação de serviços de transporte ferroviário de passageiros em linhas férreas, troços de linha e ramais que integram, ou venham a integrar, a rede ferroviária nacional, bem como o transporte internacional de passageiros.

A CP gere um portefólio de empresas nas áreas dos seguros, saúde e formação técnica, procurando, desta forma, sinergias e a maximização da eficiência integrada de todo o Grupo CP.

Neste contexto, a CP, enquanto empresa-mãe do Grupo CP, detinha, em 31 de dezembro de 2023, direta e maioritariamente, as seguintes empresas designadas pela CP de “subsidiárias”, cujas participações se encontram reconhecidas pelo método da consolidação integral:

- A FERNAVE – Formação Técnica, Psicologia Aplicada e Consultoria em Transportes e Portos, S.A. (FERNAVE), detida pela CP em 100%, com o capital social de 50 000 euros e que tem por objeto social a formação e o desenvolvimento técnico-profissional do pessoal da empresa acionista, bem como do pessoal de outras empresas do sector de transportes, comunicações, portuário e das que se situem na sua envolvente tecnológica. Note-se que a FERNAVE detém uma participação de 6,92% na TRANSCOM - Sociedade de Formação, Consultoria e Auditoria em Transportes e Comunicações, SARL, sediada em Moçambique, e cuja participação está reconhecida ao custo de aquisição menos perdas de imparidade⁶;
- A ECOSAÚDE – Educação, Investigação e Consultoria em Trabalho, Saúde e Ambiente, S.A. (ECOSAÚDE), com o capital social de 50000 euros, integralmente detido pela CP, dedica-se à prestação de cuidados de saúde, à criação e gestão de unidades de cuidados de saúde e condições de trabalho, ao ensino, formação e desenvolvimento técnico/profissional de nível superior e médio, designadamente nas áreas das condições de trabalho, saúde e ambiente;
- A SAROS – Sociedade de Mediação de Seguros, Lda. (SAROS), detida 100% pela CP, com o capital social de 5 000 euros e cujo objeto social consiste na atividade de mediação de seguros.

⁶Na rubrica Outros Investimentos Financeiros.

CONSELHO FISCAL

A CP detém, direta ou indiretamente através das suas empresas subsidiárias, conforme suprarreferido, outras participações financeiras em empresas ou outras entidades, decorrente do interesse estratégico para as operações da empresa⁷.

O Grupo CP, no final de 2023, contava com 3.839 colaboradores, redução de 15 colaboradores relativamente a 2022, e uma frota de 244 automotoras, 49 locomotivas (mais duas) e 153 carruagens (mais 12).

4. ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

O Resultado Líquido do Grupo CP, em 2023, ascendeu a cerca de 3,3 milhões de euros, representando uma redução de cerca de 5,9 milhões de euros, em relação ao resultado alcançado no ano anterior, que ascendeu a cerca de 9,2 milhões de euros.

Para este resultado contribuiu, consideravelmente, o agravamento do resultado financeiro, uma vez que, em termos de resultados operacionais, constata-se uma evolução positiva.

Neste sentido, regista-se um aumento do EBITDA das atividades *core* do Grupo (transporte e manutenção) em cerca de 29,8 milhões de euros e do Resultado Operacional do Grupo, em cerca de 28,5 milhões de euros, face ao ano anterior.

Ainda de referir, em termos operacionais e conforme assinalado no âmbito do parecer às contas individuais da CP que, no ano de 2023, registou-se um acréscimo significativo de passageiros transportados, cerca de 17% face ao ano anterior e de 20% face ao registado em 2019, no período pré-pandemia. Este crescimento foi impulsionado, essencialmente, pela aquisição de títulos mensais, designadamente, dos serviços Urbanos de Lisboa e Regional, com uma base tarifária mais reduzida, o que, associado ao impacto das greves ocorridas nos primeiros sete meses do ano, com impacto na oferta e na aquisição de títulos ocasionais, originou uma redução dos rendimentos provenientes de vendas e serviços prestados do Grupo CP, em cerca de 6,9 milhões de euros. Contudo, estes impactos, não se refletiram nos resultados operacionais alcançados, essencialmente pelo facto de terem sido compensados com o acréscimo dos rendimentos provenientes dos subsídios à exploração, em cerca de 41,7M€⁸.

Ao nível do resultado financeiro do Grupo, o mesmo foi negativo em cerca de 51 milhões de euros, registando-se um agravamento face ao verificado em 2022, em cerca de 32 milhões de euros, fundamentado, essencialmente, pela obrigação de pagamento de juros remuneratórios,

⁷ Designadamente, NomadTech, Lda (35%), TIP, ACE (33,33%), Metro ligeiro de Mirandela (10%), Metro do Porto (3,33%), Metro do Mondego (2,5%) e Centro de Competências Ferroviárias (38,76%).

⁸ Conforme assinalado na CLC, no Relatório de Auditoria e nas notas 11 e 28 anexas às demonstrações financeiras consolidadas, o resultado líquido do exercício foi significativamente afetado por um conjunto de acertos às compensações financeiras resultantes do cumprimento das obrigações definidas no contrato de serviço público da CP.

CONSELHO FISCAL

contratualmente estabelecidos no âmbito dos empréstimos concedidos pela DGTF à CP no âmbito do processo de diferimento do pagamento da dívida até 31 de dezembro de 2023.

Ainda que, através do Despacho dos Senhores Ministros das Finanças e das Infraestruturas, de 9 de outubro de 2023, tenha sido determinada a atribuição à CP das devidas compensações pelas obrigações de serviço público prestadas entre 2002 e 2019, mediante aumento do Capital Estatutário realizado em espécie, por conversão de créditos detidos pelo Estado, através da DGTF e em numerário, a realizar parcialmente em 2023 (30%) e o restante em 2024, o referido Despacho permitiu também a recomposição do capital da CP para cobertura de resultados transitados negativos, o que proporcionou uma alteração significativa da estrutura financeira do Grupo CP no ano de 2023, relativamente a anos anteriores.

Assim, e relativamente ao Balanço do Grupo CP, assinala-se um aumento do Ativo, em cerca de 212,5 milhões de euros, no âmbito do qual se destaca o aumento do saldo de capital subscrito e não realizado em 126,3 milhões de euros, em virtude do já referido Despacho dos Senhores Ministros das Finanças e das Infraestruturas, de 9 de outubro de 2023

Ainda em termos do Ativo, é de assinalar, um aumento do saldo de Caixa e Depósitos Bancários, em cerca de 66,6 milhões de euros, dos quais 50,9 milhões de euros relativos a transferência realizada pelo Fundo Ambiental para financiamento da aquisição de 117 automotoras para Serviço Urbano e Regional, conforme Resolução do Conselho de Ministros (RCM) n.º 57-F/2024, de 21 de março.

Em termos de Passivo, regista-se um decréscimo, em 2023, de cerca de 1.891 milhões de euros, sendo de realçar, conforme supra referido, a diminuição do saldo de Financiamentos Obtidos, em cerca de 1 908 milhões de euros decorrente do supra mencionado Despacho dos Ministros das Finanças e das Infraestruturas, de 9 de outubro de 2023, que permitiu o saneamento de grande parte da dívida histórica da CP.

No final de 2023, a dívida remunerada da CP, em termos de capital, situava-se nos 205,5 milhões de euros, correspondente apenas a empréstimos obrigacionista e da Eurofima.

Em termos de capital próprio e em face do determinado no Despacho dos Ministros das Finanças e das Infraestruturas, de 9 de outubro de 2023, relativamente à utilização do saldo da conta de “*Reservas Saneamento Financeiro*”, para cobertura parcial de Resultados Transitados negativos, e redução do *Capital Estatutário* para cobertura do remanescente dos *Resultados Transitados* negativos registados à data de 31 de dezembro de 2022, constata-se uma variação de cerca de 112%, permitindo fixar o capital próprio do Grupo CP, no final de 2023, em cerca de 226,8 milhões de euros.

CONSELHO FISCAL

4.1 Empresas do Grupo

No que se refere às outras empresas do Grupo CP⁹, destaca-se o seguinte:

- **FERNAVE**

A FERNAVE apresentou em 2023 um resultado líquido positivo de 788,8 milhares de euros, representando um aumento de 47,3% em relação ao ano anterior, em resultado do crescimento das vendas e prestações de serviços (31%).

Neste contexto, o resultado operacional da FERNAVE foi de cerca de 992,7 milhares de euros e o EBITDA de 1 milhão de euros.

A empresa no ano de 2023 manteve o número de trabalhadores (10).

- **ECOSAÚDE**

No final de 2023, a empresa apurou um resultado líquido de cerca de 27,6 milhares de euros, o que representou uma quebra de 71% face ao ano anterior, com um EBITDA de cerca de 91,3 milhares de euros (-49%) e um resultado operacional de 59,6 milhares de euros, inferior em 57% face ao ano transato.

Apesar de um ligeiro aumento das vendas e prestações de serviços (2,7%), verificou-se um acréscimo superior nos Fornecimentos e Serviços Externos (7,95%).

Em termos de recursos humanos, a empresa contava, no final de 2023, com 24 trabalhadores do quadro.

- **SAROS**

Em 2023, o resultado líquido cifrou-se nos 323,7 milhares de euros, inferior em 4,2% em relação ao ano anterior. O resultado operacional e o EBITDA tiveram uma quebra de cerca de 5,1% e 4,5%, respetivamente, situando-se nos 394 milhares de euros e 397 milhares de euros.

5. PARECER

O CF tomou conhecimento da Certificação Legal das Contas decorrente do exame realizado pela Alves da Cunha, A. Dias & Associados, SROC, Lda. e do Relatório de Auditoria emitido pelos Auditores Externos, Ribeiro, Rigueira, Marques, Roseiro e Associados, SROC, Lda., com os quais concorda, tendo os mesmos sido considerados no âmbito da preparação do presente Relatório e Parecer.

O CF analisou as demonstrações financeiras consolidadas, preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tendo concluído que tais elementos transmitem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Grupo CP, à data de 31 de dezembro de

⁹Relativamente às empresas subsidiárias da CP.

CONSELHO FISCAL

2023, e o modo como se formaram os resultados do exercício findo naquela data, tendo em consideração as ênfases, bem como as matérias relevantes de auditoria mencionadas tanto na Certificação Legal das Contas emitida pelo ROC como no Relatório de Auditoria emitido pelos auditores externos.

No âmbito das suas funções, o CF verificou que o conjunto das demonstrações financeiras consolidadas permite uma adequada compreensão da situação financeira do Grupo CP.

Em conclusão, o Conselho fiscal é de parecer que sejam aprovadas as Demonstrações Financeiras Consolidadas do Grupo CP, relativas ao exercício de 2023, atentas as ênfases mencionadas na Certificação Legal das Contas e no Relatório de Auditoria.

Lisboa, 28 de junho de 2024.

O Conselho Fiscal,

O Presidente,

António Farinha Simão

Os Vogais,

Teresa Costa

Cristina Freire